

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Escola de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia**

Mestrado em Sociologia

Área de Especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

**O PAPEL DOS AVÓS NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE
ENFERMEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Helena Conceição Lagoa Calado

Orientadora:

Professora Doutora Felismina Rosa Parreira Mendes

2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Escola de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia**

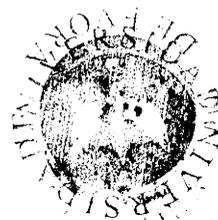
Mestrado em Sociologia

Área de Especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

**O PAPEL DOS AVÓS NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE
ENFERMEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Helena Conceição Lagoa Calado



186448

Orientadora:

Professora Doutora Felismina Rosa Parreira Mendes

2010

Siglas e Abreviaturas

A

ARS – Administração Regional de Saúde

C

CS – Centro de Saúde

Dir. – Direcção

E

E – Entrevista

Enf. - Enfermeiro

E tal. – e outros

Ed. – Edição

F

F – Frequência

Fls. – Folhas

H

HESE – Hospital do Espírito Santo Évora

I

INE – Instituto Nacional de Estatística

N

nº. – Número

U

UE – União Europeia

V

Vol. – Volume

À memória dos meus avós:

José e Tomásia

Manuel e Helena

“Duas coisas enchem o espírito de uma admiração
e de um temor que se renova e aumenta na proporção da frequência e, da firmeza
com que reflectimos sobre elas: o céu estrelado
por cima de mim e a lei moral dentro de mim”.

Immanuel Kant
Crítica da Razão Prática

AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Felismina Mendes pela sua disponibilidade, pelas valiosas sugestões, estímulo e interesse que manifestou ao longo da orientação desta dissertação.

Ao Director de Enfermagem do Hospital do Espírito Santo pela autorização para a realização das entrevistas.

Aos profissionais de enfermagem que se disponibilizaram para participar no estudo, pelas opiniões, vivências e experiências que comigo partilharam.

Aos meus colegas e amigos pelos conselhos, pelo incentivo, afecto e amizade.

À minha família, em especial aos meus pais e à minha filha, por terem sido as pessoas que indubitavelmente mais perderam com este desafio universitário. Pelo seu inestimável apoio, pela compreensão das minhas ausências e aceitação das privações que elas lhe causaram.

A todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para que a realização deste trabalho fosse uma realidade, fica aqui registado o meu profundo agradecimento.

O meu muito OBRIGADA.

RESUMO

Este trabalho surge em primeiro lugar, da minha convicção de que cada vez mais olhamos sem vermos e ouvimos sem escutar. Depois, da minha crença de que o futuro da família está na transmissão transgeracional da sua história, tornada presente pelos avós, agora ainda mais importantes perante a chamada crise da família e da conjugalidade.

Em muitas famílias é visível a passagem, de geração para geração, de modelos de relacionamento interpessoal e de vivências emocionais que constituem um padrão característico. No entanto, a fragmentação de muitas famílias causadas pelo crescente número de divórcios pode contribuir para o enfraquecimento de transmissão de valores e crenças através de gerações.

O objectivo deste trabalho é demonstrar que os avós permitem a continuidade da família e são os garantes dos valores familiares que asseguram o futuro. Procurei demonstrar, ao contrário da voz corrente, os avós são os grandes educadores da actualidade, nas famílias monoparentais. Presentes em muitos momentos decisivos da vida das crianças e adolescentes, desempenham um importante papel de ajuda aos pais, mas são também os reservatórios da família ao longo das gerações.

Na actual discussão sobre a parentalidade, essa competência para ser pai e mãe que tanto mobiliza o debate educativo, os avós são os grandes esquecidos. Apresentados como reformados, ultrapassados ou doentes, são referidos dispensáveis para a família, ou mostrados como alguém que deseduca, porque satisfazem todas as vontades dos netos, enchendo-os de perigosas gratificações. E no entanto, os pais cada vez recorrem mais aos avós, quer como suporte afectivo, quer como ajuda financeira em muitas situações do quotidiano familiar.

No entanto, o papel desempenhado pelos avós neste conjunto de interacções raramente foi alvo de análise sistemática, pelo que esta é uma das primeiras razões porque tomei este objecto de análise. Quer as crescentes transformações que têm alterado significativamente o quotidiano da vida familiar, e a falta de equipamentos sociais públicos dedicados à ocupação das crianças fora do tempo escolar e durante o período laboral dos pais, aliados à falta de recursos económicos, levou-me a questionar o papel dos avós como um recurso na “guarda das crianças”, nas famílias monoparentais.

Neste trabalho procurei fazer um estudo sobre as novas formas de família, mais especificamente as famílias monoparentais. Tentei identificar as suas formas de funcionamento e avaliar a sua eficácia no processo educativo das crianças, assim como identificar qual o papel dos avós nas famílias monoparentais. Procurei ainda, saber um pouco mais acerca desta temática, que até aqui tem sido pouco explorada.

PALAVRAS – CHAVE: Família Monoparental; Relacionamento Inter-geracional; O papel dos Avós.

ABSTRACT

The role of grandparents in single-parent families of nurses

It is my belief that more often than not we look without seeing and we hear without listening. I also believe that the future of the family lies in the transmission of its history across generations by grandparents. Grandparents that keep playing a determinant role in the so called family and conjugality crisis. These are the main reasons why I decided to carry out this study.

Many families have been influenced by transgenerational patterns of interpersonal relationships and of emotional experiences. However, the transmission of values and beliefs can be weakened as a result of family fragmentation due to a high incidence of divorce.

This work aims at showing the vital role played by grandparents both in the preservation of family values and in their transmission to future generations. I tried to prove that, contrary to what is commonly stated, grandparents are now the significant educators in single-parent families. Present in many decisive moments of their grandchildren's lives, grandparents are an asset to the family, helping to raise their grandchildren and being the "reservoirs" of family memories across the generations.

In today's debate on parenthood, those parenting skills that underlie the educational debate, grandparents are the great forgotten, though. Normally regarded as retired, old-fashioned, or sick persons, they are also seen either as an irrelevant part of the family's life or as people who spoil their grandchildren. However, grandparents are more and more requested to provide emotional and financial support to their families. The role played by grandparents in this set of interactions has not been the object of a systematic analysis. This is the reason why I have chosen to carry out some research on this subject. The growing changes that significantly affect the family, the lack of public social facilities to cater for children's day care needs or to provide them with extra-curricular activities during holidays or while their parents work, together with the economic difficulties faced by some of them, made me question the role of grandparents as a resource for children's care in single-parent families.

This work aims at studying the new types of family, more specifically single-parent families. I tried to identify their ways of living and to evaluate their effectiveness in

the children's educational process. I have also tried to determine the role of grandparents in single-parent families.

KEY-WORDS: single-parent family; intergenerational relationship; the role of grandparents.

INDÍCE	FLS
0 – INTRODUÇÃO	14
I – PARTE: REFERÊNCIAS CONCEPTUAIS.....	18
1 – JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO.....	18
1.1 – JUSTIFICAÇÃO PESSOAL SOBRE A ESCOLHA DO TEMA.....	18
1.2 – JUSTIFICAÇÃO SOCIOLÓGICA.....	19
2 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	21
2.1 – ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO.....	21
2.1.1 – Critérios do desenvolvimento do conhecimento.....	21
2.1.2 – Tipos de família: interações valores e contextos.....	23
2.2 - FAMÍLIA: UMA ANÁLISE CONCEPTUAL.....	26
2.2.1 – Famílias Monoparentais.....	33
2.2.2 - Família Monoparental em Portugal	36
2.2.3 - O perfil das famílias monoparentais em Portugal.....	36
2.3 – AVÓS DE HOJE – MUDANÇAS DE ATITUDES DO IDOSO FACE Á VELHICE.....	38
2.4 – O PAPEL DOS AVÓS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	40
2.5 – REDES SOCIAIS DE APOIO.....	42
2.5.1 - Redes e solidariedades familiares.....	49
2.5.2 - A presença das redes nos cuidados à criança	51
2.6 – AS RELAÇÕES ENTRE AVÓS E NETOS	53
3 – PROBLEMÁTICA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	56
II PARTE: INVESTIGAÇÃO REALIZADA	58
4 – OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	58
4.1 – FASE DE DESENVOLVIMENTO DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO.....	60
4.2- FASE DE RECOLHA DE DADOS.....	61
4.2.1- A Entrevista	62
4.2.2 – Aspectos Éticos.....	64
4.2.3 – Critérios de rigor na recolha de dados.....	64
5 – UNIDADE DE ANÁLISE E O CONTEXTO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS.....	66
5.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO HESE (E.P.E)	66

5.1.1 – Caracterização dos Actores Entrevistados.....	68
5.2- FASE DE ORDENAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	70
6 – O PAPEL DOS AVÓS NAS FAMILIAS MONOPARENTAIS DOS ENFERMEIROS.....	75
6.1 – EXPECTATIVAS DAS FAMILIAS MONOPARENTAIS FACE AOS POIOS EXTERNOS/AVÓS.....	75
6.2 - FACTORES RELACIONADOS COM O TRABALHO POR TURNOS	100
6.3 - EXPECTATIVAS FACE AO TRABALHO POR TURNOS	106
7 - CONCLUSÃO/ PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES	109
8 - BIBLIOGRAFIA.....	121
ANEXOS.....	135135

ANEXO I – Guião de Entrevista

ANEXO II - Grelha Interpretativa

ANEXO III - Grelha Explicativa

INDÍCE DE QUADROS	Fls
Quadro nº. 1 – Distribuição dos entrevistados por Sexo.....	69
Quadro nº. 2 – Distribuição dos entrevistados por Anos de Serviço e Categoria Profissional.....	69
Quadro nº. 3 – Distribuição dos entrevistados por Grau Académico.....	70
Quadro nº. 4 – Grelha de análise.....	74
Quadro nº. 5 – Expectativas das famílias monoparentais face aos apoios externos/avós.....	76
Quadro nº. 6– Factores relacionados com o trabalho por turnos.....	100
Quadro nº. 7 – Expectativas face ao trabalho por turnos.....	106

0 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresentado na forma dissertação de mestrado, surge no âmbito da realização do Curso de Mestrado em Sociologia, na variante de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.

O trabalho apresentado prende-se com a contextualização do papel dos avós nas famílias monoparentais dos enfermeiros do Hospital do Espírito Santo.

Com efeito, a sociedade industrial habituou-nos a um modelo dicotómico de organização social em que, no grupo doméstico, aos homens cabia o papel instrumental e de chefes de família, encarregados do sustento dos elementos do núcleo familiar, e às mulheres os papéis expressivos e de donas de casa.

Actualmente na Europa Ocidental, e mais propriamente em Portugal, quando falamos em família, não nos podemos reportar apenas ao conceito unívoco de família nuclear e família alargada do início do século passado, isto é, enquanto um grupo de indivíduos relacionados pelo casamento ou pelo sangue, incluindo geralmente, o pai, mãe e filhos no primeiro caso e os familiares de procriação e de orientação dos cônjuges, no segundo¹.

Enquanto instituição social a família tem sofrido alterações importantes, podendo apontar-se, entre outras, algumas tendências, tais como: a redução do peso da família nuclear, o aumento da coabitação; as famílias constituídas apenas por uma pessoa adulta e criança(as), ditas monoparentais; a realidade das “novas famílias” reconstruídas ou binucleares.

Também a dinâmica de família se alterou, passando a existir, nomeadamente, um ciclo de vida da família mais complexo, uma crescente “despadronização” dos papéis parentais, a democratização das relações inter-geracionais. Assim o termo família designa, um conjunto de pessoas em interacção ligadas emocionalmente, compreendendo uma ou mais gerações².

Embora tendo noção que os desafios na área da sociologia da família em Portugal são múltiplos, tais como: mapear as diversas formas e os funcionamentos da família e do casal, perceber as solidariedades familiares, identificar os ritmos e a intensidade de mudança familiar, realçar as cumplicidades entre esferas públicas e esfera privada,

¹ Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 11, 1992

² Cf.K.Wall, “Elementos sobre a sociologia da família em Portugal”, in *Análise Social*, n.ºs123-124, pp. 999-1009, 1993.

dar conta das tensões, entre o individual e o colectivo, entre família e trabalho, entre homens e mulheres, entre tradição e modernidade que atravessam as transformações da família na sociedade. Apenas uma parte deste trabalho de investigação pode aqui ser apresentada. Este trabalho reporta-se apenas ao estudo da família monoparental, privilegiando sobretudo os modos de organização interna da vida familiar.

Tendo em conta as mudanças verificadas nas relações e estruturas familiares ocorridas ao longo do tempo, a família como suporte informal continua a desempenhar um papel importante de apoio.

O papel educativo desempenhado pelos avós neste conjunto de interações raramente foi alvo de análise sistemática, pelo que esta é uma das primeiras razões porque tomei este objecto de análise. Por outro lado, as crescentes transformações que têm ocorrido a um nível global têm alterado significativamente o quotidiano da vida familiar, para mais numa sociedade como a portuguesa, em que, em anos ainda recentes, tradicionalmente as mulheres ocupavam-se das tarefas domésticas e de educação dos filhos. A falta de equipamentos sociais públicos dedicados à ocupação das crianças fora do tempo escolar e durante o período laboral dos pais, aliados à falta de recursos económicos, leva-me a pensar nos avós como um recurso possível na guarda das crianças.

Portanto, tendo em conta as famílias que recorrem com alguma regularidade aos avós, a questão que norteou este trabalho é o de saber qual o papel educativo que estas famílias lhes atribuem, se referem à importância do papel destes na educação de seus filhos, ou se por outro lado, referem antes motivos de índole económica ou outros.

Sabendo que para a realização de toda e qualquer pesquisa torna-se fundamental delinear qual o caminho a seguir, utilizando para isso um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados”(Gil, 1989:27), com o delineamento da problemática, e o aparecimento dos objectivos de estudo senti necessidade em realizar uma pesquisa bibliográfica adequada.

Esta foi efectuada a partir de livros e artigos científicos, que me permitissem a construção de um suporte teórico, tendo como vantagem aplicar conhecimentos sobre a matéria.

Assim, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira parte da pesquisa será apresentado a justificação do estudo, o “State of art” referente ao enquadramento teórico do tema apresentado, elaborando um quadro de

referências, onde se enfatiza a evolução da família ao longo do tempo, pois esta encontra-se em todas as sociedades humanas mas, apesar da sua universalidade, as suas funções variam consoante a cultura e a época. Esta ideia parece ir ao encontro do que defende Rowland quando refere que, apesar de ser uma instituição universal, a família é a que menos pode ser estudada isoladamente de entre todas as instituições sociais (Rowland, 1997). A família é o habitat natural da pessoa. Várias são as funções da família como instituição, apesar de mudarem ao longo do tempo ao sabor das alterações sociais. O papel dos avós na Sociedade Contemporânea, bem como, as relações entre avós e netos, também se alterou. Este trabalho dá especial ênfase ao papel educativo que estes desempenham na educação dos netos. É também objectivo deste trabalho de investigação identificar a conciliação entre família e trabalho das famílias monoparentais de enfermeiros.

O caso de famílias monoparentais de mães sozinhas, que por ausência do pai podem estar mais expostas a problemas de conciliação, assim como os problemas de articulação entre família e trabalhos vivido por mães/pais que trabalham e, qual a importância do apoio da família mais próxima., identificando as suas formas de funcionamento e avaliar a sua eficácia no processo educativo das crianças.

No presente trabalho focam-se as relações inter-geracionais, entre diferentes gerações de avós, pais e filhos. As relações inter-geracionais poderão originar situações de cooperação entre diferentes elementos, bem como situações de conflito. Em situação de cooperação podemos dizer que a família constitui a mais importante forma de cooperação social, seja na família de origem, de destino ou em ambas. Esta cooperação familiar manifesta-se em diversas funções, seja em assegurar as necessidades básicas, na educação social e transmissão de valores familiares e culturais, apoio económico sempre que seja o caso de assegurar a necessidade dos elementos, e também apoio emocional.

No , o amparo e apoio entre gerações são crescentes e cada vez mais frequentes devido aos compromissos profissionais dos filhos que se apoiam nos pais para cuidar dos seus filhos/netos, numa cooperação familiar que pode ser vantajosa para todos.

Numa segunda parte, proceder-se-á à descrição das opções metodológica que irão ser utilizadas ao longo do estudo e dos procedimentos a utilizar na análise e interpretação dos dados recolhidos.

Na terceira parte, sucessivamente, será apresentado o desenvolvimento da pesquisa que engloba a metodologia seleccionada, partindo da reflexão da problemática e dos objectivos propostos.

Por último serão feitas as considerações finais

I – PARTE: REFERÊNCIAS CONCEPTUAIS

1 – JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

A primeira parte deste trabalho tem como finalidade justificar a realização deste estudo e fazer o seu enquadramento conceptual. Um e outro contribuirão para a compreensão da problemática de investigação. Para atingir esta finalidade utilizei argumentos de natureza pessoal/familiar e sociológica. Estes argumentos têm a ver essencialmente com as transformações ocorridas no conceito de família, que tem sido ao longo da História, a unidade mais significativa da sociedade, que tem sofrido fortes modificações, quer a nível do seu conceito, quer da sua própria estrutura, funções e desenvolvimento, fruto de profundas alterações da própria sociedade.

Penso contribuir para o desenvolvimento da disciplina, na medida em que se fornecem elementos passíveis de virem a integrar o seu corpo de conhecimentos.

1.1 – JUSTIFICAÇÃO PESSOAL SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

O meu interesse pela relação como forma das interações familiares existe desde há muito tempo. Este interesse radica em convicções pessoais que fui estruturando, não só como resultado de simples experiências humanas, mas também perceber as alterações que têm vindo a ocorrer na sociedade no que concerne à família, mais propriamente nas famílias ditas monoparentais. Estas famílias, a partir da sua ruptura, pelo facto de terem um só educador, têm à partida mais dificuldades, lidando com realidades complexas no seio da sua família.

Surge-me então a pergunta, quem assegura a continuidade destas famílias? Serão os avós? Daqui surgiu a necessidade de investigar sobre este objecto de estudo, mais concretamente, que papel têm os avós nas famílias monoparentais.

Para melhor desenvolver esta ideia, entendi necessário tentar compreender como eu próprio tinha recebido essa herança: na verdade, como me tinha sido possível crescer na família e como os valores que recebi organizaram a minha maneira de ser e estar em sociedade.

Nesta perspectiva, parti para este trabalho com o objectivo de tentar perceber como foram os meus avós, com o pressuposto de que quem eu sou começou neles, porque foram eles que educaram os meus pais e os tornaram pessoas adultas. As

informações que dispunha faziam-me crer na importância dos seus valores junto dos meus pais. Sempre os ouvi descrever como grandes educadores e como pessoas cheias de convicções.

Estudei um pouco da história da família para tentar demonstrar como as convicções fortes dos meus antepassados foram decisivas para a criação de princípios positivos na educação dos seus descendentes.

Pretendo demonstrar, ao contrário da voz corrente, em que os avós são os grandes esquecidos, que são eles os grandes educadores da actualidade, desempenham um importante papel de ajuda aos pais, são os grandes reservatórios da família, que asseguram a continuidade da história da família ao longo das gerações.

Também este trabalho me permite cumprir o objectivo de conclusão da dissertação de mestrado, e adquirir competências no âmbito da minha formação académica.

1.2 – JUSTIFICAÇÃO SOCIOLÓGICA

O estudo que vou elaborar sobre o papel dos avós nas famílias monoparentais de enfermeiros do H.E.S.E prende-se com o facto do interesse da Sociologia pelas questões das sociabilidades e da realidade social.

A última metade do século XX confrontou-nos com alterações muito significativas no seio da família, entre as quais, o aumento das taxas de divórcio e o surgimento de outros modos de viver a conjugalidade, de onde resultam situações de monoparentalidade, sobretudo feminina, de uniões conjugais informais e de núcleos de pessoas sós, o que também contribui para a diversidade de formas familiares que actualmente coexistem, ao mesmo tempo que gera novas necessidades sociais e requer outras modalidades de organização da vida em sociedade.

Longe vão os tempos das famílias alargadas, em que as sucessivas gerações coexistiam, partilhando o quotidiano e assumindo em conjunto a tarefa de cuidar e educar as crianças.

As famílias hoje são mais pequenas, muitas delas monoparentais. Os avós, esses, também mudaram. Mantêm até mais tarde uma vida activa, mesmo quando já se retiraram da vida profissional. Longe vão também os tempos em que os avós eram aqueles velhinhos amorosos que, pacientemente, contavam histórias aos netos.

Hoje, os avós são solicitados para outras tarefas, comprometendo-se de forma bem diferente com a vida dos netos. Por imposição da evolução social, as mentalidades abriram-se e as mulheres emanciparam-se, integrando-se no mercado de trabalho. Os avós desempenham, cada vez mais, o papel de cuidadores, preenchendo os tempos quando os pais estão ausentes, nomeadamente no interior do país. Os desafios da sociologia enquanto disciplina são múltiplos, no que concerne à família, mapear as diversas formas e os funcionamentos da família, perceber as solidariedades familiares, identificar os ritmos e a intensidade da mudança familiar, realçar as cumplicidades entre políticas públicas e esfera privada, dar conta das tensões, entre o individual e o colectivo, entre homens e mulheres, entre tradição e modernidade, que atravessam as transformações da família na sociedade. Ao longo dos últimos anos, a sociologia da família em Portugal desenvolveu-se, ganhou autonomia, alargou o seu campo de análise, diversificou as suas abordagens e metodologias e inseriu-se nalgumas redes internacionais de produção de conhecimento, adquiriu em suma, algum estatuto próprio dentro da sociologia portuguesa.

Justifica-se assim levar a cabo um estudo empírico centrado nas famílias com um só educador com carácter permanente (mãe ou pai), e qual o papel dos avós na sua vida quotidiana.

2 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Este capítulo tem como objectivo essencial, proceder ao enquadramento da família enquanto instituição na sua diversidade de formas familiares, mais propriamente a família monoparental e o papel que os avós desempenham nas interacções familiares, como forma de clarificar a minha perspectiva epistemológica e perceber o porquê das opções metodológicas assumidas. Assim, neste primeiro capítulo considerarei, num primeiro momento, os critérios epistemológicos relativos ao desenvolvimento do conhecimento, à percepção da realidade e da verdade. Posteriormente caracterizarei a família, realçando o papel dos avós nas interacções familiares.

2.1 – ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

2.1.1 – Critérios do desenvolvimento do conhecimento

Têm sido vários os filósofos e cientistas que, ao longo do tempo, se têm preocupado com a questão do desenvolvimento do conhecimento, bem como a sua organização estrutural, os quais dão corpo aos diversos ramos das ciências. O que está basicamente em causa é saber quais são os critérios de desenvolvimento e de organização do conhecimento para que uma determinada área se possa considerar ciência. Naturalmente, as respostas encontradas variam de acordo com os padrões de que os analistas se servem. Ao aplicarem padrões mais congruentes com as ciências ditas positivas (e.g., ciências físicas e afins), podem chegar a resultados nem sempre muito satisfatórios para as ciências ditas emergentes ou para as incluídas nos grupos das ciências sociais e humanas. Por sua vez, se optar por aplicar critérios que prevejam a especificidade destas últimas, os defensores das primeiras põem em causa a sua cientificidade, dando assim corpo a uma polémica que se tem prolongado no tempo.

Neste sentido é necessário ter presente a evolução do pensamento das ciências sociais e humanas, nomeadamente durante o final do século XIX e século XX, pois

estas afirmaram-se ao longo deste período de tempo. Apesar disso, até cerca do fim da primeira metade deste último século, o paradigma dominante ainda foi o positivista, com base no qual a investigação se constituía, predominantemente a partir de uma perspectiva hipotético-dedutiva e suportada pelos “grandes homens” das teorias, tais como, Weber, Durkheim, Cooley, Meed, entre outros e o trabalho dos investigadores de então consistia em os testar (Kinach, 1995). Contudo paralelamente ia-se construindo um paradigma alternativo. Para este contribuíram diversos pensadores, desde a área da filosofia (e.g., Husserl, Heidegger, Merleau-ponty, Sartre, Gadamer), à área das ciências (e.g., Dewey, Thomas, Blumer, Freud, Rogers).

A nível das teorias sociais, o Interaccionismo Simbólico foi a expressão mais marcante deste novo paradigma. Esta teoria foi desenvolvida por Blumer, embora as suas raízes se possam encontrar em Weber e Meed.

Esta corrente de pensamento teve um profundo efeito na teoria social e na metodologia. Esta perspectiva repousa em três princípios centrais: significado, linguagem e pensamento. Estes três princípios deram origem às três premissas da teoria. A primeira diz-nos que os seres humanos agem em relação às coisas com base no significado que têm para elas. A segunda defende que esses significados resultam da interacção dos indivíduos uns com os outros, ou seja, os significados são construídos por negociação, através da linguagem. Por último a terceira premissa sustenta que um processo interpretativo (pensamento) é usado pelas pessoas em cada situação na qual elas têm que lidar com as coisas no seu ambiente (Blumer, 1969), ou seja, o pensamento modifica cada interpretação individual dos símbolos.

Foi o Interaccionismo Simbólico que veio centrar a atenção sobre os aspectos subjectivos da vida social, mais do que sobre os objectivos e macroestruturas dos sistemas sociais. Segundo esta corrente de pensamento, os seres humanos são actores pragmáticos que ajustam sistematicamente o seu comportamento às acções dos outros actores. Este processo de ajustamento é ajudado pela capacidade das pessoas de ensaiarem imaginariamente linhas de acção alternativas antes de agir. Assim, o Interaccionismo Simbólico vê os seres humanos como participantes activos e criativos na construção do seu mundo social. Deste modo, para os interaccionistas a sociedade consiste em padrões organizados de interacção entre indivíduos. Para além disso, esta focalização na interacção e nos significados dos acontecimentos para os seus participantes, desloca a atenção das normas e valores mais estáveis para

processos sociais menos estáveis e em reajustamento sistemático. Para os interaccionistas a negociação entre os membros de uma sociedade cria relações sociais construídas e temporárias que permanecem em constante fluxo. Esta ênfase na realidade negociada, nos símbolos e na construção social da sociedade conduz-nos a um interesse nos papéis que as pessoas desempenham.

Este foi um dos contributos mais importantes para a construção de uma perspectiva diferente a nível da investigação, as metodologias indutivas passaram a ser as preferidas, numa tentativa de construir teorias a partir da realidade social concreta e nas quais os actores sociais se sentissem reflectidos, e que pudessem elas próprias ser uma resposta para os problemas que estudavam (Lopes, 2003).

2.1.2 – Tipos de família: interações valores e contextos

A preocupação com a diversidade do funcionamento da família conjugal, sustentada na ideia de privatização dos comportamentos familiares³, abriu caminho, desde os anos 60, para o desenvolvimento de várias abordagens que voltaram a olhar para a dinâmica interna de família. Criou-se, assim, espaço teórico para a análise dos comportamentos familiares de um ponto de vista microssociológico, por contraponto às explicações de âmbito macrossociológico, fundadas na relação entre família e processo de industrialização, predominantes desde Durkheim a Parsons. Entrou-se no «lado de dentro» da vida familiar, atendendo, como refere Kellerhals, à necessidade de «tipificar os géneros de relações que nelas – as famílias – se encontram». (Kellerhals e tal, 1989:21).

Se a abordagem da dinâmica interna da família tem sido feita segundo várias perspectivas, de acordo com o pluralismo paradigmático que caracteriza a sociologia da família, o objectivo que as norteia é o mesmo: identificar e descrever a diversidade de funcionamento da família conjugal. Em face deste propósito, pode analisar-se a família, como propõe (Roussel, 1980 e 1991), a partir da dimensão simbólica dos valores e das representações sociais. Nesta óptica, a diversidade dos modelos conjugais e familiares é explicada pelos modos como os grupos ou os

³ O movimento de privatização foi descrito pelos historiadores das mentalidades (Ariés, 1973; Shoter, 1977), ao apontarem para a crescente sentimentalização da vida familiar. Com esta ideia chama-se a atenção para a maior autonomia do privado face ao público, por um lado, e para o centramento do indivíduo e na sua realização pessoal, processo histórico que alguns autores entendem como «individualização» (Elias, 1993; Beck e tal, 1995).

indivíduos interpretam as normas sociais produzidas num determinado contexto histórico. Procura-se, assim, fazer a ponte entre as grandes transformações socioculturais e os comportamentos familiares, acentuando o carácter historicamente situado dos modelos familiares, como apontam os historiadores das mentalidades (Ariés, 1973; Shorter, 1977). Focalizando, enquanto temas centrais, a questão dos sentimentos, as finalidades da família e mesmo a própria centralidade das relações conjugais e parentais para os indivíduos. Os modelos propostos por Roussel têm como fundamento os sucessivos movimentos de transformação das relações privadas, surgindo a evolução histórica da vida familiar descrita através da passagem gradual de um modelo de «família instituição» para modelos mais modernos: o de fusão e, mais recentemente, o de associação. As «famílias instituição» caracterizam-se por finalidades de sobrevivência e pela subordinação total à instituição matrimonial; as «famílias aliança», ainda fortemente institucionalizadas, são já caracterizadas pelo amor romântico como princípio de união; nas «famílias fusão» sobressai igualmente o amor romântico, mas no quadro de uma recusa da instituição tradicional e da afirmação de igualdade entre os cônjuges. Por último, as «famílias associação simbolizam o triunfo do individualismo sobre o “nós conjugal”».

Outra perspectiva que desenvolveu um papel importante neste esforço de captar o «lado de dentro» da dinâmica conjugal e familiar, revelando-se importante na construção de conceitos e de metodologias de análise, é a do Interaccionismo. Herdeira da terapia familiar norte-americana, o desenvolvimento desta linha de investigação ligou-se ao trabalho de Burgess, Locke e Thomás(1945), que definiram a família companheirista, por contraponto à família instituição, enquanto centrada nas relações privadas entre indivíduos., Berger e Kellner (1975) salientaram a importância da produção de sentido no casamento e na família, e ainda vários outros que, nos anos 70 e 80, criaram modelos de análise e tipologias de funcionamento familiar, nomeadamente (Olson e McCubbin, 1983, Reiss, 1981, e Kantor e Lehr, 1975). Ao dotarem a família conjugal de uma dinâmica interna com propriedades específicas, mais ou menos sustentadas da explicação dos comportamentos privados, as abordagens interaccionistas pressupõem a relativa independência da família face aos contextos sociais, pois esta é, como qualquer pequeno grupo, dotada de processos de funcionamento transclassistas próprios a todo o sistema de acção colectiva. Fiéis a este princípio, as tipologias de matriz interaccionista fundam-se sobre eixos essenciais da dinâmica de grupo, como a coesão interna, a integração no exterior ou

na regulação dos conflitos, apresentando como mais-valia heurística a capacidade de análise de sectores particulares dos comportamentos familiares (Roussel, 1986).

É nesta linha, embora não descurando a articulação com os contextos sociais, que (Kellerhals et al, 1982, 1987 e 2000) vão trabalhar sobre as interacções familiares, distinguindo quatro principais tipos de funcionamento familiar⁴, os de Kaufmann (1992), analisa a construção de hábitos na vida conjugal, ambos olhando para o casal ou a família como produtos das relações entre os seus protagonistas. Singly (1993) acentua esse carácter relacional da família contemporânea, princípio também patente no trabalho de Torres (2000) sobre as formas de conjugalidade em Portugal.

Se a abordagem interaccionista contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos de análise da dinâmica interna da vida familiar, as análises da família a partir do seu lugar na organização social permitiram relativizar a ideia de uma privatização total dos comportamentos, lembrando que as famílias também são de «classe» (Bertaux, 1978) e que na interacção se jogam recursos que dependem do lugar (de classe, de género) que se ocupa na estrutura social (Giddens, 1993).

As várias maneiras de olhar para a família têm, contudo, pontos comuns.

De ângulos diferentes, dando maior peso a factores de ordem económica, social, cultural ou interaccional, procuram investigar as principais características da dinâmica das famílias. Todas as perspectivas referidas procuram tornar inteligível a natureza do laço social que une a família (a coesão interna), muito embora o façam a partir de diferentes dimensões (o trabalho, os gastos, os recursos financeiros...), de diferentes níveis de análise (as práticas, as representações sociais) e de diferentes quadros explicativos de acção. Uma leitura integrada dos vários contributos sociológicos para a abordagem da vida familiar certifica, assim, a necessidade de juntar vários enfoques e dimensões de análise a fim de melhor aferir uma realidade tão pluridimensional como a família.

Ao eleger como objecto de estudo os modos de funcionamento das famílias monoparentais, inquirindo sobre a diversidade das formas de funcionamento, tentei combinar vários olhares.

⁴ As famílias bastião, caracterizadas por coesão fusional, regulação normativa e fechamento ao exterior, as famílias companheirismo, caracterizadas por coesão fusional, regulação comunicacional e abertura ao exterior, as famílias paralelas, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação normativa e fechamento ao exterior, as famílias associação, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação comunicacional e abertura ao exterior.

2.2 - FAMÍLIA: UMA ANÁLISE CONCEPTUAL

Para se compreender qualquer fenómeno da vida social é preciso perceber as relações que se estabelecem entre os indivíduos, sendo que o estudo da realidade social se enquadra no âmbito da sociologia. Múltiplas são as relações sociais, interessa neste caso debruçar-me sobre um domínio da realidade social – A Família.

Goode preconiza o estudo da família enquanto instituição social. Tudo o que diz respeito à mesma, só interessa ao sociólogo enquanto este investiga a sua importância social (Goode, 1996).

A família é uma das mais antigas instituições, é o primeiro e mais importante grupo social. É constituída por um conjunto de pessoas entre as quais existe uma ligação, qualquer que seja o grau de parentesco (família em sentido lato), ou por um conjunto de pessoas em que o grau de parentesco é mais estreito (família conjugal).

Provindo do Latim, a palavra família originalmente significava o conjunto dos “famuli”, ou seja, os servidores vivendo no mesmo lar. Posteriormente, esse termo passou a designar a relação marido/mulher (parentesco) e (senhor /escravo) (residência). É uma palavra de origem latina em que o termo grego que lhe corresponde é “oikonomia”, dando origem à palavra economia, logo a família podia ser considerada como uma organização essencialmente económica (Vieira 1996). Hoje o termo família continua polissémico: variadas são as suas funções, dependendo do discurso apresentado ou do país onde se aplica. Este conceito tem vindo a alterar-se de acordo com as transformações sociais e compreende os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, tal como a instituição que rege esses laços (Segalen, 1999).

Em todas as sociedades, ao longo dos tempos, sempre existiram sistemas de relações familiares, fosse qual fosse a sua forma e a natureza dessas relações. A família é uma instituição natural que nasceu com o homem, não se podendo confinar a uma simples construção social. Esta instituição tem variado ao longo da história e apresentado formas diversas numa mesma época e lugar conforme o grupo social em questão. A família é um fenómeno da natureza e um fenómeno da cultura, não se podendo considerar unicamente o cenário da reprodução da espécie. “é um espaço de cultura e um vínculo da civilização (Sullerot, 1999). Todos nós nascemos, crescemos

e morremos numa família e é essa mesma família que nos transmite as normas, valores e cultura da sociedade em que estamos inseridos. A família é a primeira célula social, com um modo muito próprio de funcionamento, única em cada um dos seus membros tem um papel definido dentro da mesma, em interacção constante, e que está inserida numa unidade social maior. A estrutura de uma família representa as posições ocupadas pelos indivíduos que interagem nessa mesma família.

Apesar das expectativas familiares e da sociedade em geral, estarem relacionadas com os papéis e funções da família, cada um tende a modificar os seus papéis tendo em conta a sua estrutura e o meio envolvente.

Marc e Picard, concebem a família como um sistema em que os vários elementos estão em permanente interacção, de tal modo que as alterações que ocorrem num desses elementos, provocam alterações em todos os outros elementos (Alarcão 2002). Logo, enquanto sistema social, os membros da família têm papéis e funções específicas para o indivíduo e para a sociedade, pelo que a mudança em qualquer dos seus membros acarreta mudanças em todo o sistema familiar.

Pode-se, portanto, considerar a família como uma unidade composta por elementos em interacção. Apesar de funcionar como um todo, ela está integrada numa determinada sociedade, onde influencia e é influenciada pelo ambiente envolvente.

Não se pode falar de família em geral, mas de tipos de família, até porque a família como grupo social pertence a diferentes estratos e classes.

Alarcão partilha da opinião de que “a família é também um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social” (Alarcão2002:37). (Burguière, 1997:88) se está a iludir a questão. Para o autor “a instituição familiar é uma realidade positiva que se inscreve no curso da história e se modifica com o correr dos tempos” (Burguière, 1997:89).

Oliveira refere que “a família constitui um grupo onde se estabelecem relações de parentesco entre os seus membros, isto é, relações baseadas em laços de sangue e de casamento” (Oliveira 1985:263). Esta autora reforça o papel do tempo e do espaço como condicionantes da estrutura do grupo familiar.

A família é a célula fundamental da vida social, a instituição social básica, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade, de geração para geração. O grupo familiar difere de região para região, de acordo com as condicionantes económicas, sociais e culturais dessa mesma região.

A sociologia da família foi em primeira instância uma sociologia dos comportamentos familiares e suas transformações, até mesmo os grandes autores, nomeadamente Durkheim, nunca dissociaram o estudo da família da forma da organização da sociedade (Commaille, 1998).

Antes da revolução industrial, os modelos familiares organizavam-se essencialmente em torno da exploração agrícola. Após a revolução industrial, entre os modelos que proliferaram, há um que preconiza a família como unidade de produção, de que resulta a necessidade de uma família alargada, em que todas as forças disponíveis são válidas e necessárias. A industrialização prolonga a estrutura familiar tradicional, conserva a interdependência inter-geracional, mas surge uma novidade relativamente à divisão sexual das tarefas: o homem e mulher fazem o mesmo tipo de trabalho.

A elevada taxa de fecundidade e a diminuição dos salários contribuíram para que essas empresas familiares atingissem a miséria, o que as conduziu ao êxodo rural e ao emprego fabril. Surge então, outra transformação familiar: os operários qualificados são estáveis e casados, os não qualificados são solteiros e móveis.

Um problema que urgia resolver era o da habitação. Em resposta ao grande afluxo de camponeses para as cidades, à procura de trabalho nas fábricas, a coabitação de várias famílias e gerações era inevitável, fomentando-se a família extensa sem qualquer protecção social.

Ainda, segundo Burguière pode dizer-se que a revolução industrial alterou profundamente o papel dos diferentes elementos da família. Fonte de aprendizagem privilegiada, transmissora de valores, de saber e de cultura, a família vê negadas muitas destas funções, pois as profissões aprendem-se nas oficinas, renegando a sabedoria dos mais velhos. A autoridade do pai, é posta em causa.

Continuando na linha de pensamento de Burguière, os capitalistas, tentaram familiarizar a classe operária. Além de pretenderem moralizar as famílias e também com o objectivo de obter lucro, preocuparam-se em criar habitações com condições de habitabilidade dignas. Em finais do séc. XIX é reestruturado o modelo familiar dos operários, segundo as normas da classe burguesa, incluindo a divisão sexual das tarefas e uma maior atenção aos filhos e ao lar, com o regresso da mulher ao lar. Estas normas são recebidas de bom grado.

As famílias operárias começam então a reduzir o número de filhos para os poderem ter bem cuidados e educados, valorizando o aspecto afectivo. Para este

autor, em meados do séc. XX, na Europa, a estrutura familiar era essencialmente do tipo nuclear.

Na década de setenta, a mulher volta ao trabalho. Deixa o lar, desta vez, não apenas por necessidade de classe operária mas por uma questão de prestígio social. Os progressos da medicina e a proliferação do uso de contraceptivos fazem com que os casais diminuam o número de filhos. As mulheres tiraram cursos médios e superiores, ocuparam cargos importantes nas empresas e na administração pública, traduzindo-se a inserção da mulher no mercado de trabalho e alterações na família. É com a fusão dos dois modelos: o modelo burguês, em que o lugar da mulher era o lar, e o modelo proletário em que a mulher trabalhava fora de casa, a família constituiu-se em torno de duas, três ou no máximo quatro pessoas (casal e filhos), em que o processo de socialização inter-geracional desaparece. Burguière partilha da opinião de que a revolução industrial deu origem ao tipo universal de família nuclear, fazendo crescer as cidades e desertificando os campos, deslocando o centro de produção, da família para a fábrica (Burguière 1997).

Uma das formas de definir família nuclear é aquela que é composta pelo marido, mulher e filhos, a família extensa é composta por duas ou mais famílias nucleares, acrescida, eventualmente, de outros elementos e vivendo sob o mesmo tecto.

....Maria da Luz Vieira considera que a “família já não é a unidade base da produção, mas sim de consumo e salienta a componente afectiva e a garantia de estabilidade que ela representa (Oliveira 1985). No Entanto, na opinião de Burguière nada leva a crer que se evolua a nível global para um modelo familiar único pois, as características dos países são diferentes, nomeadamente em relação à condição da mulher (Burguière, 1997).

A família enquanto célula da sociedade é uma instituição flexível que assume diversas formas, combinando de modo diferente o social e o biológico, consoante o local e a época. Se nas sociedades tradicionais as famílias necessitam de muitos filhos, pois estes eram economicamente úteis, nas sociedades industrializadas as crianças são mais um encargo dispendioso. Família e sociedade estão de tal modo interligadas que se influenciam mutuamente, traduzindo-se em transformação da instituição familiar, tanto na estrutura interna como nas suas funções. A família como parte integrante da realidade social, acompanha as transformações sociais que nela ocorrem (Oliveira, 1985).

Apesar de as alterações à família tradicional terem vindo a ocorrer ao longo da história, essas mudanças são actualmente mais reconhecidas e evidentes.

De todas as mudanças que ocorrem, de uma forma geral por todo o mundo, as mais importantes são as que interferem com a vida pessoal: sexualidade, relações, casamento e família. Esta opinião foi transmitida por Giddens, referindo-se o autor à família como “um campo de batalha entre a tradição e a modernidade, mas é também uma metáfora para ambas” (Giddens 2001:59).

Ainda na sequência do pensamento do mesmo autor, está constantemente a ser diagnosticada a ruptura da família e o regresso à família tradicional, que mais não é o que uma designação que abarca as mais diversificadas situações, conforme as diferentes sociedades e culturas. A família tradicional constituía uma unidade económica. Todos os elementos dessa mesma família se envolviam na produção agrícola, em que a desigualdade entre homens e mulheres era um factor intrínseco. As mulheres, na Europa eram primeiro propriedade (bens) dos pais, depois do marido. Esta desigualdade relacionava-se com a necessidade de assegurar a linhagem e a herança. A sexualidade era dominada pela ideia de reprodução. Os filhos tinham um papel importante na contribuição económica para a família com o trabalho que desenvolviam.

Mais tarde, a família deixou de ser uma entidade económica e o casamento deixou de ser um contrato económico, passando a ser valorizado o amor romântico. Embora com algumas diferenças, entre os países industrializados, as tendências eram semelhantes. Actualmente, poucas são as famílias idênticas às que o autor designava por “família padrão” dos anos 50: pai, mãe, filhos, a mulher dona de casa e o marido sustento da família. Apesar de todas estas alterações, nos vários países coexistem organizações familiares diversas. Hoje, o casal é o centro da existência da família cuja função económica perdeu importância e é valorizada a ligação emocional e a intimidade. Outra grande diferença é a que se refere aos filhos: antigamente um recurso de natureza económica; actualmente um “peso” financeiro para os pais (Giddens 2001).

A ideia de família assumiu contornos diferentes ao longo do tempo. As mudanças ocorridas na família devem-se ao término da família como unidade de produção económica, à baixa de fecundidade e de natalidade, ao divórcio, às uniões de facto, à participação da mulher no mercado de trabalho, sendo os filhos entregues aos cuidados de outros educadores (Oliveira, 1985).

Só em meados dos anos 80 o Pós-modernismo começa a assumir como paradigma alternativo no estudo da família – nomeadamente na perspectiva sistémica sob a influência da cibernética de segunda ordem, do construtivismo e do construcionismo social.

Este paradigma caracteriza-se por um pensamento endógeno onde a família é uma construção social, fundamentando epistemologicamente parte das influências sobre os estudos das famílias neste final e início de século.

Apesar de tudo, é de reconhecer as mudanças legislativas do Direito de família que ao longo destas décadas se vêm processando, não só no que se refere à relação trabalho/família, como também ao reconhecimento global da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, enquadrando legal e juridicamente as transformações de que vimos falando.

Quando reflectimos sobre a família em mudança, não podemos limitar-nos a assinalar as alterações estruturais que esta vem sofrendo no sentido da diversificação, pois é inevitável abordar as metamorfoses que se vêm observando no evoluir do ciclo de vida do núcleo familiar que nos habituamos a considerar a “família normal”.

Por outro lado, é indispensável a ligação entre tais modificações e a evolução do papel da mulher na sociedade, em geral, e na família em particular.

Segundo Cárter e McGoldrick “a mudança do papel feminino nas famílias é central nesses padrões de ciclos de vida familiar em modificação, onde as mulheres sempre foram centrais no funcionamento da família. Actualmente, num ritmo mais acelerado ao longo das décadas deste século, as mulheres mudaram radicalmente – e ainda estão a mudar – a face do tradicional ciclo de vida familiar que existiu durante séculos (Cárter, MacGildrick, 1995;14).

Fernandes refere que não é fácil compreender as mudanças ocorridas na família se não se compreenderem as mudanças que ocorrem na sociedade global, considerando o mundo contemporâneo cenário de rápidas e profundas transformações que se estendem aos vários domínios, nomeadamente da economia, ciência, tecnologia, relações sociais, representações, valores e normas (Fernandes, 1994).

O mesmo autor menciona ainda a este respeito que “as dinâmicas familiares são, de facto, função de transformações mais amplas que ocorrem na sociedade global” (Fernandes 1994:1150). A este propósito Segalen refere que “cada época conhece as suas formas familiares, sociedade e família são o produto de forças sociais, económicas e culturais comuns, sem que uma seja o resultado da outra” (Segalen

1999:10). Esta mesma autora não partilha da opinião de Parsons, (entendia a família como um grupo organizado em volta de um conjunto de valores contraditórios aos que estruturam a sociedade moderna), que considerava a industrialização responsável pela nuclearização da família, com uma rede de relações muito restrita, estando o equilíbrio dependente das relações afectivas internas. As solidariedades familiares não eram compatíveis com os valores da modernidade. Pelo contrário, a autora salienta que os processos de industrialização não posicionaram contra a família, na maior parte das vezes a família acompanhou-os. A família já era nuclear desde há muito, no entanto isso não significa que essa família cumprisse sempre funções idênticas ou que as relações no seu seio fossem as mesmas.

A entrada da mulher no mercado é uma das características mais marcantes da família contemporânea. A crescente adesão desta ao exercício de uma actividade económica fora do lar, aumentando os níveis de profissionalização, impôs uma redefinição dos papéis sociais e familiares, criando uma nova estrutura de papéis. No entanto, a partir do momento em que se passa a ser mãe, vive as consequências da sua maternidade no emprego e no quotidiano familiar. “O estatuto de mãe funciona como um elemento de hiper-femimização do estatuto social das mulheres, e como elemento descentralizador da sua situação profissional” (Covas 1995:197).

Todas estas transformações ocorrem no seio da família, registando-se, no entanto, poucas alterações nas distribuições dos papéis sociais no interior da mesma. Para Parsons (1961), a família conjugal das sociedades industriais está isolada do parentesco alargado, o seu comportamento é penetrado de racionalidade, enfim, torna-se um sistema integrador, diferenciando os papéis masculinos e femininos.

A permanente mutação da sociedade permite afirmar que a mulher no aspecto laboral teve de adaptar-se a novas realidades, tal como no confirma Segalen “a constatação, após vinte anos de indiscutível crescimento da actividade profissional feminina, de que a divisão tradicional dos papeis persistia e de que as mulheres, mesmo que empregadas, continuam a assumir a carga principal dos cuidados domésticos e de tudo o que rodeia a educação e socialização dos filhos” (Segalen, 1999:243).

Perante todas estas alterações familiares, surgiu-me a necessidade de compreender que papéis têm os avós, nas famílias monoparentais.

2.2.1 – Famílias Monoparentais

O conceito de “família Monoparental”, refere-se em sociologia da família e nos estudos de política social a uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros), sendo esta a definição encontrada nos estudos sobre o funcionamento e as consequências da monoparentalidade. Por se tratar sobretudo de “mães” sós com crianças, são em geral famílias mais “vulneráveis”, quer no plano económico quer do ponto de vista dos cuidados às crianças.

A expressão “família monoparental” surgiu em França em meados dos anos 70, introduzida por sociólogas feministas que adoptaram o conceito de *lone parent*, já trabalhado nos países anglo-saxónicos desde os anos 60⁵ Como referem vários autores, o emprego da categoria «família monoparental/família de pais ou mães sós» teve, nalguns países, consequências importantes. Em primeiro lugar, a introdução de estatísticas de recenseamento de uma rubrica «famílias monoparentais» chamou, desde logo, a atenção para a importância numérica deste tipo de agregado doméstico e permitiu uma nova abordagem de maternidade fora do casamento, contribuindo para fazer sair as famílias de mães sozinhas do anonimato e para as colocar a um nível idêntico aos das famílias conjugais tradicionais, em segundo lugar, ao dar maior visibilidade social e jurídica aos pais e mães sós, veio encorajar a adopção de medidas de política social e familiar dirigidas aos pais sós (criação de subsídios específicos para pais sós, prioridade dada aos pais sós nos serviços de guarda de crianças pequenas, etc)⁶. Por fim, a generalização daquele conceito fomentou o desenvolvimento de uma área de pesquisa que, a partir dos anos 70, se orientou para temas privilegiados: condições de vida e vulnerabilidade dos agregados monoparentais, eficácia das políticas familiares, efeitos da estrutura familiar monoparental sobre a educação das crianças, efeitos da estrutura familiar monoparental sobre a educação e a socialização das crianças.

⁵ Cf. N. Lefaucheur, « Les familles dites monoparentales », in F. Singly, *La famille: l'état des savoirs*, Paris, Ed La Découverte, 1991, pp. 67-74.

⁶ Cf. N. Lefaucheur, ap. cit., e D. Legall e C. Martin, *Les familles monoparentales. Évolution et traitement social*, Paris, ESF, 1988; *Families and Why Have Increased* Nova Jérsei, Lawrence Erlbaum Associates, 1994.

Em Portugal, a introdução da noção de família monoparental não coincidiu, como em França, com as modificações da legislação sobre o divórcio e as relações familiares nos anos 70. Importado da literatura científica dos outros países europeus, o conceito começa a aparecer em trabalhos de sociologia, demografia e economia no fim dos anos 80 e nos anos 90, acompanhando o desenvolvimento das ciências sociais e diferentes olhares sobre a exclusão social, as condições de vida e a família na sociedade portuguesa.⁷ Por sua vez, o conceito está praticamente ausente das políticas sociais, não tendo surgido ao longo das duas últimas décadas medidas específicas de protecção ou de intervenção junto das famílias de pais ou de mães com filhos solteiros. Verdade que foram tomadas algumas iniciativas que reconhecem a vulnerabilidade acrescida deste tipo de família. É o caso de instituições de assistência social que dão prioridade a crianças de pais/mães sozinhos, cobrindo parte das remunerações de referência do beneficiário, em caso de falta para prestar assistência a descendentes doentes com menos de 10 anos⁸

Em 1985 o Parlamento Europeu constatava não existir nenhuma definição internacionalmente reconhecida de família monoparental, acrescentando ainda que o referido termo abrange, nos diversos países da comunidade, situações tão variadas como as de “pais/mães a viverem sós, com um ou vários filhos, casais não casados com filhos, pais/mães solteiros que vivem não apenas com os filhos mas com outros familiares, grupos de pessoas que coabitam sem qualquer laço marital ou filial” (Martins, 1995:29).

Considera-se família monoparental, “quando se fala de maternidade e paternidade simples, isto é, faz-se referência à relação com os filhos por parte de mães ou pais solteiros, viúvos ou divorciados (Costa, 1999 *in* Martins, 1995).

O quotidiano destas famílias é, regra geral, vivido em grande fragilidade psicológica pois que, quer desejado, quer apenas suportado é quase sempre angustiante, representa uma mudança que afecta negativamente a pessoa (Costa, 1999, *in* Martins, 1995).

Assim sendo as famílias monoparentais as funções e os papeis de cada um necessitam de ser avaliados segunda as circunstancias que presidiram à

⁷ A. Torres «Mulheres divorciadas: um contributo para o estudo dos processos de mudança na família, 1989, pp.333-349; F. Infante, famílias monoparentais na cidade de Lisboa, Centro de estudos Judiciários, 1991; L. Vasconcelos Ferreira, «Pobreza em Portugal: variações e de composição de medidas de pobreza a partir dos orçamentos familiares de 1980-1981 e 1989-1990», in estudos de economia n.º. 4, 1993, pp. 377-393.

⁸ Decreto-lei n.º. 4/84, de 5 de Abril.

reorganização do sistema familiar e, ainda, à idade das crianças e às regras do funcionamento familiar.

Quando existe uma ruptura conjugal, com a consequência de uma separação familiar, na maior parte dos países ocidentais e europeus, o tribunal concebe a guarda dos filhos à mãe, devido ao carácter preponderante que o papel maternal teve na educação e nos cuidados dos filhos ao longo de vários séculos, (Marcão, 2002).

O ciclo de vida de uma família tradicional tem o seu início na união de duas pessoas que se escolhem para formar um casal e se comprometem numa relação que pretendem que se prolongue pelo tempo. Daqui surgem os filhos que se tornarão adolescentes e depois adultos e estes filhos darão corpo a novas famílias nucleares (Relvas, 2000).

No entanto este ciclo verifica-se cada vez menos frequentemente nas famílias da nossa sociedade actual, visto muitas delas sofrerem processos de divórcio, serem famílias reconstituídas, famílias monoparentais, famílias de adopção. São chamadas as novas famílias, o que nos obriga a pensar em contextos familiares que mais não são do que variantes a esse ciclo vital que nos habituamos a estudar (Relvas e Alarcão, 2002).

Estas famílias têm sido, cada vez mais, alvo de estudo no campo da psicologia e da sociologia, constituindo um tema polémico e que nos faz questionar sobre os efeitos da estrutura familiar monoparental sobre a educação e socialização das crianças. Esta foi uma das questões a que tentei responder com este estudo.

Das novas formas de família, a Monoparentalidade poderá considerar-se como a mais vulnerável forma de família, visto estar privada de um dos elementos, deparando-se com dificuldades, nomeadamente a nível conjugal. Esta situação requer que o elemento presente (pai ou mãe), encontre modelos de compensação face aos filhos.

Esta situação familiar é um fenómeno muito importante nos dias de hoje que deve ser considerado como um verdadeiro facto social saído da evolução do feminismo, bem com das modificações das funções maternas e paternas. Segundo Alarcão "...nas famílias monoparentais, os papéis e as funções de cada um necessitam de ser avaliados segundo as circunstâncias que presidiram à reorganização do sistema familiar e, ainda, à idade das crianças e às regras de funcionamento Familiar (Relvas; Alarcão, 2002, 265).

2.2.2 - Família Monoparental em Portugal

O conceito de família monoparental em Portugal surge com as estatísticas de recenseamento, chamando a atenção para a expressão numérica deste tipo de família. “Tendo em consideração os principais indicadores demográficos da última década, observamos um número cada vez maior de famílias com apenas um dos progenitores, o pai ou a mãe, que coabitam sós com os seus filhos” (Relvas e Alarcão;2002).

Logo, designam-se por monoparentais, as famílias onde a geração dos pais está apenas representada por um único elemento. (Alarcão;2002). Esta situação pode acontecer por vários motivos, ou porque um dos progenitores abandona o lar e o outro não volta a casar, ou porque a mãe solteira fica com o(s) filho(s), ou adopta uma criança (13) (idem). Karin Wall e Cristina Lobo, fazem a distinção entre monoparentalidade tradicional e monoparentalidade por ruptura conjugal: A monoparentalidade tradicional explica-se com base em três causas: o falecimento de um dos cônjuges, o celibato associado à procriação de filhos fora dos casamento e a ausência/emigração do cônjuge; e a monoparentalidade por ruptura conjugal, deve-se essencialmente às mudanças de perspectiva face ao divórcio. Torres (1996), faz uma analogia entre o aumento de número de pais e de mães separados/divorciados com filhos a seu cargo, com o crescimento progressivo da separação e do divórcio na sociedade portuguesa.

Torna-se pertinente referir que as famílias monoparentais não constituem um grupo homogéneo, pois pode existir dentro destas uma enorme diversidade de situações. Por exemplo, há famílias monoparentais que vivem isoladas e outras que vivem com familiares, mães solteiras muito novas com filhos pequenos e mães viúvas a viver com filhos adultos, pais inseridos no mercado de trabalho e outros que nunca trabalharam. Deste modo, é essencial perceber a quantidade de trajectórias possíveis que estas pessoas sós podem adoptar, bem como a variedade de situações abrangidas pelo conceito.

2.2.3 - O perfil das famílias monoparentais em Portugal

Tendo em conta um estudo efectuado pelas investigadoras Karin Wall e Cristina Lobo (1999) sobre as famílias monoparentais, inclui-se um conjunto de variáveis-

chave que importa distinguir, (como sexo, estado civil, a idade, o numero de filhos e o nível de instrução), para compreensão da diversidade entre estas famílias.

Este estudo revela que a monoparentalidade é em Portugal, uma situação essencialmente vivido no feminino, podendo ser assim conceptualizada como uma dimensão da fragilidade social das famílias. Esta situação pode ser explicada por uma razão principal: após um nascimento fora do casamento (ou de união de facto) e depois da separação ou um divórcio, são quase sempre as mulheres que ficam com os filhos à sua guarda. Existem três aspectos principais que traçam o perfil das famílias monoparentais em Portugal. Um aspecto tem a ver com o contexto específico de mudança familiar com que nos estamos a deparar, pois tendo em conta a evolução dos indicadores demográficos, podemos aferir que a proporção de mães e pais sós, separados /divorciados tenderá a aumentar.

Outro aspecto mostra-nos que existe em Portugal três situações distintas de monoparentalidade: pais e mães sós, geralmente viúvos, que vivem com os filhos adultos, estando pouco inseridos no mercado de trabalho, em especial as mulheres e cuja fonte de rendimento familiar exclusiva é na maior parte das vezes uma pensão mensal da Segurança Social; mães solteiras com menos de 24 anos, a viverem sozinhas com seus filhos menores e com elevada participação no mercado de trabalho, e por fim; mães e pais divorciados a viverem com um ou dois filhos, possuindo um nível de instrução mais elevado e estando mais fortemente inseridos no mercado de trabalho.

As autoras consideram o perfil actual destas famílias próximo do dos países da Europa do Sul, onde existe por um lado, uma grande proporção do pais e mães sós a viver com os seus filhos, e por outro lado uma inserção doméstica caracterizada pela proporção elevada destas famílias para viverem com outras pessoas, nomeadamente com outros familiares formas de apoio familiar prestadas a estas famílias, para que assim estas possam ser inseridas no mercado de trabalho.

Assim os problemas apresentados reflectem inteiramente a sociedade na qual vivemos.

Existe hoje uma consciência menos responsável e consciente da vida familiar, embora exista também uma maior fragilidade nas relações, consequência da “separação” familiar. Paralelamente, assiste-se a uma menor estigmatização. Martins diz-nos que “a monoparentalidade é em muitos casos sentida como um fracasso, provocando um processo de marginalização social que se reflecte num sentimento de

inferioridade e de desvalorização pessoal sobretudo pela mulher que é, maioritariamente a responsável pela família monoparental”. Esta fragilidade emocional não é de forma alguma sentida apenas pela mulher. A figura paterna encontra-se quase sempre ausente nestas famílias, porque se demitiu das suas funções devido ao afastamento (voluntário, imposto pela mãe ou família materna). No entanto, é importante salientar que a Família Monoparental não é necessariamente uma família de risco nem tão pouco oriundas desta, estão sujeitas a factores de risco. Tudo depende do modo como a ruptura é gerida pelos cônjuges e de outras problemáticas sociais associadas que aumentam o grau de vulnerabilidade destas famílias, nomeadamente a precariedade económica.

2.3 – AVÓS DE HOJE – MUDANÇAS DE ATITUDES DO IDOSO FACE À VELHICE

Apesar do envelhecimento da população, não podemos fazer comparações entre os avós de hoje, com os avós dos de tempos passados. No entanto é verdade que a condição de avô continua a estar relacionada com a situação de envelhecimento.

Os avós de hoje foram os jovens da segunda metade do século XX. Assistiram à chegada do pós-modernismo, uma transformação cultural que pretendeu desconstruir o discurso modernista, pelo uso da razão e do desenvolvimento da ciência.

Os avós dos nossos dias vivem mais tempo e com mais saúde, resultado dos avanços da medicina e ao aumento esperança media de vida.

Estamos perante uma nova geração de idosos. As avós de agora foram os primeiros a adoptarem o planeamento familiar e a usar a pílula anticoncepcional, pioneiras na entrada no mercado de trabalho e protagonistas das mudanças na relação conjugal.

Morin (1994) definiu-as como «os agentes secretos da modernidade», trouxeram para a família e sobretudo para a conjugalidade, a liberdade doa anos 60.

Segundo Sampaio, na família, romperam com a visão estática da família indissolúvel, foram protagonistas de muitos divórcios e reconstrutores de famílias recompostas. Assistiram à explosão das novas tecnologias e, já maduros, ou mesmo idosos, prepararam-se para a galáxia internet, onde os seus netos encontrarão diferentes formas de se relacionar (Sampaio, 2008).

Segundo o mesmo autor, os avós de hoje romperam com a tradição de um modelo educativo baseado no autoritarismo, por isso educam de uma maneira mais suave, com respeito pela opinião e privacidade dos filhos. As mulheres (actuais avós), sentiram como é difícil conciliar a vida profissional com a gestão da casa e o suporte efectivo aos filhos, mas mesmo assim foram pioneiras na luta pela igualdade de género (Sampaio, 2008).

No que respeita à educação dos netos, centram esforços na descoberta dos valores que sustentam a continuidade da família, ou seja, os historiadores da família, ultrapassam hoje o aspecto funcional da ajuda quotidiana e ensinam aos netos muitas das suas vivências passadas, mas mais que educar com esforço e obrigação, os avós estão lá quando é preciso.

Em muitas famílias é visível a passagem, de geração em geração, de modelos de relacionamento interpessoal e de vivências emocionais que constituem um padrão característico, noutras o passado parece não existir.

Temos assim um novo quadro singular: avós activos, com boa saúde, com descendência reduzida, em relação com pelo menos três gerações: a sua, a dos filhos e a dos netos. Quando os avós são novos, não é raro que coexistam, na mesma família, quatro gerações, porque os bisavós ainda permanecem no círculo familiar.

Segundo (Lovisolo, 1997), os anos 90 ofereceram um novo tipo de poder aos idosos. Por exemplo, os novos valores sobre saúde, qualidade de vida e longevidade. A velhice tornou-se um investimento. Idosos com boa situação económica têm mais tempo livre para desfrutar da vida, passando a encarar a velhice positivamente.

Estas modificações nas representações sobre os idosos são compartilhadas por Soares, quando ressalva que a imagem do “vovô” contador de histórias é cada vez menos aparente. Hoje, um homem de 50 ou 60 anos não é idoso, pensamento comum décadas atrás. A capacidade de acção, autonomia nos cuidados consigo mesmo, participação social e disposição para novos projectos estão a modificar-se. Um novo estilo de vida surge entre os idosos. Hoje estamos perante um novo idoso. Através de uma postura mais activa e cidadã, o idoso redirecciona a vida e busca novidades que proporcionam a satisfação e o valorizam socialmente. (Furtado, 1997).

2.4 – O PAPEL DOS AVÓS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

As relações entre idosos e crianças estabelecem-se num espaço em que ambos são actores privilegiados de trocas intensas. A sociedade contemporânea privilegia a força da juventude e sua capacidade de produção, acabando por situar a criança e o idoso num espaço de “não-ser”, pois considera que a criança ainda não produz e que o idoso deixou de produzir (Park, 2004; Gusmão, 2003; Oliveira, 1999). Essas duas categorias etárias acabam por identificar-se e aproximar-se, pois não sendo ouvidos pelo adulto jovem, detentor de posição social privilegiada, acabam por estabelecer entre si um diálogo. Assim, as relações inter-geracionais construídas entre idosos e crianças são recheadas de afecto e estima.

Os Avós podem cuidar, transmitir informações culturais resgatadas de suas memórias e conhecimentos adquiridos através da experiência. A criança, dotada de agilidade e avidez por conhecer, pode impelir os avós a movimentarem-se para acompanhá-la, a revirar as suas memórias e saberes para oferecer-lhe o que anseia. Diante da criança que transborda a vivacidade que lhe é própria, os avós sentem-se preencher pelo desejo de viver. Essa proximidade pode ser vista com maior facilidade na relação entre avós e netos.

Contudo, os avós nem sempre puderam conviver com os netos e acompanhar o seu desenvolvimento como acontece actualmente. Devido à maior expectativa de vida decorrente do aumento da longevidade e da melhoria da qualidade de vida, na actualidade os avós podem, muitas vezes, acompanhar a vida de seus netos até que estes cheguem à idade adulta (Glass & Huneycutt, 2002; Reitzes & Mutran, 2004). Além disso, a idade em que uma pessoa se torna avô ou avó também tem sido muito variada, havendo avós “de primeira viagem” com idades entre 35 e 70 anos. Ser avô ou avó por um período maior de vida pode trazer como consequência, mudanças nos laços inter-geracionais e até no significado do papel a ser desempenhado na relação, devido à possibilidade de maior convivência entre as gerações.

Tornar-se avô/avó é um facto marcante na vida do indivíduo. Em algumas sociedades, conforme estudos antropológicos, tal facto chega a determinar o status social dos adultos. Por exemplo, em algumas comunidades africanas os avós são chamados de “nobres”, o que pode indicar o destaque conferido à posição familiar (Papalia & Olds, 2000).

Na nossa sociedade, avôs e avós tendem a ser figuras privilegiadas no imaginário das pessoas. São, com algumas exceções, amados e recordados com imenso carinho pelos netos. Nesse imaginário, a figura dos avós é erguida com bases nas imagens do avô que brincava com os netos, construía brinquedos, dava conselhos. À avó cabia preparar o espaço para brincar, cuidar para que pudessem estar livres de preocupações, fazer os pratos preferidos, contar histórias e muitas vezes protegê-los das mães quando faziam alguma travessura.

Num estudo a respeito dos efeitos sobre os avós da perda parcial ou total do contacto com netos, Drew & Smith (2002), encontraram que tal facto gerou intenso sofrimento, queda na qualidade de vida e na saúde física e emocional. Simone de Beauvoir (apud Oliveira, 1999) diz que os sentimentos direccionados aos netos são os mais calorosos e mais felizes das pessoas.

Nessa relação entre avós e netos, que pode ser definida como padrão até meados da década de 70, muitas vezes com contactos frequentes e até diários, mas habitando espaços distintos, havia um espaço para que eles se responsabilizassem pelos netos sem ter que lhes impor as normas de disciplina como os pais o faziam; podiam mimá-los e satisfazer as vontades. Depois, os netos iriam para casa e os pais estavam incumbidos de educá-los. Como diz (Barros, 1987), este é o lado do afecto, visto como mais puro pelos avós porque está dissociado das obrigações paternas e maternas.

As estruturas familiares citadas trazem consigo exigências e consequências distintas para os avós. Há avós que cuidam dos netos por um período do dia porque os pais precisam trabalhar e não têm outro local onde as crianças possam ficar quando não estão na escola, ou ainda em tempo integral porque toda a família reside nos chamados lares multi-geracionais devido a, por exemplo, dificuldades financeiras. Nesse tipo podem ser apontados benefícios e dificuldades conforme o quadro em que a família está inserida. Em alguns casos, pode haver uma divisão das responsabilidades, maior união entre os membros e aumento dos recursos familiares. Todavia, há casos em que prevalecem os conflitos entre avós e pais quanto à educação das crianças ou ainda descompromisso por parte dos pais e perda de privacidade.

Se ambos os pais estão ausentes de casa e somente os avós se responsabilizam pelos netos, o segundo tipo familiar apontado, esses avós passam a ocupar o papel de pais substitutos. Neste tipo familiar são encontradas dificuldades financeiras, stress

físico e emocional que são mencionados pelos avós, mas também é indicada a existência de satisfação dos avós pela oportunidade de prover benefícios às novas gerações. Comparando-se os dois tipos de estruturas familiares, há indícios de que os avós que vivem em famílias com o segundo tipo de famílias são mais sobrecarregados, estando também mais sujeitos a isolamento social e stress emocional, (Goodman & Silverstein, 2002).

Assim, o papel dos avós na educação dos netos pode estar a ser delineado sob um novo aspecto na actualidade, baseado em diferentes formas de organização familiar. Os avós envolvem-se no cuidado dos netos de modo que passam a substituir os pais. Essa substituição ultrapassa os limites práticos e instrumentais, inserindo-se no imaginário das partes envolvidas.

2.5 – REDES SOCIAIS DE APOIO

O desenvolvimento industrial, e a conseqüente concentração urbana, resultou, na maioria dos casos, numa separação geográfica entre gerações e formas de habitação. O modelo dominante da família tradicional, em que cabia ao homem o sustento da família enquanto a mulher se dedicava às tarefas domésticas, cuidar dos filhos e dos familiares, sofreu profundas alterações. Estas ocorreram, em parte, dada a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, pelo que as redes sociais são de extrema importância.

Pretendo, então saber, tendo em consideração que os processos familiares não podem ser reduzidos ao interior das esferas de coabitação, pois as teias relacionais em muito ultrapassam as fronteiras dos agregados domésticos, quais os diferentes sistemas alargados de relacionamento (redes inter-geracionais) que constituem as realidades familiares, ou seja, de que maneira as trocas e solidariedades existentes em diferentes tipos de redes de parentesco, amicais e vicinais, determinam as trajectórias sociais das famílias, já que as próprias redes são estruturadas pelas posições ocupadas pelas famílias no espaço social em que estão inseridas.

A discussão em sociologia da família sobre a solidariedade e entreaajuda familiar foi sempre, também, uma discussão sobre os processos de transformação e mudança do sistema familiar na modernidade. Assim, ao analisar-se as redes de entreaajuda,

enquanto sistema familiar, procurar-se-á investigar, toda a problemática do parentesco nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido, pretendo ver como os agentes sociais, nos contextos sociais que são os seus, constroem a sua identidade familiar, quer em termos da sua individualidade, quer em termos das suas pertenças colectivas, analisando quais as orientações relacionais em relação às redes de entajuda e ao parentesco (família alargada).

Segundo Vasconcelos, as relações de parentesco alargado foram por muito tempo consideradas, nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular, algo estritamente característico das sociedades pré-modernas, pensando-se, inversamente, que nas sociedades industrializadas ter-se-ia verificado um esboroamento generalizado da parentela, produto dos processos globais de individualização que teriam nuclearizado, conjugalizado e isolado os agregados domésticos. (Vasconcelos, 2002).

Também segundo Durkheim “...verificar-se-ia uma lei da contratação progressiva das unidades sociais primárias, a par de uma complexificação, segmentação e especialização funcional a nível societal. É assim que entende a família moderna como sendo conjugal e tendencialmente companheirista, com especialização funcional dos cônjuges, com marcada falta de horizonte inter-geracional, e, de resto, separada da parentela” Durkheim (1975[1921] in Vasconcelos(2002;507).

No seguimento de Durkheim, também Parsons conceptualizou de modo semelhante as relações familiares, em que “as sociedades «primitivas» seriam dominadas pelo *Kinship system*, enquanto nas sociedades desenvolvidas o parentesco alargado teria perdido importância e deixado de ser omnisocial devido à progressiva diferenciação institucional e sistémica (funcional), reduzindo-se assim, à família nuclear, na qual se verificaria uma especialização funcional sexual e etária” (Parsons, 1971 in Vasconcelos, 2002:507).

Vários foram os autores que desenvolveram trabalhos de investigação pioneiros no estudo sociológico das redes de parentesco, tais como, Bott (1976[1957]); Young e Willmott (1987[1957]); Roussel e Bourguignon (1976); Pitrou (1978); Attias-Donfut (1995 e 1996) e a Equipa de Kellerhals ((Coenen-Huther et al., 1994) entre outros, que segundo Vasconcelos estes trabalhos mostraram que não é só nos grupos domésticos que se faz mobilização dos recursos e se vive quotidianamente a vida familiar, sendo que as relações sociais primárias e as sociabilidades familiares em regra extravasam o grupo de co-residência (Vasconcelos, 2002).

Seguindo a mesma linha de pensamento do autor, afirma que as solidariedades e entrelaçadas familiares funcionam com base em redes de pessoas (particularmente de parentesco) que trocam entre si bens e serviços, sendo as solidariedades familiares (particularmente as inter-geracionais) que têm uma importância relevante não só na economia das famílias, como também nas suas vidas quotidianas e trajetórias sociais, sendo uma rede de parentesco restrita, centrada nos progenitores do casal e sobretudo nas mães de ambos os cônjuges (Vasconcelos, 2002).

Elizabeth Bott, ligada à teoria da rede, desenvolvida em *Family and Social Network*, (1971), onde a autora associa o grau de segregação dos papéis com a densidade de redes de relações fora do lar dos cônjuges. Segundo a autora quanto mais estreitos são os laços que o casal possui com a sua rede de parentes, de amigos, de vizinhos, mais densa é a própria rede, mais as relações entre os cônjuges no seio do casal são separadas e hierarquizadas. Pelo contrário, quanto menos densa é a rede menos pronunciada será a segregação entre papéis masculinos e femininos (Segalen, 1999:256).

Esta «lei» de Bott permite analisar as relações estruturais entre grupo doméstico, papéis conjugais e suas mudanças. Assim, na sociedade agrária, a rede da parentela é densa, pelo que os papéis são mais diferenciados e separados. Com o êxodo rural e a instalação na cidade provocam um relativo enfraquecimento dessas redes, onde se observam uma indiferenciação e uma maior complementaridade nos papéis.

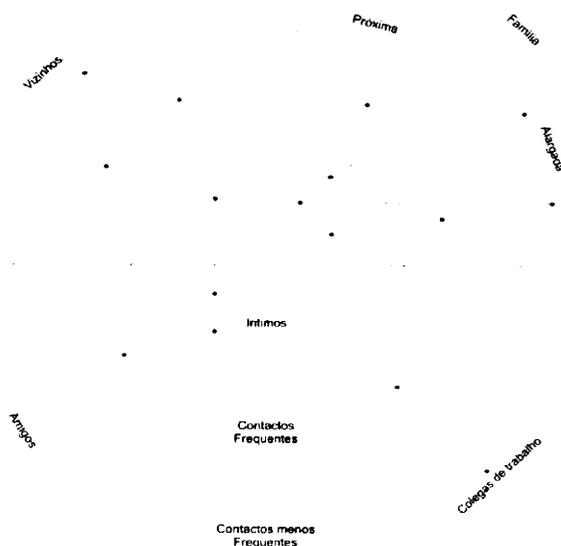
Segundo Madalena Alarcão "...as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam à família nuclear nem à família extensa mas incluem o conjunto dos seus vínculos interpessoais: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais (Alarcão, 1998:97).

Segundo a autora acima citada, rede social pode ser definida "conjunto de relações que um indivíduo percebe como significativas ou que define como diferenciadas da massa anónima da sociedade. Correspondendo ao nicho interpessoal do sujeito, esta rede constitui substancialmente para o seu próprio reconhecimento como indivíduo e, conseqüentemente, para a sua auto-imagem. Assim, ela constitui uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e protagonismo, contribuindo para a capacidade adaptativa do sujeito em situações de crise bem como para a manutenção da sua saúde física e mental (Sluzki, idem:42 in Alarcão; 1998:97).

Continuando na mesma linha de pensamento, segundo a autora, a rede social pode ser registada sob a forma de mapa que incluirá todos os indivíduos com quem o sujeito interacciona. O mapa sistematiza esta informação em quatro quadrantes: família, amizades, relações escolares ou de trabalho, relações comunitárias e institucionais, onde se inscrevem três áreas diferenciadas:

- Um círculo interior de relações íntimas (familiares directos com contacto quotidiano e amigos chegados);
- Um círculo intermédio de relações pessoais com menor grau de compromisso (relações sociais ou profissionais sem intimidade, amizades sociais e familiares intermédias);
- Um ciclo externo de conhecimentos e de relações ocasionais (conhecidos da escola ou do trabalho, bons vizinhos, familiares afastados) (Alarcão; 1998:99).

Figura nº.1 – Mapa de uma Rede Social Pessoal



Fonte: Madalena Alarcão (1998)

A família, a nuclear e até a alargada, constitui não só uma parte importante da rede social do sujeito como representa a sua primeira rede, onde o bebé, a criança, o adolescente, o idoso...etc, são inscritos, suportados, aconselhados contidos, onde através dela e das transformações que ela vai sofrendo ao longo do seu ciclo vital, com a saída e entrada de novos elementos, os sujeitos abrem as portas a novos quadrantes de rede, aumentando não só o tamanho da rede, como a sua intensidade, heterogeneidade e composição, que segundo Alarcão, a família é uma rede muito “saturada”, isto é, desempenha inúmeras funções, ela própria necessita “...através dos seus elementos, aumentar a sua densidade e encontrar novos nichos de suporte”(Alarcão; 1998: 101)

Um outro modelo (o modelo Hierárquico e Compensatório de Cantor (1992)), analisa e situa os sistemas de apoio numa perspectiva holística, enfatizando as relações entre a componente formal e informal e o modo como se afectam. Imaginando vários círculos concêntricos, colocando a família no centro e os apoios informais nos círculos mais próximos. A acessibilidade aos apoios informais condiciona o que pode acontecer ao nível dos apoios formais, ou seja, a rede familiar,

desde que existente, é a primeira a ser solicitada. Quando esta não dá resposta, assumem esse papel as redes de solidariedade formal.

O primeiro círculo será então composto pela família (mais próximo do sujeito) – solidariedade informal primária. O segundo pelos vizinhos e amigos – solidariedade informal secundária. Estes dois círculos constituem a solidariedade informal. No terceiro círculo, estão situadas organizações/instituições que apresentam características tanto da solidariedade formal, (como creches, infantários, lares... etc).

Segundo Gil, o suporte social tem subjacente uma lógica preferencial, tendo como base um processo ordenado e uma selecção hierárquica compensatória. O sistema informal é aquele a que se recorre com mais frequência. Quando os elementos desta rede não estão disponíveis ou não existem, então solicitam o apoio do sistema formal. Estes apoios só são solicitados em último recurso, sendo que o complemento entre solidariedades formais e informais, não determina a substituição e aniquilação das solidariedades inter-geracionais (Gil, 1999).

O que o modelo nos pretende transmitir é a ideia de que o recurso às redes formais ocorre quando não se pode recorrer à rede informal ou quando esta não tem capacidade de resposta, reforçando a ideia de complementaridade das redes.

A filosofia subjacente a este modelo assenta na noção de sistema, uma vez que preconiza a existência de relações de interacção e interdependência entre as partes que o compõem, funcionando como um todo e não como a soma das partes. Bertalanffy refere a este respeito que “sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ligados entre si por relações, tais que, se um deles se modifica, os outros também se modificam e por consequência, todo o sistema é transformado” (Costa, 2002:19).

O suporte social, enquanto sistema, é constituído por vários subsistemas, todos eles distintos, que apresentam uma hierarquia de proximidade e importância relativamente à pessoa. Esta pode no entanto integrar todos estes subsistemas, interagindo estes entre si e complementando-se uns aos outros.

Vários estudos como (Cantor, 1989; Grand, 1989; Le Disert, 1989) mostram a importância das redes informais e demonstram que a rede familiar continua a ser a mais eficaz. Esta rede, além de se encontrar mais próxima das pessoas, conhece melhor as suas necessidades e limitações. A rede informal é intensa, embora não deixe de ser influenciada pelo tipo de família, proximidade de residência, número de descendentes... etc (Gil, 1998).

André Burguière reconheceu o aparecimento dos “avós bons”, nas sociedades industrializadas, ou seja, indivíduos que já deixaram o trabalho e que ainda estão em boa forma física e financeira e ficam com os netos (Burguière 1997). Libertam o tempo da família para outras actividades, cuidando dos netos.

Para Fernandes “as solidariedades familiares são uma fonte inesgotável de entajuda, apesar de se encontrarem expostas às perturbações sócio demográficas das sociedades modernas”(Fernandes, 2001:47).

Os trabalhos de Roussel (1976), Pitrou (1977), Bonvalet (1991) e Kellerhals (1997, 1998), entre outros, ajudaram a restituir a parentela à família, onde as trocas e os laços que unem os membros da parentela foram redescobertos. Os laços de parentesco são valorizados e as famílias constroem redes de relações onde circulam ajudas, bens e afectos. O parentesco voltou a integrar estudos acerca da família contemporânea Fernandes (2001).

De igual modo, Parreira, Gonçalves e Ilhéu consideram que “estão criadas as condições para o desenvolvimento de uma relação de inter-gerações (dos filhos aos bisnetos) mais duradoura e de maior solidariedade familiar, embora diferente na sua prática social da solidariedade familiar do passado (Parreira, 1993:53).

Para Fernandes “as solidariedades familiares são uma fonte inesgotável de entajuda, apesar de se encontrarem expostas às perturbações sócio demográficas das sociedades modernas”(Fernandes, 2001:47).

Existem alguns trabalhos que procuram abordar as relações entre as gerações, as formas de que se revestem e dentro de que contextos. A explicitação de algumas destas referências ajudaram-nos a enquadrar melhor o meu objecto de análise. Ainda que não abordem de forma explícita o papel da rede familiar alargada no processo educativo das crianças, nomeadamente o papel dos avós, o conceito de relações inter-geracionais permite-nos reter algumas ideias importantes. Além disso, este conceito, permite ter em conta as interações entre transformações globais e vida quotidiana familiar, dentro das quais as relações inter-geracionais vão-se constituindo, modificando e reproduzindo, fruto das profundas alterações demográficas que se verificaram nas últimas décadas no que concerne a família - aumento da taxa de divórcio, banalização da coabitação sem casamento formal, importância crescente das famílias monoparentais que introduziram modificações significativas no relacionamento entre a família nuclear e a família alargada.

O tipo de suporte concedido pela rede de parentesco e de vizinhança, aos membros de uma família, pode variar conforme as necessidades do momento vivido pelas famílias e as características socioculturais e económicas das redes nas quais se encontram inseridas. Como apontam (Dessen e Braz, 2000), esse suporte pode ser de tipo material ou financeiro; na forma de prestações de serviços de cuidados para com crianças menores, ou ainda, de tarefas domésticas; assim como no oferecimento de apoio emocional em momentos de crise e grande tensão. A forma como as redes de apoio são accionadas nesses momentos é um dos focos deste trabalho, destacando, principalmente, os laços inter-geracionais entre avós, filhos e netos, em termos das responsabilidades e direitos.

2.5.1 - Redes e solidariedades familiares

Importa neste quadro teórico, fazer uma abordagem às relações e alianças que uma sociedade ou grupos sociais estabelecem entre si, dando ênfase ao parentesco e às solidariedades das redes domésticas.

Afirmar que o parentesco alargado perde a importância nas sociedades modernas devido ao isolamento dos agregados domésticos, é uma ideia contraposta por outros estudos que vieram demonstrar não só a vitalidade das relações de parentesco, como também das suas formas sociais e geracionais (Vasconcelos, 2002).

As características e morfologias das redes de parentesco alargado nas sociedades contemporâneas têm sido tema de alguns estudos que validam a construção das solidariedades familiares e permitem uma explicação do comportamento social baseado em modelos de interacção entre os actores sociais (Portugal, 1995). O isolamento do núcleo conjugal é colocado em causa através dos estudos que compreendem os contactos no interior da rede e do parentesco (Kellerhals, 1994). A sua influência não pode ser reduzida aos efeitos normativos ou cumulativos da diversidade de interacção. Permite também estudar a forma como os indivíduos são condicionados pela sociedade em que vivem e o modo como eles a usam e a modificam no seu próprio interesse (Portugal, 1995). As redes, principalmente as de parentesco, demonstram muitas vezes como funcionam a solidariedade, a entajuda familiar e a troca de bens e serviços entre si (Vasconcelos, 2002). O parentesco, em qualquer tipo de rede tem uma importância tripla, primeiro porque os parentes estão

dispostos a se conhecer entre si, segundo porque o relacionamento com e entre eles é relativamente permanente, terceiro porque os parentes podem desempenhar um papel duplo que consiste em apoiar ou hostilizar um relacionamento conjugal dentro de uma rede. A amizade, como o parentesco tanto pode dividir como unir o casamento e a família (Bott, 1976).

A redescoberta dos laços familiares, presentes em todos os domínios da sociedade, a nova celebração da família constitui uma espécie de compensação à retirada do estado providência (Segalen, 1999). Vasconcelos (2002), num estudo que caracteriza os processos sociais de entreaajuda primária em Portugal e os processos de diferenciação social, concluiu que as entreaajudas são mais de carácter ocasional do que sistemático, funcionando basicamente numa rede de parentesco restrito e, em grande medida, de entreaajuda feminina.

Caracterizando sinteticamente as redes de apoio familiar relativamente à sua tipologia, conclui que são preponderantemente redes de parentesco inter-geracional directo, vindas do lado matriarcal e feminizadas. Outros salientam (Saraceno, 1988 e Kellerhals et al., 1994) que o papel feminino na manutenção da rede parental é claro em todas as investigações quer no fluxo da actividade, quer no fluxo de entreaajudas e que os apoios são fornecidos claramente pelos parentes da mulher, podendo estas ser consideradas de carácter sexuado, estruturadas por conhecidos processos de diferenciação de género. As excepções (Vasconcelos, 2002) são a nível da dádiva patrimonial e de formas de trabalho que são mais masculinas e do lado patriarcal.

Os conteúdos das trocas familiares são estratégicos, determinados por objectivos ao longo da trajectória social. Os processos de ajuda assentam mais nas famílias ligadas por laços de ascendência-descendência do que por laços colaterais. Vasconcelos (2002) confirma que as redes de solidariedade social se distinguem por uma série de características que as estruturam e são decorrentes do posicionamento das classes sociais das famílias. Kellerhals et al. (1994), afirmam que a solidariedade social não é uma característica dos meios populares e que as classes mais favorecidas se distinguem por um relativo egoísmo. O estatuto sociocultural não define tão linearmente as ajudas, variando o tipo de ajuda, consoante a profissão e o estatuto económico das famílias. Outra característica importante nas redes é a aproximação geográfica que por vezes privilegia as famílias a nível dos apoios da guarda das crianças e dos serviços domésticos.

2.5.2 - A presença das redes nos cuidados à criança

A importância das redes de apoio na configuração da realidade familiar pesa nos laços e nas possibilidades das respostas e opções ao nível da família, mais ainda no caso das famílias monoparentais

A generalização da actividade laboral feminina veio levantar a questão da guarda das crianças, a partir da década de 60. Guerreiro (1995 e 2000) e Nunes de Almeida et al (1998) afirmam que no que respeita à actividade feminina, Portugal (sexto país da União Europeia em 1995) se encontra próximo dos países da Europa com maior presença de mulheres no mercado de trabalho. São as portuguesas que mais trabalham a tempo completo no conjunto das mulheres europeias que são mães.

No caso das famílias cujas mulheres trabalham e enfrentam a compatibilidade entre os novos papéis profissionais e as formas tradicionais de organização doméstica, são obrigadas a utilizar estratégias de conciliação (Soler, 2002). Os filhos muito pequenos, em idade pré-escolar são os que representam, em termos de guarda, o grupo mais vulnerável que faz com que os pais ponderem muito bem os modos de prestação de cuidados. Soler (2002) refere que as estratégias utilizadas pelas famílias para ultrapassar o problema da guarda das crianças podem ser caracterizadas como: estratégias principais, complementares, extremas e indirectas. Tais estratégias vão desde as que por si só são suficientes para responder, na totalidade, às exigências domésticas até a outras em que a compatibilidade se resolve na prática eliminando o problema, através da decisão de abandonar o emprego. Torres e Silva (1998) apontam três tipos de estratégias relativas à divisão do trabalho e aos cuidados socioeducativos das crianças; as estratégias de subsistência, destinadas às famílias dos grupos sociais caracterizados por escassez de meios económicos e sociais em que a guarda não obedece a escolhas definidas mas sim a factores circunstanciais, as estratégias de partilha (serviços exteriores à família) adoptadas pelas famílias com uma maior estabilidade económica, permitindo-lhes a dupla profissionalização e uma mobilidade social ascendente; as estratégias selectivas que permitem às famílias dotadas de recursos económicos elevados fazerem opções de acordo com os modelos idealizados.

As soluções de guarda das crianças mais escolhidas quando as mulheres exercem uma profissão são as exteriores à família. Quando a opção pela rede familiar se revela baixa, as tarefas socioeducativas e de guarda das crianças passam a ser partilhadas entre o núcleo familiar e os serviços educativos. Os equipamentos de educação aparecem, assim, como instituições de recurso e apoio às mães que exercem uma profissão.

Portugal (1998), ao analisar o papel das solidariedades primárias via manutenção do bem-estar familiar, tendo como problema concreto o nascimento do primeiro filho, concluiu que um acontecimento extraordinário na vida familiar permite perceber como a existência de um sistema de dádiva possibilita uma resposta eficiente a novas necessidades. Verificou que a maioria das crianças fica entregue à avó materna, enquanto as restantes estão entregues a outros familiares, incluindo a avó paterna, a amas, instituições e empregada doméstica, predominando o modelo de guarda familiar. O estudo de Soler (2002), reafirma que em Espanha a ajuda da geração anterior parece seguir uma dupla lógica de consanguinidade e de género. A ajuda feminina continua a ter um papel preponderante na maior parte das tarefas. As avós maternas prestam ajudas significativas também nas tarefas domésticas que não estão relacionadas com a guarda das crianças e em ocasiões extraordinárias, a rede familiar torna-se uma ajuda crucial em situações de doença das crianças, férias escolares, etc. Torres e Silva (1998) referem que as redes de inter-ajuda familiar, na região da Grande Lisboa estão mais centradas nas trocas afectivas do que na prestação de serviços. Portugal (1995) conclui que as famílias com situação económica precária são também aquelas que recorrem mais à família por escassez de alternativas. Estas famílias, mais carentes, são desfavorecidas quer informal quer formalmente pelo facto das redes de apoio se exercerem de forma desigual. Estudos indicam (Torres et al., 2004 e Vasconcelos, 2005)) que as redes de entajuda familiar estão menos presentes do que se esperava e que as famílias que poderiam precisar destes apoios (com mais carências económicas) são as que com eles menos podem contar.

2.6 – AS RELAÇÕES ENTRE AVÓS E NETOS

Seria mais adequado falar aqui das avós e não dos avós uma vez que se verifica o que podemos chamar de matrilinearidade das relações inter-geracionais.

De facto, todos os autores que se pronunciam acerca desta matéria o referem. Guerreiro⁹ (1986) no seu estudo sobre o caso de Alfama, encontra fortes “redes de entreajuda entre mulheres da mesma família” e destaca o seu protagonismo familiar, económico e social”. Goenen-Huther, Kellerhals e von Allmen (1994) referem que as trocas se fazem sobretudo através da linha feminina e que as mulheres são as actrizes principais deste jogo familiar.

Bawin-Legros e Gauthier (1992)¹⁰ destacam em particular o caso da manutenção de fortes relações afectivas entre netos e avós maternas em caso de divórcio uma vez que a guarda das crianças é preferencialmente dada à mãe. Estas autoras, numa pesquisa envolvendo 100 indivíduos, partem de uma tipologia dos avós com duas categorias principais: os “avós substitutos educativos” e os “avós transmissores” para uma interrogação acerca da produção social da permanência ou da ruptura inter-geracional.

Os “avós substitutos educativos” encontram-se (ainda que não exclusivamente) nos meios mais desfavorecidos e caracterizam-se pela tendência para substituírem os pais na responsabilidade de educar. Este tipo de relacionamento é marcado por um ritmo de contactos intenso - duas a três vezes por semana ou mesmo diariamente, é favorecido pela proximidade geográfica e constitui o prolongamento dos laços privilegiados mãe-filha, uma vez que se tratam, na sua maioria, dos avós maternos. Para além da motivação económica o estudo destaca a continuidade com o processo de apoio prestado aos filhos casados enquanto expressão específica da solidariedade inter-geracional.

Os “avós especialistas” são aqueles que se caracterizam por pertencer com mais frequência a classes médias e superiores, dotadas de um capital cultural importante e que privilegiam a sua independência e auto-realização para além do círculo familiar.

⁹ GUERREIRO, Maria das Dores (1986), *Mulheres do Fado, Fado de Mulheres: Alfama: O tecido Social, as práticas culturais e as suas Protagonistas*, trabalho de síntese, provas de aptidão pedagógica, Lisboa. ISCTE.

¹⁰ BRAWIN-LEGROS, Bernardete e GAUTHIER, Anne(1992) “Les relations inter-générationnelles: grands-parents dans la rupture et lacontinuité” in *Familles et Contextes Sociaux: les espaces et les temps de la diversité – Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES

Este tipo de relacionamento não implica uma menor solidariedade familiar significando apenas outras formas de expressão dos laços afectivos. O termo *especialista* é aplicado, pois estes avós tendem a auto atribuírem-se uma responsabilidade mais limitada e portanto específica. O seu relacionamento baseia-se numa atitude de companheirismo com um acompanhamento escolar activo e prolongado.

A organização dos tempos livres dos netos (que os autores denominaram de 'atitude clube' - actividades lúdicas, desportivas, passeios, visitas...) e a transmissão de bens simbólicos que inculquem nos netos, ligações às suas raízes.

Finalmente Bawin-Legros e Gauthier descrevem um terceiro perfil de relacionamento como passivo (avós ausentes ou quase ausentes) em que o contacto entre avós e netos é muito raro e que advém frequentemente da existência de problemas relacionais entre duas gerações.

É de referir que se identificaram assim factores de ruptura tais como a mobilidade social ascendente e factores de continuidade tais como a transmissão e a transferência de objectos e saberes, o ambiente, os ritos e os mitos familiares.

Num nível de análise mais macrossocial, procurei, com o contributo de outros trabalhos, encontrar algumas transformações ocorridas em anos mais recentes na sociedade portuguesa, que tiveram um impacte significativo na organização da vida quotidiana familiar, dos quais se destacam:

Torres e Vieira da Silva¹¹ partiram de duas constatações para efectuarem uma investigação sobre as soluções socioeducativas e de guarda das crianças na região da Grande Lisboa:

- Portugal é dos países da EU, com maior número de mães trabalhadoras e onde essas mães trabalham mais horas;
- A taxa de cobertura dos equipamentos públicos de acolhimento e cuidados com as crianças é das mais baixas no mesmo contexto europeu.

Para estes autores, esta tendência dos avós como apoio complementar é compreensível uma vez que a guarda das crianças é uma questão que requer uma solução de carácter estrutural, implicando um compromisso diário e grande

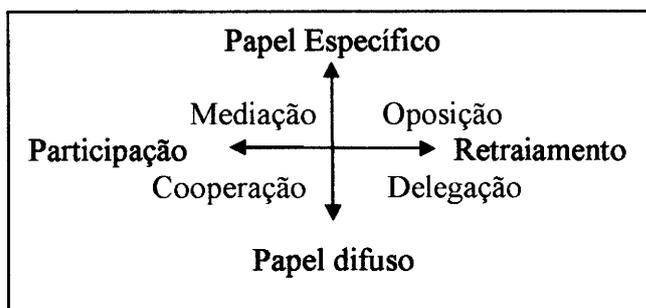
¹¹ TORRES, Anália Cardoso e Silva, Francisco Vieira(1988) "Guarda das crianças e Divisão do trabalho entre homens e mulheres" in GUERREIRO, Maria das Dores (org) Trabalho, Família e Gerações, Lisboa CIES/ ISCTE

disponibilidade, para os quais os avós ou outros familiares nem sempre estarão disponíveis.

Um outra questão a analisar é a importância significativa das relações intergeracionais, nomeadamente as relações netos - avós, num contexto global de inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, em que o recurso aos avós para a guarda das crianças é prática corrente, questiona-se, e adaptando o modelo de análise de Kellerhals e Montandon, qual o papel educativo dos avós enquanto instância socializadora do ponto de vista dos pais das crianças.

Como foi referido, Montandon e Kellerhals (1991)¹² têm vindo a estudar os estilos educativos das famílias relacionando-os com o seu meio social e tipo de coesão.

Analisaram dois vectores: a missão atribuída e o envolvimento parental ou participação, delineando assim uma tipologia que pode ser resumida no seguinte esquema:



No caso das crianças que passam uma parte considerável do seu tempo com os avós, são estes também importantes enquanto agentes socializadores.

Segundo estes autores a missão dos avós vai muito além da simples guarda ou satisfação das necessidades básicas da criança, para além da afectividade, os avós desempenham com eles outros papéis. Portanto, os avós são vistos não apenas como uma solução para a guarda das crianças, à falta de tempo ou recursos económicos, mas também como uma forma de complemento essencial à educação das mesmas.

Segundo Sampaio o papel dos avós na infância dos netos manifesta-se muito para além de uma função de guarda, são educadores por prazer, não por dever ou por missão, excepto nas situações em que substituem os pais por completo (Sampaio, 2008).

¹² KELLERHALS, Jean e MONTADON, Cléopâtre(1991), Milieu social, interactions familiairs etstyles éducatifs.

3 – PROBLEMÁTICA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Tal como referi no início, esta primeira parte do trabalho tinha como finalidade principal, por um lado, a justificação do estudo que pretendo desenvolver, e por outro, a delimitação epistemológica e conceptual do mesmo. Assim, impõe-se agora, tendo como referência tudo o que atrás disse, que proceda à delimitação da problemática, bem como à definição das perguntas de investigação. Este exercício consistirá num processo integrador dos diversos argumentos que invoquei ao longo dos capítulos anteriores, o que permitirá uma leitura mais incisiva sobre o trabalho de investigação que me proponho desenvolver.

Ghiglione, refere-nos que relativamente à fase metodológica “em qualquer investigação a primeira etapa consiste em determinar o problema, fixar os objectivos que procuramos verificar” (Ghiglione, 1993:21).

Considerando que, “a escolha do problema decorre de grupos, instituições, comunidades ou ideologias em que o pesquisador se move” (Gil, 1989:54), e que se identifica como sendo “algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas”, tal como nos salienta (Gil, 1989:52), a escolha do problema de investigação é uma fase bastante minuciosa e serve para que o investigador reflita um pouco sobre o percurso escolhido para a sua pesquisa.

A problemática escolhida centra-se no papel dos avós nas famílias monoparentais de enfermeiros do H.E.S.E.

Após a escolha do tema e a sua justificação, procurei elaborar a pergunta de investigação, pois tal como nos diz Fortin “uma revisão dos documentos teóricos e empíricos pertinentes para um domínio de interesses permite determinar o nível actual dos conhecimentos relativamente ao problema de investigação em estudo” (Fortin, 1999:40).

Assim, e tendo consciência de que a pergunta de partida, ou de investigação, é “a melhor forma de começar um trabalho de investigação social (...) que servirá de primeiro fio condutor da investigação” (Quivy, 1992:41), e que deverá ser “um enunciado interrogativo claro e não equivoco, que precisa os conceitos chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 1999:51).

A problemática escolhida diz respeito ao Papel dos avós nas famílias monoparentais de enfermeiros.

Tendo em conta as famílias que recorrem com alguma regularidade à guarda dos avós, conjugaram-se assim um conjunto de razões de natureza pessoal e disciplinar que me levaram a interrogar-me:

Quais os tipos de apoio solicitados pelos enfermeiros de famílias monoparentais (do HESE) aos avós na sua vida quotidiana?

Este estudo teve como objectivos:

Objectivo Geral

- Identificar e compreender o papel atribuído pelas famílias monoparentais de enfermeiros aos avós, enquanto meios de ajuda na sua vida quotidiana.

Objectivos Específicos

- Identificar as razões que levam estes profissionais a deixar os filhos à guarda dos avós;

- Identificar os apoios dados pelos avós a estas famílias;

- Analisar o papel dos avós, destas famílias monoparentais, na socialização dos netos:

- Identificar as medidas institucionais apontadas pelos profissionais de saúde para colmatar a situação, por serem uma família monoparental.

II PARTE: INVESTIGAÇÃO REALIZADA

4 – OPÇÕES METODOLÓGICAS

A escolha da metodologia de investigação, assim como o enquadramento da mesma, estão intimamente ligados com a problemática em estudo. Tendo-se como objectivo estudar o papel dos avós nas famílias monoparentais do enfermeiros do HESE, que se constitui como uma realidade sociológica, pareceu-me mais adequado adoptar uma perspectiva qualitativa, considerando que a maioria dos fenómenos sociais consiste em actividades criadoras de sentido de grupos e indivíduos acerca desses fenómenos, as quais são de interesse central para a Sociologia. Assim é necessário um método de investigação que permita descrever e compreender as experiências humanas.

Neste sentido, este estudo, ao procurar conhecer as relações humanas e a interacção entre os actores das famílias destes profissionais de saúde, utilizando a metodologia mais indicada para alcançar os objectivos a que me proponho, tendo como noção preponderante que a investigação social não é uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas, pois a escolha, a elaboração e a organização da metodologia a aplicar, variam consoante a especificidade da investigação (Quivy e Campenhoudt, 1992).

A ciência tem como principal objectivo conhecer a veracidade dos factos reais (Gil:1989), para tal, “importa que o investigador seja capaz de conhecer e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho” (Quivy, 1992:13).

Definir o caminho metodológico é essencial para que a pesquisa se realize sem nunca perder de vista a problemática, os objectivos, o objecto e os recursos disponíveis, pelo que se seleccionaram um conjunto de técnicas de entre as que mais se adequam ao estudo que se pretende desenvolver.

Herman define a metodologia como “...Um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica” (Lessard –Hérbert et al 1994:15). Por sua vez, Bell refere que a metodologia “procura explicar como a problemática foi investigada e a razão porque determinados métodos e técnicas foram utilizados” (Bell, 1997:190). Parece

evidente que ao tentar abordar uma realidade social, será o fenómeno a observar que define os métodos e técnicas a utilizar.

Carmo refere que “os métodos constituem de maneira mais ou menos abstracta ou concreta, precisa ou vaga, um plano de trabalho em função de uma determinada finalidade” (Carmo 1998:175). Ainda segundo o mesmo autor, a investigação qualitativa está associada a paradigmas e pressupõe existir uma correspondência entre epistemologia, teoria e método. Por sua vez cada tipo de método está ligado a um paradigma distinto e único.

Na escolha da metodologia tive por base os seguintes pressupostos:

- A análise da informação na pesquisa qualitativa é feita de “forma indutiva”;
- Os investigadores têm em conta a realidade global – holística;
- As fontes directas dos dados são as situações consideradas “naturais”;
- Os investigadores procuram conhecer os sujeitos a partir dos “quadros de referência” desses mesmos sujeitos;
- Os investigadores interessam-se mais pelo processo de investigação do que pelos resultados;
- A investigação qualitativa é descritiva;
- O investigador é o “instrumento” de recolha de dados. (Carmo 1998).

Definido por um carácter qualitativo, o estudo pode ser descritivo pela sua natureza exploratória, presenciando-se uma perspectiva analítica existente na natureza interpretativa do trabalho. A partir desta perspectiva, as metodologias indutivas passaram a ser as preferidas, numa tentativa de construir teorias a partir da realidade social concreta e nas quais os actores sociais se sentissem reflectidos e que pudessem elas próprias ser uma resposta para as problemáticas que estudavam (Lopes, 2003).

Optei por um estudo de caso, pois o estudo de caso é considerado segundo Carmo (1998) como um estudo de um ou mais casos particulares preocupando-se essencialmente com a observação, reconstituição e análise dos mesmos. Visto como uma abordagem no sentido em que imobiliza vários métodos de investigação, o estudo de caso é um estudo de aprofundamento de uma realidade. Preocupando-se o caso em retratar a realidade através do particular, é importante que o estudo de caso possa ser aplicável ao geral da realidade (Carmo 1998).

Tratando-se de uma construção teórica e empírica, fruto da própria construção social, o estudo de caso existente neste trabalho reporta-nos a uma delimitação do

próprio trabalho. Assim, o caso está delimitado tanto geograficamente, abrangendo apenas os enfermeiros de famílias monoparentais do H.E.S.E, como temporalmente, recaindo no ano 2009.

Neste sentido procura-se conhecer as vivências, expectativas e pensamentos, das famílias monoparentais (enfermeiros), e saber qual o papel dos avós na sua vida quotidiana.

4.1 – FASE DE DESENVOLVIMENTO DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

O processo de definição do desenho de investigação alicerçou-se na minha reflexão pessoal acerca das leituras efectuadas sobre a família, mais concretamente sobre as novas formas de família, a família monoparental e as metodologias a utilizar. Verifiquei que nestas famílias decorriam algumas dificuldades, nomeadamente, a gestão do quotidiano, sem muita possibilidade de partilha das tarefas educativas, ou seja, sem o suporte de uma complementaridade diária no exercício dessas tarefas, a regulação de autonomias e a importância das expectativas sociais, ou seja, como lidam estes pais com a sobrecarga de tarefas associadas ao exercício da parentalidade, razão que me levou a questionar sobre o papel dos avós no seio destas famílias.

Do conjunto desta actividade resultou a definição do problema, dos objectivos, bem como o desenho metodológico, ainda que genérico.

Após isto, a primeira questão que se me colocava e que exigia uma decisão rápida, tinha a ver com a escolha do local para a realização do meu estudo. Optei assim por escolher o HESE, e como objecto de estudo os enfermeiros de famílias monoparentais, pelo que mais facilidades de acesso me colocava face ao meu local de residência, e ao meu local de trabalho.

Chegando a esta fase procedi ao pedido de autorização ao Conselho de Administração do Hospital, o qual, após ter recolhido os pareceres julgados convenientes das diversas entidades e órgãos me autorizou a realização do estudo.

Solicitei ao Director de Enfermagem que me disponibilizasse o número de enfermeiros de famílias monoparentais, por serviço, e por sexo, tendo-me disponibilizado toda a informação junto da secção de recursos humanos.

Deu-se então início a um período de contactos informais com os diversos actores dos serviços nomeadamente o Director de Serviço, os Enfermeiras Chefes e as Enfermeiras com famílias monoparentais, com a finalidade de:

Dar a conhecer o meu estudo, sendo que lhe seria solicitado responder a uma entrevista; ser-lhes-ia ainda solicitada a gravação por elas realizadas;

Utilizei critérios de inclusão e exclusão dos entrevistados, mediante o tipo de família, incluindo no estudo só famílias monoparentais com filhos pequenos, e excluindo os outros tipos de famílias monoparentais.

Para cumprir estas decisões de forma sistemática foi elaborado o guião para as entrevistas efectuadas aos enfermeiros (anexo III), o qual referirei mais à frente.

4.2- FASE DE RECOLHA DE DADOS

Com base nas decisões então tomadas, iniciei o processo de recolha de dados para o trabalho de investigação. O período decorreu entre Julho e Agosto de 2009. A este período seguiu-se a análise de dados que se prolongou até Dezembro de 2009.

Na pesquisa realizada, procurarei manter e desenvolver uma atitude adequada e facilitadora na elaboração da mesma. A atitude do investigador em ciências sociais, diferentemente da utilizada pelo investigador em ciências naturais, exige envolvimento e distanciamento. Envolvimento que permita apreender as representações, os símbolos e as interdependências dos actores implicados no fenómeno em observação. Distanciamento para permitir discernir e afastar preconceitos, estereótipos e ideias de senso comum (Silva, 2000).

A pesquisa e leitura de bibliografia pertinente foram técnicas de recolha de dados utilizadas no presente trabalho. Como tal, foi necessário que o investigador tomasse conhecimento de outros trabalhos que foram elaborados acerca da temática agora em estudo ou relacionados com uma problemática semelhante. A escolha de leituras foi feita com algum cuidado, visto que para qualquer que seja o tipo e amplitude do trabalho, o investigador dispõe sempre de um tempo de leitura limitado (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Por tal razão recorri a elementos provenientes de autores diversos para caracterizar e fundamentar as opções assumidas neste trabalho.

4.2.1- A Entrevista

Para que se possa optar por uma técnica de colheita de dados, deve-se adequá-la ao campo onde os indivíduos vivem, ou onde experimentam a vida, às condições em que o fenómeno ocorre, e adequá-la às questões de investigação e à metodologia adoptada.

A entrevista é considerada umas das principais técnicas de investigação qualitativa.

Enquanto técnica de recolha de dados, considere-se que a entrevista “é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito de coisas precedentes” (Gil 1989:113). Esta técnica permite conhecer experiências e definições pessoais e a verbalização de sentimentos. Talvez por isso, seja uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Segundo Gil, “...parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação” (Gil 1989:113).

Neste tipo de abordagem indutiva, a entrevista é o modo de acesso às descrições do mundo vivido pelo entrevistado, envolvendo respeito ao interpretar o significado do fenómeno descrito (Fortin, 1999), sendo a entrevista individual a forma dominante de colher dados, que permite aos respondentes fazerem relatos da sua experiência particular. Esta proporciona uma explicação holística de toda a experiência vivida.

Uma das principais finalidades da entrevista é recolher opiniões que nos permitam caracterizar a problemática em estudo, conhecer algumas facetas dos intervenientes e perceber o seu comportamento, ou seja, conhecer o fenómeno na linguagem do próprio sujeito (Carmo 1998). Através dela poder-se-á conhecer o quotidiano dos enfermeiros, as suas dificuldades, as suas expectativas. Optei por uma entrevista semi-estruturada, pois esta permite aprofundar e colher de uma forma mais espontânea as vivências dos sujeitos do estudo, essencialmente devido à sua flexibilidade. Permite colher uma maior riqueza de informação, sem que se perca de vista os objectivos do estudo. Por outro lado, a entrevista, enquanto técnica, é

baseada num guião de entrevista pretendendo-se alcançar uma perspectiva intensiva do objecto de estudo.

Este tipo de entrevistas situa-se entre o ponto completamente estruturado e o ponto completamente não estruturado do *continuum* de formalidade. De acordo com Grawitz podem-se classificar as entrevistas segundo um *continuum*, variando entre um máximo e um mínimo de liberdade concedida ao entrevistado e o grau de profundidade da informação obtida (Carmo 1998).

Se é verdade que uma entrevista tem sempre a vantagem de adaptabilidade, podendo a resposta ser clarificada, os problemas prendem-se sobretudo com o tempo que é necessário dispor para a sua realização, bem como com a subjectividade que lhe está agregada enquanto técnica em que o investigador está num diálogo directo com os actores (Bell, 1997). É necessária pois uma preparação cuidadosa da entrevista a fim de evitar, o mais possível, intervenções de carácter subjectivo por parte do entrevistador.

A relação directa e o diálogo que se estabelece entre o entrevistado e entrevistador favorecem a compreensão do fenómeno. Neste sentido, Bell refere que “a forma como determinada resposta é dada (o tom de voz, a expressão facial, a hesitação, etc) pode fornecer informações que uma resposta escrita nunca revelaria” (Bell, 1997: 118).

Para ter um fio condutor, no sentido de não perder de vista os pontos que se desejam explorar, foi essencial elaborar um guião de entrevista.

No sentido de evitar possíveis enviesamentos, antes de proceder à aplicação do instrumento de colheita de dados, será necessário aplicar um pré-teste, que tem como objectivo principal avaliar a eficácia e a pertinência do instrumento de recolha de dados e verificar os seguintes elementos: se os termos utilizados são facilmente compreensíveis e desprovidos de equívocos; se a forma das questões utilizadas permite recolher as informações desejadas; se o instrumento da recolha de dados não é muito longo e não provoca desinteresse ou irritação; e se as questões não apresentam ambiguidade (Fortin, 1999).

Foram assim gravadas oito entrevistas, as quais tiveram uma duração média de 30 minutos. Essas entrevistas foram, de seguida, transcritas para suporte papel.

4.2.2 – Aspectos Éticos

O respeito pelos aspectos éticos da investigação é hoje uma componente incontornável em investigação com seres humanos e não pode em caso algum ser desrespeitado.

Foi lembrado a todos a obrigação e comprometimento do investigador com a confidencialidade, com o sigilo de tudo o que observava e do seu dever de não interferência no normal desenrolar das actividades do serviço.

Na segunda fase em que se iniciaram as entrevistas também foram respeitados os aspectos éticos recomendados e que são o consentimento informado, a confidencialidade e consequências (Klave, 1996). O consentimento informado foi solicitado a cada enfermeiro(a) no momento da entrevista, depois de lhe ter sido apresentada a finalidade da investigação, as características do desenho da investigação, com a consequente aceitação voluntária da sua participação, tendo sido igualmente obtida autorização para gravar a entrevista.

Também foram informados de que a qualquer momento poderiam desistir.

Foi igualmente garantida a confidencialidade dos dados, que seriam somente utilizados para o fim em vista e que o sigilo seria mantido em todo o trabalho, incluindo transcrição das entrevistas, pois somente o investigador iria ouvir os registos gravados. Garantiu-se também que, na redacção do trabalho, os dados que identificavam os informantes não seriam relatados, assim como nomes próprios, quer dos entrevistados, quer de outras pessoas citadas, seriam trocados por nomes fictícios, garantindo o anonimato. Foi-lhes assegurado que, o investigador, iria ser independente o mais possível para não haver enviesamento de resultados.

4.2.3 – Critérios de rigor na recolha de dados

Para terminar o subcapítulo relativo à recolha de dados, resta equacionar algumas questões relativas aos critérios de rigor usados. Alguns destes foram já enunciados no momento em que apresentei e justifiquei cada uma das técnicas de colheita de dados usados.

Todavia, relativamente aos critérios de rigor na recolha de dados, considero que, neste estudo os fundamentais foram:

A procura de fontes múltiplas face ao problema em estudo;

O uso de diferentes técnicas de colheita de dados.

Relativamente à multiplicação de fontes, recordo que me socorri dos enfermeiro(as), da bibliografia e da minha observação, proporcionando-me dados que contribuíram decisivamente para assegurar a saturação. Mas e mais importante que isso, permitiu a configuração cruzada de alguns conceitos. Assim estou convicta que o conjunto de estratégias de rigor adoptadas, garantem a fiabilidade dos dados obtidos.

5 – UNIDADE DE ANÁLISE E O CONTEXTO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

5.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO HESE (E.P.E)

O Hospital do Espírito Santo¹³ está situado em Évora, capital do Alto Alentejo, cidade onde a presença romana deixou as suas marcas no urbanismo geométrico do espaço interior à cerca velha, onde o olhar viaja pelos arruamentos labirínticos e estreitos, os pátios interiores, a cal e a taipa, que denunciam um passado islâmico.

A Cidade é hoje considerada Cidade Museu e é actualmente um centro urbano em pleno desenvolvimento urbanístico que foi classificada como Património da Humanidade pela Assembleia da UNESCO de 24/28 de Novembro de 1986.

Dentro da cidade de Évora, existe, há quinhentos anos o Hospital de Évora que está aberto ao serviço da população da cidade. Ao longo destes cinco séculos, o hospital sofreu diversas alterações e teve várias designações: Hospital Real, Hospital do Espírito Santo, hospital da Misericórdia; e após o 25 de Abril de 1974, Hospital Civil e Hospital Distrital de Évora; agora é de novo chamado Hospital do Espírito Santo.

A 2 de Abril de 1975, por imperativos legais, o Hospital do Espírito Santo, passou para a tutela do Estado. Neste mesmo ano, verificou-se a entrada em funcionamento do edifício novo do Hospital, sendo que nos últimos 20 anos, o Hospital de Évora, tem feito um significativo esforço de modernização e diferenciação.

- Criação do Serviço de Anatomia Patológica e da Morgue, instalados em edifício novo em 1979;
- Remodelação do edifício anexo ao Hospital e criação da Unidade de Hemodiálise, em 1986;
- Criação do Serviço de Cardiologia, com uma Unidade de Cuidados intermédios de Coronários, em 1990;
- Criação da Unidade de Neonatologia, em 1990;
- Remodelação do serviço de Urgência, criação do balcão de Pediatria e ampliação da Sala de Observações, Criação de núcleos de Exames Especiais, em 1991;

¹³ WWW.HES.pt

- Aquisição e instalação da TAC, de equipamento actualizado para exames do aparelho digestivo, remodelação total do em 1992;
 - Aquisição de equipamento para a introdução da Cirurgia Laparoscópica e Artroscópica, em 1993;
 - Criação da Unidade de Cuidados Intensivos, em 1994;
 - Anexação do Hospital ao edifício do hospital do Patrocínio, em 1995;
 - Criação do novo serviço de consultas externas no edifício do Hospital do Patrocínio, em 1997;
 - Criação do Serviço de Especialidades Médicas, com internamento no Hospital do Patrocínio e Hospital de Dia no Serviço de Pediatria, em 2001;
 - Em Outubro de 2002 iniciaram-se os partos sem dor na Maternidade, com reflexos evidentes na melhoria da prestação de cuidados à grávida e na humanização;
 - Remodelação do Serviço de Urgência, em 2005.
- O Despacho nº 5414/2008 de 28 de Fevereiro do Sr. Ministro da Saúde, que estabelece a Rede de Urgências, classifica a urgência do Hospital Espírito Santo de Évora em Urgência Polivalente.

Decorrente do Decreto-lei 50-A/2007, de 28 de Janeiro, o HESE passa a (E.P.E), integra o sector empresarial do estado desde 1 de Março de 2007, é um hospital público geral, integrado na rede do S.N.S., da Região Alentejo, tendo como missão desenvolver a sua actividade dirigida à prestação de cuidados de saúde diferenciados, garantindo padrões elevados de desempenho técnico-científico, de eficaz e eficiente gestão de recursos, de humanização e promovendo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

O Hospital do Espírito Santo tem vindo a melhorar a prestação de cuidados de saúde, quer com o aumento do seu quadro de pessoal e melhoria da sua formação, quer com a instalação de equipamento tecnológico avançado, tornando-o uma unidade de saúde com a vitalidade que lhe advém da consciência do seu dever. Velho de cinco séculos, o H.E.S.E., fundado presumivelmente em 1495.

Segundo Carapinheiro “ o hospital constitui o terreno privilegiado para o estudo dos modelos de socialização, e dos problemas resultantes do seu confronto com as práticas reais do exercício profissional, inscritos numa linha de pesquisa que começou por se fixar nos hospitais universitários e se centrar quase exclusivamente no modelo de educação médica, para se alargar depois aos problemas relativos à formação dos outros profissionais” (Carapinheiro, 1993:41).

O modelo de organização deste Hospital é composto por diferentes serviços ou unidades, que são denominadas por, Medicina I; Medicina II-Homens/Mulheres; Cirurgia Homens/Mulheres; Consultas Externas; Consultas de Pediatria; Oncologia; Diálise; Bloco Operatório; Obstetrícia; Ortopedia; Pediatria; Especialidades Médicas; Cuidados Intensivos; Hemoterapia; Imagiologia; Núcleo de Exames Especiais; Medicina Física e Reabilitação; Ginecologia; Neonatologia; Cardiologia; Urgências; Departamento de Psiquiatria e Saúde Ocupacional.

5.1.1 – Caracterização dos Actores Entrevistados

Segundo os dados fornecidos pelo HESE em Agosto de 2009, verificou-se a existência de 453 enfermeiros distribuídos pelos diversos serviços que constituem a instituição (Anexo II).

De entre estes, e segundo dados fornecidos directamente pelo Director de enfermagem, verificou-se que 86% do pessoal de enfermagem são do sexo feminino, o que significa que apenas 14% são do sexo masculino.

Através desta informação, verificamos ainda que a média de idades é relativamente baixa, situando-se entre os 36 anos, o que significa que o número de enfermeiras em idade fértil é elevado.

Da população de enfermeiros existente no HESE, optei por escolher uma amostra não probabilística, sabendo que estas “podem ser seleccionadas tendo como base critérios de escolha intencional” (Carmo, 1998:197).

De entre os vários tipos de amostragem não probabilística, elegi a amostragem em bola de neve, pois segundo Carmo, esta técnica “implica que o investigador conheça bem a população em estudo de modo a que possa seleccionar casos que considera como típicos” (Carmo, 1988:198)

Ultrapassei este problema de imediato uma vez que pertenço ao quadro da Escola de Enfermagem, onde estes profissionais tiveram a sua formação académica.

Da selecção fizeram parte 6 enfermeiros de sexo feminino e 2 enfermeiros do sexo masculino.

Esta distribuição apresenta-se ilustrada através do quadro nº: 1.

Quadro nº.1

Distribuição dos entrevistados por Sexo

Sexo	Frequência	Percentagem
Masculino	2	25
Feminino	6	75
Total	8	100

Relativamente às idades dos entrevistados, estão compreendidas entre os 27 e os 39 anos, sendo a sua média de idades de 29 anos.

Relativamente ao sexo, sendo uma profissão predominantemente feminina não me foi possível inquirir em igual número mulheres e homens. Optei por saber a opinião de inquiridos sobre a temática, visto ser a uma população específica (famílias monoparentais), quer masculinos, quer femininos.

Quadro nº2

Distribuição dos entrevistados por Anos de Serviço e Categoria Profissional

Categoria Profissional	Anos de Serviço								Total	
	[5-10[[10-15[[15-20[[20-25[
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Enf. Graduado	0	0	2	25	4	50	1	12,5	7	87,5
Enf. Especialista	0	0	0	0	1	12,5	0	0	1	12,5
Total	0	0	2	25	5	62,5	1	12,5	8	100

Verifiquei ainda, na amostra, que relativamente aos anos de serviço e à categoria profissional ocupada, que estas duas variáveis não são directamente proporcionais, ou seja, em certos casos verifica-se que apesar de ter mais anos de serviço, alguns enfermeiros, ocupam as mesmas categorias profissionais que enfermeiros com menos anos de serviço.

A amostra é constituída por 7 Enfermeiros Graduados e 1 Enfermeiro Especialista.

Outra característica que analisámos na nossa amostra, foi o grau académico (Quadro nº.4).

Assim, obtivemos 6 licenciados, dos quais 1 possui especialização numa área de enfermagem.

Quanto ao mestrado, entrevistei 2 enfermeiros, detentores desse grau.

Quadro nº. 3

Distribuição dos entrevistados por Grau Académico

Grau Académico	Frequência
Licenciatura	5
Licenciatura e Especialista	1
Mestrado	2
Total	8

5.2– FASE DE ORDENAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Ao mesmo tempo que decorria a recolha de dados, processava-se também a sua ordenação e análise. A ordenação já atrás foi parcialmente referida e consistiu na redução a texto de todos os dados recolhidos, ou seja, na passagem das entrevistas de suporte magnético para texto. Decidi assumir a responsabilidade deste procedimento uma vez que, na impossibilidade de analisar detalhadamente todos os dados à medida que iam sendo recolhidos, ao passá-los a texto desenvolvia uma percepção da globalidade que se desenvolveu muito útil para o meu trabalho.

Para conseguir verificar a saturação enumerei as entrevistas de forma a facilitar a sua percepção e por conseguinte a sua análise e interpretação dos dados.

Esta fase do trabalho para Fortin, define-se como “uma fase integrada no processo de investigação, presente de cada vez que o investigador se remete a um período de

colheita de dados e em que ele deve situar-se em relação ao que se emergiu dos dados e ao que resta descobrir” (Fortin, 1999:306).

Segundo Bogdan, a análise dos dados deve ser efectuada através de um “ processo de busca e de organização sistemático da transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou” (Bogdan, 1994:205).

Também para Poirier, a análise de dados é “ pôr em evidências as constantes das histórias de vidas, as regularidades que constituem o fundo comum das respostas dos sujeitos” (Poirier, 1995:101).

Assim, o processo que me pareceu mais adequado para a realização da análise de dados do estudo, foi a análise de conteúdo, que segundo Bardin, “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1995:42).

Esta técnica, caracterizada por Poirier por “um trabalho ingrato, longo, paciente, que requer, simultaneamente, um trabalho minucioso de análise e uma passagem dedicada à síntese” (Poirier, 1995:101). A análise de conteúdo tem assim como principal finalidade a interpretação dos dados, pois surgem de uma forma natural das entrevistas realizadas, obtendo-se material documental, que se transformará em dados interpretáveis através de uma correcta análise dos mesmos (Lessard – Hébert, 1994).

Consciente de que a análise de conteúdo é um processo complexo que envolve no seu trajecto: A definição de objectivos e do quadro de referência teórico; a constituição de um *corpus*; a definição de categorias; a definição de unidades de análise; a quantificação (que não é obrigatória de realizar) e a interpretação dos dados obtidos (Carmo:1998).

A totalidade de material transcrito das comunicações, ou seja, as entrevistas, constitui o “corpus” de análise. Tal como refere Vala “se o material a analisar foi produzido com vista à pesquisa que o analista se propõe realizar, então, geralmente, o corpus de análise é constituído por todo esse material” (Vala, 1986:109).

A partir do momento em que se constitui o «corpus», urge tratar esse material, ou seja, codificá-lo. A codificação, segundo Bardin é uma transformação dos dados

brutos, que, sendo agregados em unidades, permitem uma descrição mais exacta das características pertinentes do conteúdo (Bardin:1995). Então, uma análise de conteúdo pressupõe a definição de unidades de registo, de contexto e eventualmente de enumeração.

O autor supra citado, defende que o critério de recorte na análise de conteúdo é de ordem semântica, ou seja, considera o tema como unidade de registo. (Bardin:1995).

Após emergir o *corpus*, torna-se fundamental o seu tratamento codificando-o.

Esta codificação não é mais do que definir categorias, que segundo Grawitz, “são rubricas significativas, em função das quais o conteúdo será clarificado” (1993, cf. Carmo,1998:255).

Para Bardin, esta fase da análise “corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo” (Bardin, 1995:103).

Berelson, define o tema como “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulações singulares” (Bardin, 1995:105). As respostas às entrevistas são na maioria das vezes analisadas tendo por base o tema, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação” (Bardin, 1995:105). Ainda segundo este autor, normalmente o tema utilizado como unidade de registo para estudar opiniões, atitudes, valores, crenças, etc.

Por sua vez a unidade de contexto é na perspectiva de Vala “o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo” (Vala, 1986:114). A opinião de Bardin tem subjacente a mesma filosofia, referindo que a unidade de contexto permite codificar a unidade de registo, cuja dimensão deve ser superior à desta, sendo tal facto de extrema importância para a compreensão da significação exacta da unidade de registo (Bardin, 1995). Será considerada como unidade de registo a entrevista.

Carmo, salienta-nos que unidades de registo “é o segmento mínimo de conteúdo que se considera necessário para proceder à análise, colocando-o numa dada categoria” (Carmo, 1998:257).

O mesmo autor faz ainda referência que “a escolha da unidade de registo depende pois dos objectivos estabelecidos e do quadro teórico orientador da investigação”

Assim, poderemos constatar que a unidade de registo não é mais do que uma porção de discurso obtido, que o investigador vai seleccionar colocando-o em determinada categoria correspondente, podendo ser de dimensões e natureza muito diversificadas.

Carmo, elucida-nos ainda que habitualmente a distinção das unidades de registo é feita “entre unidades formais, que podem ou não coincidir com linguísticas, e unidades semânticas”(Carmo, 1998:257).

No entanto, Bardin, salienta-nos que “o critério de recorte na análise de conteúdo é sempre de ordem semântica”, em que o tema “é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”(Bardin, 1995:104).

Sendo que este trabalho é ser baseado numa abordagem qualitativa, não impede a existência de uma quantificação específica, pois para Vala, a unidade de enumeração pode ser considerada como “a unidade em função da qual se procede à quantificação” (Vala, 1986:115).

Carmo reforça esta ideia defendendo que “as unidades de enumeração dizem respeito ao tempo e ao espaço: parágrafo, linha, centímetro, minutos de registo”. O mesmo autor realça ainda que “normalmente considera-se que uma maior frequência de uma categoria corresponde ao maior interesse que o autor de um discurso lhe atribui” (Carmo, 1998:258).

De todo este trabalho resultou uma categorização por mim produzida, cujo objectivo foi posteriormente aferir as categorizações, considerando:

A lógica interna de cada categoria;

A relação das categorias e destas com as subcategorias;

A relação entre as categorias, considerando as diversas fontes.

Findo estes procedimentos, seguir-se-á aquela que é considerada por (Pandit, 1996), a ultima fase do processo de investigação, que o autor designa como, “fase de comparação com a literatura. Esta fase caracterizar-se-á nos últimos capítulos, onde será apresentado o resultado da análise efectuada.

QUADRO Nº. 4 – GRELHA DE ANÁLISE

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ENTREVISTAS	F
Expectativas das famílias monoparentais face aos apoios externos/ Avós	Assistência à família	Acompanhamento diário	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;F8	8
		Dificuldades	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Apoios/ajudas	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Falta de tempo	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
	Opção por esta solução	Económica	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Verdadeira opção	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Vantagens/desvantagens	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Positiva	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Retribuição Financeira	E1;E3;E4;E5;E6;	5
		Sentimental/instrumental	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;	7
		Existência de conflitos geracionais	E1;E3;E5;E8	4
	Solução de Guarda Restrita	Guarda simples (alimentação, higiene ,	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Educativa (apoio escolar, transmissão de normas , transmissão de saberes	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Substituição (dos pais em reuniões escolares, consultas médicas, etc)	E1;E3;E5;E8	4
	Envolvimento de duas gerações (pais e avós)	Participação	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Dar orientações		
		Receber informações	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Regras de Controlo		
	Actividades conjuntas (3 gerações)	E1;E3;E5;E7;E8	5	
	Factores Relacionados com o trabalho por turnos	Pluriemprego	factores económicos	E1;E2;E3;E4;E5;E6; E8
Disponibilidade			E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
Emprego		Realização profissional	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
		Apoios de colegas pelo facto de ser família	E1;E2;E3;E4;E5;E6;E7;E8	8
Expectativas das famílias monoparentais face à instituição	Apoios esperados	Cresces/infantários	E1;E3;E4;E5;E8	5
		Redução de Horário/	E1;E3;E4;E6;E7	5
		Horário Flexível	E3;E4;E5;E6;E7;E8	6
		Tempos livres/desporto	E1;E3;E5;E6;E7;	5

6 – O PAPEL DOS AVÓS NAS FAMILIAS MONOPARENTAIS DOS ENFERMEIROS

Fazendo uma retrospectiva da parte metodológica do nosso trabalho, verificamos que a entrevista foi o instrumento de recolha de dados para o nosso estudo, e que aquando da sua realização recorremos à gravação autorizada.

Esta etapa foi muito valiosa pois só assim nos foi possível ouvir todas as entrevistas realizadas e posteriormente realizar a sua transcrição.

Com a leitura da documentação resultante, conseguiu-se através da análise de conteúdo criar um *corpus* de trabalho e seguidamente recortar e transcrever as unidades de registo, tudo isto claro está, tendo sempre presente o tema e os objectivos de estudo.

Da categorização efectuada salientam-se quatro áreas temáticas e as categorias subjacentes, assim como as unidades de registo características de cada uma.

A realização de uma grelha de análise permitiu-nos visualizar tudo isto e ainda criar as unidades de enumeração através das frequências das categorias.

A dar continuidade à análise de conteúdo, iremos neste ponto realizar a interpretação dos dados obtidos, sendo para isso fundamental considerar os objectivos do trabalho assim como o suporte teórico (Carmo:1998).

Carmo clarifica-nos que “além da descrição, a análise de conteúdo deverá não só possibilitar a compreensão do fenómeno que constitui o objecto de estudo, como fazer o Investigador chegar à sua explicação e podendo mesmo nalguns casos, fazê-lo chegar a formas de previsão” (Carmo, 1998:529).

6.1 – EXPECTATIVAS DAS FAMILIAS MONOPARENTAIS FACE AOS POIOS EXTERNOS/AVÓS

Relativamente aos enfermeiros do HESE entrevistados, enumeram-se como principais categorias influentes, a assistência à família, a guarda/educação dos filhos, dificuldades, opção por esta solução, aceitação da avó/avós, solução de guarda

restrita e envolvimento das duas gerações (pais e avós), tal como se poderá constatar através do quadro nº.6.

Quadro nº. 5

**Expectativas das famílias monoparentais face aos apoios externos/avós
Assistência à família**

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Expectativas das famílias monoparentais face aos apoios externos/Avós	Assistência à família	Acompanhamento diário
		Dificuldades
		Apoios /ajudas
		Falta de Tempo
	Opção por esta solução	Económica
		Verdadeira opção
		Confiança
		Vantagens/desvantagens
	Aceitação da avó/avós	Positiva
		Retribuição financeira
		Sentimental/instrumental
		Conflitos geracionais
	Solução de guarda restrita	Guarda simples (alimentação, higiene , segurança)
		Educativa (apoio escolar, transmissão de normas , transmissão de saberes)
		Substituição (dos pais em reuniões escolares, consultas médicas, etc)
	Envolvimento de duas gerações (pais e avós)	Participação
		Dar orientações
		Receber informações
		Regras de controlo
Actividades conjuntas (3 gerações)		

No que concerne à assistência à família, a sua divisão é feita em três subcategorias: acompanhamento diário, ajudas/apoios e inconvenientes

Assim ao analisarmos a assistência à família como condição de apoio e relacionamento familiar, relativamente à população estudada, verificou-se uma predominância de enfermeiros com um ou dois filhos. No nosso instrumento de

recolha de dados, foi também solicitado que nos informassem a idade dos filhos para que pudéssemos dar resposta aos nossos objectivos.

Ao tentar saber que implicações têm o facto de ser mães/pais de famílias monoparentais, nas funções maternas/paternais, verifica-se que são muitas as dificuldades com que estas famílias se deparam. Estes profissionais têm dificuldades em acompanhar os seus filhos na sua vida quotidiana, em dar-lhe apoio pedagógico, em levá-los à escola, às actividades extracurriculares, devido à incompatibilidade de horários, já que segundo os seus relatos, todos trabalham por turnos, o que ainda dificulta mais este acompanhamento. A maioria foi unânime em afirmar que têm muitas dificuldades em desempenhar esses papéis.

“dificuldades de vária ordem. Pouco tempo livre para estar com ele. Dificuldades em conciliar o meu horário com o dele. O meu filho exige muito de mim, o meu trabalho também, e é complicado.”(E1)

“Muitas. É muito complicado ter que tratar sozinho de duas crianças. A minha filha já me ajuda a cuidar do irmão, mas ela também ainda é muito nova e também ainda necessita de muitos cuidados”(E2)

“Muitas dificuldades. Quando me divorciei da minha Ex-mulher, ela foi trabalhar para Lisboa. Eu fiquei com a guarda do meu filho, tinha ele apenas 2 anos. Como deve calcular, tive muitas dificuldades a todos os níveis. Mudar fraldas, os banhos, a comida...”(E3)

“Falta de tempo. É complicado. Sou família monoparental e isso dificulta muitas coisas. Tenho que ser eu para tudo.”(E7)

Ao analisar esta categoria, verificamos que nestas famílias as dificuldades prendem-se com questões do quotidiano, questões emocionais, questões económicas...etc.

Relativamente às questões do quotidiano foram focados aspectos relativos à gestão de tempo. É o tempo o maior condicionante destes profissionais, com a

agravante de trabalharem em horários que não são compatíveis com os da sociedade comum, o que lhe vem dificultar a sua vida diária e familiar.

O quotidiano destas famílias é, regra geral, vivido em grande fragilidade psicológica pois que, quer desejado, quer apenas suportado é quase sempre angustiante e representa uma mudança que afecta negativamente a pessoa (Costa, 1999, in Martins, 1995).

Assim sendo nestas famílias monoparentais as funções e os papeis de cada um necessitam de ser avaliados segunda as circunstâncias que presidiram à reorganização do sistema familiar e, ainda, à idade das crianças e às regras do funcionamento familiar.

Quando existe uma ruptura conjugal, com a consequência de uma separação na família, na maior parte dos países ocidentais e europeus, o tribunal concebe a guarda dos filhos à mãe, devido ao carácter preponderante que o papel maternal teve na educação e nos cuidados dos filhos ao longo de vários séculos, (Marcão, 2002).

Como as entrevistadas são na sua maioria mulheres, os filhos ficaram a seu cargo, o que se transforma numa sobrecarga de tarefas.

Quando interrogados sobre quem acompanha os filhos nas idas ao médico e na doença, as respostas dizem-nos que são as mães a acompanhá-los, mas no acompanhamento na doença necessitam do apoio das avós.

“Quase sempre sou eu. Tiro o dia ao abrigo da lei da maternidade. Mas quando precisa de cuidados durante vários dias é o avô que fica com ele.”(E1)

“Quando adoece, e eu estou em casa, sou sempre eu que a levo ao médico”(E2)

“Eu faço todos os possíveis para acompanhar o meu filho. Quando ele está doente sou eu que vou com ele.”(E3)

“Sou eu que o levo ao médico, é um direito que eu tenho enquanto mãe.”(E5)

“...Sou eu. Devido à lei da maternidade, poso acompanhar a minha filha quando está doente.”(E6)

“...Sou sempre eu”(E7)

Constata-se que são as mulheres quem mais continuam a encarregar-se dos filhos. Segundo Guerreiro “são as mães, mais que os pais que faltam ao emprego quando os filhos têm problemas de saúde que requerem a prestação de cuidados por parte de uma pessoa adulta...”(Guerreiro, 2002:135).

A partir do momento em que se passa a ser mãe, vive-se as consequências da sua maternidade no emprego e no dia-a-dia familiar “o estatuto de ser mãe funciona como um elemento de hiper-feminização do estatuto social das mulheres, e como elemento descentralizador da sua situação profissional” (Covas, 1995:197).

Também no acompanhamento diário aos filhos se veio a verificar que é a mãe mais que o pai quem os acompanha diariamente, muito embora tenham que recorrer a terceiros para conciliar nos períodos em que estão ausentes.

Hoje, embora continuem a ser as mães que garantem mais acompanhamento quotidiano dos filhos, devido à profissão (Enfermagem), têm que recorrer a terceiros para cuidar dos seus filhos, recorrendo a fontes de apoio emocional por parte de redes sociais, recorrendo aos avós para a complementaridade desses papéis.

Também é de reconhecer, que apesar das mudanças legislativas no direito da família que ao longo de décadas se vem processando, não só no que se refere à relação trabalho/família como também ao reconhecimento global de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres (exemplo a lei da Maternidade), de facto as estatísticas continuam a mostrar a mulher como principal prestadora de cuidados.

Também quando questionados sobre quem ajuda e acompanha os filhos nas actividades escolares, a maioria respondeu que fazem os possíveis por os acompanhar, mas não é nada fácil, muitas vezes têm que recorrer ao auxílio aos avós dessas actividades:

“Eu faço sempre os possíveis para acompanhar o meu filho, mas tenho sempre que recorrer ao avô, pois como ele é reformado e tem mais tempo, ele ajuda-me sempre nestas tarefas”(E1)

“Nos trabalhos da escola, embora ele já os faça sozinho, quando pede ajuda sou eu que a ajudo.”(E2)

“Eu faço os possíveis para acompanhar o desenvolvimento do meu filho, mas diariamente necessito da ajuda dos meus pais, pois é na casa deles que ele está a maior parte do tempo.”(E3)

“Sempre que posso eu. Mas devido ao meu trabalho nem todos os dias isso é possível.”(E4)

Faço os possíveis para os acompanhar em todas as suas actividades, mas quando não é possível, recorro aos avós maternos...”(E5)

“Ainda não tem trabalhos. Acompanho-o sempre que posso no seu desenvolvimento cognitivo, a brincar, jogar...mas os meus pais (avós) têm um papel muito importante. São eles que mais tempo estão com ele.”(E6)

“Quando posso sou eu. Quando eu não estou está a avó que a ajuda nessas tarefas. A avó está muito mais presente na vida da minha filha do que eu. Não me sinto bem com esta situação, mas é a realidade.”(E7)

“Sempre que posso sou eu. Quando não posso recorro aos avós”(E8)

Já nas actividades extracurriculares, festas de amigos...etc, pelos discursos, verifica-se que os avós têm um papel muito mais activo na vidas dos netos que os pais:

“Às aulas de musica, pelo sempre ajuda ao avô, ele disponibiliza-se sempre para ir com ele, pois é sempre no horário em que eu estou a trabalhar.”(E1)

Relativamente às actividades extra-curriculares, são sempre os meus pais que a acompanham, porque é uma maneira de se sentirem ocupados e úteis, e adoram acompanhar a neta nas suas actividades desportivas. Para todas as actividades do meu filho conto com os avós.”(E2)

“...recorro aos avós maternos, porque moram em Évora,”(E3)

“Apoiam em todas as actividades. Sempre que eu não posso, eles estão presentes. Por exemplo, ir levar e buscar os netos à escola, acompanhá-los nas suas actividades diárias, a passeios...as refeições ...etc. acompanham-nos em tudo.”(E6)

“...mas partilho estas tarefas com os avós...”(E7)

“Recorro sempre aos meus pais quando e não posso estar com elas...”(88)

Foi também importante saber a distância a que viviam os avós para perceber a facilidade ou dificuldade com que estas famílias faziam a articulação entre os avós e netos. Quando questionados a que distância viviam dos avós, a maioria respondeu que viviam próximos:

“Dado a proximidade da minha casa com a dos avós, a minha filha praticamente vive com os avós. Moramos num bairro da cidade, a uma distância de 50 metros”(E2)

“A casa dos avós fica no lado oposto da cidade, mas nós passamos lá a maioria do tempo. Muitas vezes para ele não se levantar tão cedo, dormimos lá e ele fica mais confortável”(E3)

“Fica perto. Ambos moramos em Évora.”(E5)

“Moram em Évora. São uns 10 minutos de carro.”(E7)

“Também moram em Évora.”(E8)

Apenas dois dos entrevistados vivem fora de Évora, mas, diariamente trazem os filhos para a casa dos avós:

“Moro a 40 Km da casa dos avós, pois eles moram em Évora. Mas como trabalho em Évora, trago o meu filho e levo-o para a casa dos avós enquanto estou a trabalhar. Depois vou buscá-lo e vamos para casa.”(E1)

Eu moro em Arraiolos, e os avós moram em Évora. Eu escolhi a escolas dos meus filhos em função da morada deles. Moram relativamente perto das Escolas dos meus filhos.(E4)

Verifica-se assim, que a distância não é condicionante para os avós tomarem conta dos netos, pois os pais transportam os seus filhos diariamente para receberem os cuidados dos avós.

Ao conhecer as dificuldades que estes profissionais sentem a nível familiar, foi também importante recolher informação acerca do tipo de ajuda que usufruem. Concluí-se que as ajudas se situam principalmente, ao nível do acompanhamento dos filhos e aí os avós desempenham um papel decisivo. As ajudas vindas de outras redes de suporte, como as formais, são menos evidentes.

No que concerne às ajudas/apoios, constatamos que as respostas foram unânimes ao afirmarem que têm pouco tempo para estar com os seus filhos sendo sempre necessário a ajuda dos avós na execução das tarefas diárias:

O meu pai (o avô), é uma grande mais-valia, já a minha mãe trabalha por turnos e é mais difícil, ajudam-me nas funções de mãe. Dão-me muita assistência(E1)

“...peço a auxílio dos avós para a levarem ao médico, pois os avós (meus pais) já são ambos reformados e tem muito tempo livre.(E2)

“...diariamente necessito da ajuda dos meus pais...”(E3)

“...quando não é possível, recorro aos avós maternos, porque moram em Évora para os acompanharem nas suas tarefas.”(E4)

“...mas os meus pais (avós) têm um papel muito importante. São eles que mais tempo estão com ele..”(E5)

“Quando eu não estou está a avó que a ajuda nessas tarefas. A avó está muito mais presente na vida da minha filha do que eu.” (E6)

“Quando não posso recorro aos avós.” (E7)

“Sim. Recorro sempre aos meus pais quando eu não posso estar com elas”(E8)

Segundo (Friedman, 1992), é através da comunicação, que a família se desenvolve como unidade que vai criando os seus limites e partilhando regras, afectos, papeis, expectativas.

No que se refere às relações pais/filhos, as dificuldades de conciliar a profissão com a vida familiar e o tempo para os filhos suscitam diversos problemas, que citando (Gonçalves,1980.139) se traduzem em “assegurar a todos os membros a satisfação das necessidades materiais e afectivas básicas e a cada um realizar progressivamente o máximo das suas potencialidades individuais, assim como permitir acomodação de uma cultura e a transmissão dessa cultura”.

Também segundo Relvas e Alarcão (2002), a educação dos filhos é a principal dificuldade sentida pelas famílias, mais ainda nas famílias monoparentais.

Evidenciou-se na nossa análise que são as solidariedades inter-geracionais são as mais relevantes na ajuda a estes profissionais, tendo aí papel de relevo as mães e /ou as sogras.

Num estudo de Vasconcelos, afirma-se que “as solidariedades e entreajudas familiares funcionam com bases em redes de pessoas, particularmente parentesco, ...sendo as solidariedades familiares, particularmente as inter-geracionais, que têm uma importância relevante, nas suas vidas quotidianas e trajectórias sociais, centrada nos progenitores do casal e sobretudo nas mães de ambos os cônjuges(Vasconcelos, 2002:508).

Foram menos evidentes as ajudas de vizinhos e amigos, muito embora alguns inquiridos recorrerem a este tipo de ajudas informais secundárias.

Também segundo Alarcão “...as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam à família nuclear nem à família extensa, mas incluem o conjunto dos seus vínculos interpessoais: família, amigos, relações de trabalho, de inserção comunitária e de práticas sociais”(Alarcão, 1998:97).

Para Relvas(1998), a visão sistémica confere à família uma dimensão que ultrapassa a linearidade de um número restrito de indivíduos ligados por laços biológicos ou legais.

Se a Revolução Industrial originou a alteração na estrutura das famílias, ou seja, a passagem da família alargada para a família nuclear. Hoje verifica-se uma inversão desta tendência, pois cada vez mais se verifica que os casais recorrem à família alargada (pais e sogros) para cuidar dos seus filhos. Neste ciclo vital de filhos pequenos e filhos na escola, verifica-se através do estudo o papel da rede familiar

alargada no processo educativo das crianças, nomeadamente o papel dos avós, o conceito de relações inter-geracionais parece ser decisivo para as famílias monoparentais. Além disso, este conceito, permite ter em conta as interações entre transformações globais e vida quotidiana familiar, dentro das quais as relações inter-geracionais se vão constituindo, modificando e reproduzindo e onde a solidariedade inter-geracional, vai assumido contornos cada vez mais importantes, nomeadamente no papel desempenhado pelos avós na substituição, em muitas tarefas quotidianas, dos pais.

Num nível de análise mais macrossocial, procurámos, com o contributo de outras pesquisas, relatar algumas transformações ocorridas em anos mais recentes na sociedade portuguesa, que tiveram um impacte significativo na organização da vida quotidiana familiar.

Actualmente é reconhecido que o processo de socialização da criança, devido à incompatibilidade entre os horários profissionais dos pais e os horários das instituições de enquadramento das crianças e, no caso das crianças mais novas, devido à insuficiência de instituições públicas de acolhimento, recorre com frequência aos avós para a guarda das crianças.

Quando questionados sobre as dificuldades da sua vida quotidiana no apoio aos filhos, os enfermeiros entrevistados foram unânimes em responder que a falta de tempo para estar e acompanhar os filhos, é uma das maiores condicionantes:

“Falta de tempo. Dificil conciliar horários. Moro fora de Évora, o que ainda se torna mais difícil” (E1)

“Tenho falta de tempo, principalmente em conciliar o meu horário com o da minha filha.” (E2)

“Quando me divorciei da minha Ex-mulher, ela foi trabalhar para Lisboa. Eu fiquei com a guarda do meu filho, tinha ele apenas 2 anos. Como deve calcular, tive muitas dificuldades a todos os níveis. Mudar fraldas, os banhos, a comida... não consigo arranjar tempo para tudo isto” (E3)

“Falta de tempo. È muito complicado ter que tratar sozinho de duas crianças.” (E4)

“Pouco tempo livre para estar com ele. Dificuldades em conciliar o meu horário com o dele. O meu filho exige muito de mim, o meu trabalho também, e é complicado.”(E5)

“Falta de tempo, mas como vivo com a minha mãe, concilio com ela e vou colmatando esse problema.”(E6)

“Falta de tempo. È complicado. Sou família monoparental e isso dificulta muitas coisas. Tenho que ser eu para tudo.”(E7)

Pelos discursos verifica-se que um só educador para cuidar da família vê a sua tarefa extremamente dificultada. Conciliar a família e o trabalho é para estes profissionais uma sobrecarga de tarefas e só as conseguem desempenhar recorrendo à ajuda de terceiros, nomeadamente aos avó, que se afiguram como a solução mais viável.

Razão de escolha por esta solução

No que concerne às razões de opção por esta solução (recurso ao apoio dos avós), por parte dos enfermeiros entrevistados, a sua divisão é feita em três subcategorias: Económica, verdadeira opção, vantagens/desvantagens.

Grande parte das entrevistadas recorre aos avós maternos como solução, referindo-se na maior parte das vezes à “avó”, o que vem confirmar a tendência para a matrilinearidade das relações inter-geracionais nas famílias, como já referi no quadro teórico a propósito de alguns estudos. Das oito entrevistas, duas afirmam recorrer também aos avós paternos, sendo as tarefas educativas partilhadas entre avós paternos e maternos, consoante a disponibilidade de uns ou outros.

Analisando as entrevistas, a segurança e o bem-estar físico e emocional das crianças são os factores fundamentais que levam os pais a recorrer aos avós em detrimento de outras soluções. Além do facto destes usufruírem de maior disponibilidade, grande parte das mães/pais, afirmaram ainda não confiar em mais ninguém para ficar com os seus filhos.

Quando questionados se a opção de deixar os filhos à guarda dos avós tinha a ver com razões económicas, a maioria respondeu que era uma ajuda muito importante:

“...porque economicamente me ajuda muito, pois como sou família monoparental, só tenho o meu vencimento e estas ajudas contam.”(E1)

“A nível económico, ajudam-me bastante...”(E2)

“O factor económico é importante...”(E3)

“O factor económico conta...”(E4)

“Economicamente, é uma grande ajuda...”(E5)

“Economicamente ajuda muito...”(E6)

“Economicamente, ajudam muito...”(E8)

Pode-se dizer que o facto de deixar os filhos ao cuidado dos avós é uma ajuda económica significativa, mas o mais importante para estas famílias é a confiança que neles depositam, fazendo-o por verdadeira opção. Assim, a confiança que depositam nos avós, revelou-se a razão central da opção por esta solução. Os enfermeiros entrevistados foram unânimes em dizer que são as pessoas em que mais confiam, como se pode verificar pelos discursos:

“Porque como disse atrás confio muito nele.”(E1)

“...são as pessoas em que eu mais confio...”(E2)

“Porque são pessoas em que eu confio plenamente.”(E4)

“Porque são as pessoas em que eu mais confio”(E7)

Fico mais descansada.”(E8)

Analisando as entrevistas, a segurança e o bem-estar físico e emocional das crianças são os factores fundamentais que levam os pais a recorrer aos avós. Além de estes usufruírem de maior disponibilidade, muito embora se verifique que a maioria dos avós ainda está no activo, grande parte das mães entrevistadas afirmaram não confiar em mais ninguém para ficar com os seus filhos.

Foi também importante perceber, se ficando os netos à guarda dos avós quando as mães/pais não podem ficar com os filhos, quem se ocupa mais das tarefas com os netos. Pelos discursos, verifica-se que são os avós maternos, principalmente a “avó”, quem mais se ocupa das tarefas com os netos:

“Fica mais aos cuidados da avó materna” (E2)

“É a avó paterna quem fica mais com ele, mas todos ajudam.” (E3)

“Ambos ajudam, mas a avó materna é quem tem um papel mais activo com eles.” (E4)

Sempre com os avós maternos. Principalmente com a avó, por ter mais disponibilidade.” (E5)

“Com a avó materna...” (E6)

Podemos concluir que grande parte das nossas entrevistada(os), recorrem aos avós maternos como solução de guarda e referindo-se na maior parte das vezes à avó, o que vem confirmar a tendência para a matrilinearidade das relações inter-geracionais nas famílias, como já referimos no quadro teórico a propósito de alguns estudos¹⁴.

As vantagens apontadas são vistas como tão importantes e tão significativas que as mães/pais entrevistados demonstraram dificuldade em apontar pontos negativos na guarda dos seus filhos pelos avós. A maioria começou por afirmar que não existiam

¹⁴ GUERREIRO, Maria das Dores (1998) e COENENHUTHER, Josette; KELLERHALS, Jean e VONALLMEN, Malk (1994), op, cit.

quaisquer desvantagens, mas no decorrer da entrevista acabaram por revelar a existência de algumas divergências na forma de educar.

Um aspecto indicador destas diferenças manifesta-se no reconhecimento frequente da existência de “dois mundos” (associados a duas gerações diferentes) nos quais as crianças se movem com maior ou menor facilidade

Quando questionados sobre as vantagens de deixarem os filhos à guarda dos avós, responderam por unanimidade:

“Como vantagens, tenho a sorte de ter uma figura paterna que acompanha o desenvolvimento do meu filho, penso que isso é muito importante, marcam pontos de referência no seu desenvolvimento. Ensinam-lhe as mesmas coisas que me ensinaram a mim, e isso são valores que nos acompanham ao longo da vida. Também é vantagem o factor económico, mas acima de tudo é eu ter a certeza que o meu filho fica bem.”(E1)

“São muitas as vantagens, sendo a maior o facto de ir trabalhar com uma grande tranquilidade, porque sei que ele está tão bem, como se estivesse comigo.”(E2)

“A vantagem é que são as pessoas em que eu mais confio. Sei que é tão bem tratado como por mim.”(E3)

Vantagens, é a pessoa em que eu mais confio. Estou sempre descansada, sei que é tão bem tratada por ela, como por mim.(E4)

“As vantagens são inúmeras. O eu estar sempre descansada no serviço por saber que ela está muito bem. Economicamente, também me ajudar bastante. Ter a afectividade que eu muitas vezes não lhe posso dar. Viver no seio da nossa família e não estar com pessoas estanhas, é muito bom.(E7)

“As vantagens é que eu fico muito descansada quando elas estão com os avós.(E8)

Referem algumas desvantagens na educação transmitida pelos avós, não lhe atribuem grande importância, mas algumas vezes gera pequenos conflitos entre gerações relacionados com a chamada “educação” das crianças:

“Conflito propriamente dito não. Mas eu educo o meu filho de uma maneira e os avós educam de outra forma, com regras menos rígidas, são mais flexíveis às vontades do neto, enfim, no seu papel de avós.”(E1)

“É obvio que existe. Eles educam o meu filho com me educaram a mim, mas agora pelo facto de ser neto ainda mais permissivos. Eu exerço regras mais rígidas com ele”.(E3)

“Sim. Isso existe. Eles têm uma educação em casa, depois têm outra com os avós. Muitas vezes dizem-me, tu não deixas fazer nada, os avós deixam. Ele principalmente diz-me os avós são mais meus amigos. Mas pronto tudo isto é ultrapassável.”(E4)

“Desvantagem. Há comportamentos que ela tem que não são de forma alguma a minha reprodução, são reprodução da minha mãe. E depois dão-se alguns pequenos choques. imagina uma criança a pensar assim. Então se eu com a minha avó posso fazer, com a minha mãe não posso...fica um pouco complicado para ela, mas são pequenas coisas.”(E6)

“Desvantagem, são muito poucas. Há certas coisas que a minha mãe faz com as quais eu não concordo. Mas eu não tenho coragem de lhe dizer. Como sinto que lhe estou a dever muito, não lhe digo nada. E isto passa por ser muito permissiva com ele.”(E5)

“Nalgumas coisas difere, são gerações diferentes, e em situações diferentes. Eu como mãe tenho um papel , os avós tem outro papel. E ela já percebe, mas como é óbvio está sempre a tentar persuadir-me, os meus avós não gritam, são bons para mim, dão-me tudo. Mas são só estas pequenas coisas”.(E7)

Verifica-se portanto certas diferenças culturais entre gerações que criam desacordos. As mães vivem por um mundo pautado pela cientificidade e objectividade, o que origina alguns conflitos geracionais, considerando que os avós são mais tolerantes e permissivos com os netos, não lhes inculcando regras e normas

básicas, consideradas essenciais na sociedade actual. Consideram, portanto, que a forma de educar os filhos difere um pouco da educação que lhe é dada pelos avós:

“Cada ensinamento tem as suas vantagens. Eu ensino coisas ao meu filho. Também é muito importante a educação que os avós lhe dão. No fundam complementam-se”.(E1)

“Sim. Eu costumo dizer, eu educo e vocês deseducam. Mas é uma forma de expressão. Penso que é muito bom para a minha filha aprender com os meus pais. O que lhe ensinam será sem dúvida uma grande lição para a sua vida”.(E2)

“O que eu mais valorizo na nos meus pais (os avós) e a parte mais emocional que eles lhes transmitem, que é muitas vezes o que me falta a mim, devido à falta de tempo e grandes ausências devido ao meu trabalho.”(E3)

“Sim. Isso existe. Eles têm uma educação em casa, depois têm outra que os avós lhe transmitem. Às vezes dizem-me, tu não deixas fazer nada, os avós deixam. Ele principalmente diz-me os avós são mais meus amigos. Mas pronto tudo isto é ultrapassável.”(E4)

“...eles fazem todas as vontades ao neto. Assumem um papel completamente diferente daquele que tinham comigo, que eu ainda recordo quando eles eram pais. Sim é diferente e isso às vezes confunde-o. Eu tento dar-lhe uma educação, depois tem outra com os avós, e como a maior parte do tempo dele é passado com os avós, prevalece a educação dos avós.(E5)

“Há comportamentos que ela tem que não são de forma alguma a minha reprodução, são reprodução da minha mãe. E depois dão-se alguns pequenos choques .imagina uma criança a pensar assim...então se eu com a minha avó posso fazer, com a minha mãe não posso...fica um pouco complicado para ela, mas são pequenas coisas.(E6)

“Nalgumas coisas difere, são gerações diferentes, e em situações diferentes. Eu como mãe tenho um papel , os avós tem outro papel. E ela já percebe, mas como é

obvio está sempre a tentar persuadir-me, os meus avós não gritam, são bons para mim, dão-me tudo. Mas são só estas pequenas coisas. (E7)

Verifica-se portanto que os enfermeiros tendem a desvalorizar os pontos negativos associados às ajudas dos avós na guarda e acompanhamento dos filhos e, estes aspectos tendem a ser suplantados pelas enormes vantagens para as crianças percebidas por todos os entrevistados. É como se este desencontro entre diferentes perspectivas geracionais se tratasse de um efeito colateral, que aceitam correr em troca da ajuda necessária e indispensável.

Deste modo, relativamente às diferenças inter-geracionais, apesar de se verificarem algumas dissemelhanças nas práticas educativas das crianças, estas não são valorizadas a ponto de colocar em causa o apoio fornecido pelos avós.

Aceitação dos avós

No que respeita à aceitação dos avós, a sua divisão é feita em quatro subcategorias: positiva/negativa, retribuição financeira, sentimental/instrumental e missão atribuída.

Quando questionados sobre a aceitação por parte dos avós para cuidar dos netos, foram unânimes em responder que estes aceitaram positivamente:

“Muito bem. É uma distração para os avós. eles são muito felizes com o neto. Posso até dizer que se sentem realizados.” (E1)

“Os avós aceitaram bem o papel. Sentem-se realizados. A minha filha veio cortar a monotonia de duas pessoas reformadas, sem grandes tarefas para fazer.” (E2)

“Aceitou muito bem. Disponibilizou-se de imediato. Não posso deixar de referir que também os avós maternos o têm apoiado incondicionalmente. Como moram mais distantes, não estão tanto com ele, mas sempre disponíveis para ele.” (E3)

“Sim. Também eles se disponibilizaram para ficar com eles...” (E4)

“Sim. Muito positiva...” (E5)

“Muito bem. Adora a neta, eu digo até, ela vive em função da neta...”(E6)

“Aceitaram muito bem. São reformados e é uma maneira de se sentirem ocupados”(E8)

Quando questionados se os avós recebiam alguma retribuição financeira, por unanimidade responderam que não, mas sim que eram os avós que estavam sempre a contribuir com ajudas monetárias, conforme se verifica nos discursos:

“Não. Os avós não querem nada. Muito pelo contrário eles é que estão sempre a dar.”(E1)

“Não. Não querem nenhuma retribuição financeira. Fazem tudo com muito prazer, com muita satisfação.”(E3)

“Tenho retribuições para com eles, mas não financeiras, pois isso eles nunca aceitaram...”(E4)

“Nunca permitiram que eu pagasse nada. Nem comida, os produtos do banho, roupa, brinquedos...fazem questão de comprar tudo. É uma grande ajuda sem dívida.”(E5)

“Não... não existe nenhuma retribuição financeira, eles nunca aceitaram nada. Muito pelo contrário estão-me sempre a dar a mim. Os avós maternos têm participam mais nas tarefas, os avós paternos compensam mais monetariamente. Mas sempre que lhes peço é com a maior satisfação que ficam com a neta.”(E7)

Na tentativa de perceber como era o relacionamento entre avós e netos, verifica-se através das entrevistas que as relações familiares entre estes, não se proporcionam apenas em circunstâncias de necessidade dos pais, também referem a necessidade dos avós em estarem com os netos, e encaram a convivência destas duas gerações como bastante saudável para todos, principalmente nos casos de crianças mais pequenas:

“Têm uma relação muito boa. Ele já faz distinção entre os avós maternos e paternos, pois com os últimos vêem-se pouco, são visitas sociais que eu de vez em quando faço a casa dos meus sogros” (E1)

“Têm um relacionamento muito bom. É recíproco, a minha filha está sempre a querer ir para casa dos avós.”(E2)

“Um relacionamento muito positivo. Ele adora os avós e os avós adoram-no. Mesmo quando estou com ele, levam o tempo a telefonar para eu levar o menino. Brincam com ele, levam-no a passear. É um entretenimento mútuo. Estão muito apegados, e o meu filho adora-os.”(E3)

“Têm uma relação muito positiva, muito boa. O que eles mais gostam é de estar em cada dos avós”.(E4)

“Muito boa. O meu filho gosta muito de estar com os avos. Mesmo quando estamos em casa ele está sempre a pedir para ir aos avós”.(E5)

“Têm um relacionamento diário muito bom. A minha filha adora-a. Têm uma relação afectiva muito boa.”(E6)

“É um relacionamento muito positivo. Adoram-se. A minha filha tem mais tendência com os avós maternos, mas também gosta dos outros avós. Ela está sempre a pedir à avó para a levar para todo o lado“...uma afectividade contagiante de ambas as partes ...” (E7)

“Tem um relacionamento muito bom. Estão sempre a dizer que os avós são os maiores. Estão sempre a ensinar coisas interessantíssimas. Estão sempre dispostos a passear com elas. “São os melhores avós do mundo” ...os avós também estão sempre muito orgulhosos das netas. Sentem-se felizes”.(E8)

De tudo o que foi dito apreende-se que a missão dos avós vai muito além da simples guarda ou satisfação das necessidades básicas da criança. Para além da afectividade, como já referimos, os avós desempenham uma série de actividades com

os netos. Em certos casos, são os avós que os vão buscar à escola, levam-nas às actividades desportivas ou culturais extra-curriculares, partilham as actividades de lazer, como passear, brincar, acompanham-nos na doença e substituem os pais nas reuniões escolares. Os avós são vistos não apenas como uma solução para a guarda das crianças à falta de tempo ou recursos económicos dos pais, mas como uma forma de complemento essencial à educação das mesmas. O tempo passado entre avós e netos é encarado como salutar e positivo e é até bastante encorajado mesmo quando os pais têm disponibilidade para as crianças. De facto, a missão atribuída aos avós ultrapassa o papel instrumental, dado que é para todos os entrevistados, um meio de ajuda/apoio fundamental. Os avós chegam a ser concebidos como desempenhando um papel similar e complementar ao dos pais.

Solução de Guarda

No que respeita à solução de guarda, a sua divisão é feita em quatro subcategorias: Positiva/negativa, retribuição financeira, sentimental/instrumental e missão atribuída.

“O apoio é entretenimento. Sempre que não posso conciliar os meus horários (trabalho por turnos) com os horários do meu filho, sei que conto sempre com eles, principalmente com o avô pelas razões que já disse anteriormente, em todas as actividades dentro e fora da escola, nos passeios. Os avós estão sempre presentes na vida do meu filho.”(E2)

“Eu acho que o papel deles é complementar o nosso, dá-nos aquele campo mais emocional, mais sentimental que nós, porque andamos a correr, a trabalhar, e que ao fim e ao cabo, tenho pouco tempo para estar com ela. Eles acabam por, nessas vertentes mais emocionais, dar uma grande recompensa. Eles estão sempre quando eu não posso estar.”(E3)

“Apoiam em todas as actividades. Sempre que eu não posso, eles estão presentes. Por exemplo, ir levar e buscar os netos à escola, acompanhá-los nas suas actividades diárias, a passeios...as refeições ...etc. acompanham-nos em tudo.”(E4)

“Apoiam em todas as tarefas. Eu trabalho por turnos. Umhas semanas posso levá-lo à escola, já não posso ir buscá-lo, noutras o inverso, e assim é sempre. Quando faço noites, ficam com ele em casa. Portanto em todas as tarefas e actividades dele.”(E5)

“Apoia em tudo. Sempre que eu não estou ela assume todas as tarefas. É uma guarda que passa muito pela educação também.”(E6)

“Fazem todas as tarefas. Cuida, dão banhos, acompanham-na nas actividades, ajudam a fazer os trabalhos escolares, passeiam. Tudo.”(E7)

“Fazem-lhe a comida, passeiam, ajudam nas actividades. O avô ajuda nas tarefas escolares. Ajudam nas tarefas diárias.”(E8)

Podemos inferir dos discursos dos entrevistados, que é atribuído aos avós, na generalidade dos casos, um papel importante na educação das crianças, ou seja, os avós asseguram as necessidades básicas da criança, necessidades instrumentais, actividades lúdicas e através de toda esta convivência, são também um agente de essencial na educação e formação da criança. O papel instrumental e educativo das avós é salientado por todas as entrevistadas e é ainda complementado pelo acompanhamento escolar, organização de tempos livres dos netos e transmissão de valores, num sentido de continuidade familiar, como já foi referido.

Envolvimento das duas gerações

Este é um dos eixos que se pretendia analisar na sequência modelos teóricos de Kellerhals e Montadon. De facto, parece existir sempre um certo grau de implicação dos pais no processo educativo que se vai sendo partilhado com os avós, mas que não se traduz necessariamente numa necessidade de orientar esse

relacionamento. Como se pode verificar pelas respostas relativamente à questão colocada” costuma deixar instruções aos avós” sobre como cuidar dos netos:

“Quem sou eu para deixar instruções. Não. Confio completamente neles. Dizem que os avós deseducam, não concordo. São mais permissivos, mas têm aquele lado que os cativa. São muito amorosos, fazem-lhes muitas vontades, mas considero o relacionamento muito positivo.”(E4)

“Quem Sou eu para dar instruções”(E5)

“Não deixo instruções. Só no caso de ele estar adoentada e que realço alguns cuidados, nada de especial “(E6)

“Nós mães temos sempre a mania de deixar recadinhos. Não a deixes comer doces, faz-lhe lavar os dentes depois de comer...pequenas coisas. Mas só isto. Nunca questiono a maneira como eles a educam. Eu já fui educada por eles, mas também noto que eles são muito mais permissivos com a minha filha do que foram comigo. É o papel deles de avós.”(E7)

“Nunca. Porque também elas já têm idade para ter muita responsabilidade. As regras imponho-as a elas, e elas já as percebem.”(E8)

O aconselhamento ou instruções só se traduzem em acções conscientes no tocante aos cuidados de saúde em que fazem a transmissão das orientações recebidas pelo médico.

Saliente-se ainda, que algumas mães afirmam não darem, mas sim receberem orientações da parte dos avós.

Ainda hoje eu estou a aprender com eles. Sei que fazem o melhor por ele. Não preciso deixar instruções.”(E5)

Apenas duas mães referiram a necessidade de dar algumas orientações aos avós, mas frisando sempre que confiam muito neles:

“Sou mãe galinha...deixo o telefone da pediatra, os cuidados com a alimentação...não deixar comer as guloseimas que ele quer...mas só isso. Confio muito nos avós.”(E1)

Nós mães temos sempre a mania de deixar recadinhas aos avós, não a deixem ir para a rua brincar, não a deixem comer guloseimas...só esse tipo de coisas, mais nada.”(E2)

Quando questionados se os avós exerciam regras de orientação e controlo sobre os netos, a maioria respondeu que sim:

“...são avós e não podem fugir do papel de avós, mas transmitem-lhes os seus saberes, e estes são muito importantes.”(E1)

“Têm um papel muito importante na educação da minha filha. Pela razão que eu já expliquei, vivo num grande stress, muitas vezes não tenho tempo para a educar, que é mesmo assim, não tenho...”(E2)

“É obvio que eles exercem regras de controlo, pois como estão com ele muito tempo têm que lhe ir incutindo regras, mas são muito mais permissivos que eu. E então é assim, combinamos entre nós. Quando eu estabeleço uma regra eles não se metem. Quando eles estabelecem uma regra eu também não discordo. Isto na tentativa de não o baralharmos.”(E3)

“Com certeza que sim. Pois a maioria do tempo estão com eles, têm que exercer regras e autoridade. Eu vejo isso muito positivamente.”(E4)

“Claro que exercem. Eles têm também esse papel. De uma maneira muito mais suave, mas tem que lhe estabelecer regras. As crianças já se sabe, querem sempre fazer as coisas à vontade deles, e não pode ser.”(E5)

“É obvio que exerce regras de controlo, pois grande parte da educação deve-a a ela.”(E6)

“Sim. Impõem-lhes regras...só vamos passear quando acabarmos os trabalhos escolares. Só se levantam da mesa quando comerem tudo. Não adianta chantagem, na casa do avô é assim, e não quero reclamações. Mas também brincam muito. São espectaculares para a minha filha. Comigo não foram assim, eram bem mais duros. Agora são mais permissivo.”s(E8)

Não se pode de facto dizer que a directividade seja um dos vectores privilegiados na relação entre pais e avós quando se trata de dar instruções ou receber informações sobre o comportamento da criança, ou ainda na existência de actividades partilhadas pelas três gerações. Contudo, deve ter-se em conta que esta ausência de instruções ou pedidos de informações se prende também com a absoluta confiança que todas as mães/pais, depositam nos avós para a guarda dos seus filhos.

Podemos inferir daqui que é atribuído às avós na generalidade dos casos um papel bastante complementar na educação das crianças, ou seja, as avós asseguram as necessidades básicas da criança, necessidades instrumentais, actividades lúdicas e através de toda esta convivência, são também um agente de extrema importância na educação e formação da criança. O papel instrumental e educativo das avós está presente em todas as entrevistas e é ainda complementado pelo acompanhamento escolar, organização de tempos livres dos netos e transmissão de valores, num sentido de continuidade familiar.

1ª ÁREA TEMÁTICA - CONCLUSÕES

As expectativas da família face aos apoios externos/avós dos enfermeiros do HESE foram:

1 – ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA – Acompanhamento diário (são as mulheres quem mais continuam a encarregar-se dos filhos, o facto de serem famílias monoparentais, continuam a ser-lhes dada a guarda das crianças. Por serem um único educador traz-lhes tarefas acrescidas, existindo muita dificuldade em conciliar a vida profissional e familiar – **Dificuldades** – Referem dificuldades económicas, mas a sua maior dificuldade é a gestão do quotidiano. **Apoios/ajudas** - Devido ao facto de serem uma família com um só educador, têm necessidade da ajudas dos avós.

Falta de tempo – por unanimidade todos afirmaram ter falta de tempo para as suas tarefas quotidianas de acompanhamento das crianças).

RAZÃO DE ESCOLHA POR ESTA SOLUÇÃO – Económica (Por unanimidade todos afirmam que deixar os filhos aos cuidados dos avós é uma grande ajuda económica. **Verdadeira opção** – Também por unanimidade referiram que são as pessoas em que mais confiam; **Vantagens/desvantagens** – a vantagens é estarem tranquilos por saber que os filhos são tão bem tratados, grande grau de confiança. **Desvantagens**, apontaram apenas muitos mimos e algumas divergências nos modelos educativos).

ACEITAÇÃO DOS AVÓS – Positiva – (Por unanimidade todos aceitaram muito positivamente a guarda dos netos. **Retribuição financeira** - pela guarda dos netos não aceitam nenhuma retribuição financeira. **Sentimental/instrumental** – o seu papel vai muito além de simples guarda, chegando a desempenhar um papel muito similar aos dos pais. O papel instrumental e educativo das avós está presente em todas as entrevistas e é ainda complementado pelo acompanhamento escolar, organização de tempos livres dos netos e transmissão de valores, num sentido de continuidade familiar.)

SOLUÇÃO DE GUARDA – Guarda simples, Educativa, substituição dos pais (os avós asseguram as necessidades básicas da criança, necessidades instrumentais, actividades lúdicas e através de toda esta convivência, são também um agente de extrema importância na educação e formação da criança. O papel instrumental e educativo das avós está presente em todas as entrevistadas e é ainda complementado pelo acompanhamento escolar, organização de tempos livres dos netos e transmissão de valores, num sentido de continuidade familiar.)

ENVOLVIMENTO ENTRE AS TRÊS GERAÇÕES – Participação (Não se pode de facto dizer que a directividade seja um dos vectores privilegiados na relação entre pais e avós quando se trata de dar instruções ou receber informações sobre o comportamento da criança, ou ainda na existência de actividades partilhadas pelas três gerações. **Dar orientações** – nunca dão orientações sobre como cuidar dos netos, só em caso de prescrições médicas. **Receber informações** - deve ter-se em conta que esta ausência de instruções ou pedidos de informações se prende também com a absoluta confiança que todas as mães/pais, depositam nos avós para a guarda

dos seus filhos. Regras de controlo – por unanimidade referiram que os avós exercem regras de controlo sobre os netos. **Actividades conjuntas** – não existem actividades conjuntas entre as três gerações)

6.2 - FACTORES RELACIONADOS COM O TRABALHO POR TURNOS

Quadro nº.6

Factores relacionados com o trabalho por turnos

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Factores relacionados com o trabalho por turnos	Pluriemprego	Disponibilidade
		Horas de trabalho
		Razões Económicas
		Realização Profissional
		Apoios de colegas pelo facto de ser família
	Emprego	Realização profissional

Pluriemprego

No que respeita ao Pluriemprego, a sua divisão é feita em três subcategorias: disponibilidade, razões económicas e horas de trabalho.

As principais causas apresentadas para a escolha de pluriemprego foram a grande diversidade de mercado de emprego e o aspecto monetário relacionado com a aquisição de bens e serviços.

No sentido de perceber qual a disponibilidade (em termos de tempo para o acompanhamento dos filhos e para lazer) da população estudada constatou-se que o trabalho extra-instituição deve-se às necessidades financeiras, particularmente sentidas por estas famílias, que dependem apenas do salário de um único membro da família a assegurar as despesas inerentes à família.

O trabalho por turnos é uma situação cada vez mais frequente no mundo industrializado. Os efeitos são evidentes relativamente à qualidade de vida, reflectindo-se a nível psicológico, saúde, social e familiar.

Quando questionados, sobre o facto de trabalhar por turnos e ter um “duplo” emprego, como conseguir conjugar esse facto com o acompanhamento dos filhos, os entrevistados referiram, por unanimidade, que tinham pouca disponibilidade para o desempenho desse papel:

“Portanto, ou faço manhãs ou tardes, ficando sempre uma parte do dia em que posso ficar com o meu filho, mas ainda tenho o duplo emprego, mas como não tem horário rígido, vou fazendo no tempo em que ele está no colégio.”(E1)

“Trabalho por turnos, logo é muito complicado estar com ela, tenho muitos períodos ausentes. Mas sempre que tenho um tempinho é para estar com ela. Tenho as folgas, alguns fins-de-semana, que aproveito para passar com ela. Na minha vida aprendi a aproveitar todos os minutos.”(E2)

“Tenho pouco tempo para o meu filho, já para não falar que para mim não tenho tempo nenhum. Mas sempre que tenho tempos livres dedico-os na exclusividade a ele.”(E3)

“Com muita dificuldade. Faço o que posso. Em muitas situações já me senti muito mal, com sentimentos de culpa, mas depois por força das circunstâncias tento ultrapassar estes momentos e tentar retribuí-los de outras maneiras. Sei que é errado, mas sempre que me pedem alguma coisa tento dar-lhes, para que eles não me vejam como o mau da fita. Mas também tenho consciência que isso é errado, mas são miminhos.”(E4)

“Tenho as folgas, e as manhãs ou as tardes, conforme o meu horário Sim, mas não é todos os dias. Disponibilizo meio horário de vez em quando numa clínica.”(E5)

“Como deve calcular são poucos, mas tento estar em contacto com a minha filha todos os dias.”(E7)



“Muito pouco tempo, embora o aproveite o melhor possível. Sempre que posso gosto de ir passear com as minhas filhas.”(E8)

Quando questionados quais as razões que os levam a fazer duplo emprego, a maioria afirmou, serem as razões económicas o motivo central da sua opção:

“As razões são de ordem económica, pois sou o único sustento da casa. Tenho que pagar, a casa, o carro e todas as despesas que lhe são inerentes. Se não o fizesse, ainda tinha que recorrer aos meus pais para a ajuda económica, mas eu sempre evitei isso.”(E1)

“Ordem económica. Habitamo-nos a um nível de vida com dois vencimentos. Com o divórcio as coisas complicaram-se muito. Hoje tenho necessidade de fazer este duplo para equilibrar as contas.”(E2)

“Sim. Necessito deste duplo, bem que eu gostava de prescindir dele, mas por enquanto ainda não posso.”(E3)

“Razões económicas. Quando casei habituei-me a um nível de vida, e agora para o manter tenho que trabalhar em dobro. Tenho dois filhos e tenho que pensar no futuro deles.”(E4)

Razões económicas. Tenho casa, carro para pagar, e como só o meu vencimento era pouco para todas as despesas da casa.”(E5)

“Económicas. E como elas já são granditas, precisam muito de mim, mas já fazem muitas coisas sozinhas. À medida que elas crescem as despesas são maiores. Sou o único sustento da casa, tenho necessidade de trabalhar mais um pouco para colmatar as despesas.”(E8)

Apenas uma entrevistada não faz trabalho duplo:

“Não. Porque assim então é que não tinha tempo nenhum para ela e a vida para mim seroa apenas trabalho. Não era justo nem para mim, nem para ela”.(E6)

Constata-se assim que estes profissionais pelo facto de serem o único garante da família, para fazer face às finanças domésticas têm que exercer em dois empregos, o que lhe traz importantes repercussões a nível familiar.

Quando questionados, quantas horas de trabalho faziam por dia, a maioria respondeu:

“Trabalho 12 horas por dia” (E5)

Conclui-se portanto que estes profissionais, com uma carga horária tão elevada, sintam grandes dificuldades em conciliar o trabalho e a vida familiar, nomeadamente o acompanhamento quotidiano dos filhos.

Emprego

No que respeita ao emprego, a sua divisão é feita em duas subcategorias: Realização profissional e apoios de colegas pelo facto de serem família monoparental.

No que concerne à realização profissional, verifica-se que a enfermagem foi a sua profissão de eleição e, como se pode verificar pelos discursos, todos se sentem muito realizados:

“Muito. Eu só me consigo ver enquanto enfermeira, não me imagino a fazer outra coisa.” (E1)

“Sim. Escolhi esta profissão porque adoro” (E2)

“Sinto. Escolhi ser enfermeiro porque por opção.” (E3)

“Sim. Esta é a profissão com a qual me identifico. Não me via a fazer outra coisa.” (E4)

“Sim. Adoro ser enfermeira.” (E5)

“Sim. Estou feliz pela profissão que escolhi.”(E6)

“Sim. Isso sim. Completamente realizada.”(E7)

“Sim. Amo a minha profissão. Se tivesse que escolher novamente a minha profissão, escolheria novamente ser enfermeira.”(E8)

Quando questionados se tinham alguns apoios dos colegas pelo facto de serem família monoparental, foram unânimes em afirmar que ajudam-se mutuamente enquanto equipa, mas não têm apoios por parte dos colegas, porque para todos, é difícil conciliar a vida profissional e familiar, tal como se pode verificar nos discursos:

“Não. Todos nós enfermeiros vivemos os mesmos problemas, muita dificuldade em conciliar o trabalho e a vida familiar. Pelo facto de eu viver só com o meu filho, não tenho mais ajudas dos meus colegas. Trocamos turnos quando nos faz falta, mas mais nada.”(E1)

“Não. Trabalhamos em equipa, somos muito amigos. Quando precisamos trocar turnos tudo bem, mas pelo facto de ser uma família monoparental não tenho mais ajudas. Até porque casados ou divorciados, todos temos muita dificuldade em conciliar o trabalho e a família.”(E2)

“Todos nos apoiamos uns aos outros, nas trocas de turnos quando qualquer um de nós precisa, mas é mutuamente, não pelo facto de eu ser uma família monoparental.”(E3)

“Relativamente a apoios pelo facto de ser uma família monoparental, não. Todos temos os nossos problemas, e o problema mais acentuado é sempre o tempo para conciliar com outras actividades, vamos trocando turnos uns com os outros, no sentido de ir colmatando as necessidades de cada um. Somos muito unidos.”(E4)

“Isso não. Apoiamo-nos mutuamente, mas o facto de viver só com o meu filho não tem nada a ver. Todos temos problemas de tempo”(E5)

“Não. Pelo facto de ser família monoparental não. No entanto trocamos muitos turnos em função das nossas necessidades familiares e pessoais.”(E6)

“Não. Trabalhamos em equipa. Ajudamo-nos mutuamente, mas não tenho privilégios pelo facto de ser uma família monoparental. Cada um temas suas vidas. E eu sou uma família monoparental por opção. Eu é que tenho que me desenrascar.”(E7)

“Não. Pelo facto de ser família monoparental, não. Mas ajudamo-nos todos mutuamente. Sempre que algum de nós tem um problema, e precisa de trocar turnos, estamos sempre disponíveis para trocar.”(E8)

3ª ÁREA TEMÁTICA - CONCLUSÕES

Os Factores relacionados com o trabalho por turnos referenciados pelos enfermeiros de famílias monoparentais do HESE foram:

1 – PLURIEMPREGO – Razões económicas (foi sempre evidenciado que fazem duplo emprego para fazer face às despesas com a família , disponibilidade, falta de tempo para a família, horas de trabalho, horário acrescido, 12 horas de trabalho por dia).

2 – EMPREGO – Realização Profissional (por unanimidade todos dizem sentir-se realizados, Apoios de colegas pelo facto de ser família monoparental, também por unanimidade afirmaram não ter apoios, embora se ajudem mutuamente no trabalho em equipa, mas em qualquer tipo de família todos se deparam com dificuldades em conciliar a profissional e familiar).

6.3 - EXPECTATIVAS FACE AO TRABALHO POR TURNOS

Quadro nº. 7

Expectativas face ao trabalho por turnos

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Expectativas face ao trabalho por turnos	Cenário Futuro	Cresces/infantários
		Redução de Horários
		Horários Flexíveis
		Tempos livres/desporto

Cenário Futuro

Relativamente às medidas a adoptar institucionalmente para beneficiar a sua vida pessoal, familiar e social destes profissionais, da análise das entrevistas emergiu um cenário futuro onde pontuam os aspectos relacionados com as expectativas futuras destes profissionais de saúde de virem a beneficiar cresces/infantários, redução de horário, horário flexível e tempos livres/desporto.

Uma das questões centrais apontadas por estes profissionais de saúde prende-se com a carência de instituições de apoio aos filhos. De facto, confrontam-se com a inexistência de instituições com horários compatíveis com os seus, o que gera dificuldades acrescidas para deixar os seus filhos enquanto estão a trabalhar, principalmente à noite. A maioria dos entrevistados reconheceu a importância do Hospital onde exercem dispor de uma acresce/infantário dentro da instituição.

“ a instituição poderia fazer um infantário com horários compatíveis com os nossos turnos”(E3)

“uma das coisas que eu considero que se poderia fazer era uma cresce para os filhos dos funcionários”(E4)

“como medidas, achava interessante criar uma creche no hospital” (E5)

“uma creche/infantário de maneira que os filhos não fossem a nossa maior preocupação, pois se tivessem um sítio para ficarem seria muito mais fácil” (E8)

Apontaram ainda outras razões que poderiam conduzir a uma maior conciliação a nível pessoal, familiar e social, como a redução e a flexibilidade de horário, assim como o aumento do tempo de férias.

“a instituição podia fazer reduções de horários, porque assim tínhamos mais tempo para nós, para a família e também para os amigos” (E4)

“Por um lado maior flexibilidade de horários, não horários tão rígidos, menos horas de serviço, e meios turnos, ou seja, não entrar às 8h e sair às 16h, mas por exemplo entrar às 11h e sair às 18h, pois facilitava muito mais a vida dos enfermeiros. Os turnos deveriam ter uma carga menor, apenas de 6 horas” (E6)

“Poderiam compensar os trabalhadores por turnos com redução de horário” (E7).

Todos os inquiridos expressaram o desejo, que a instituição deveria organizar actividades de desporto para que as pessoas pudessem participar em desportos para se distraírem, pois este convívio social faria diminuir o stress em serviço e poderia colmatar a pressão vivida quotidianamente.

Apesar da rotina e a mudança serem factores antagónicos e de difícil interferência no seio das organizações, estes profissionais sentem que é necessário intervir, introduzindo alguns factores de mudança e tentar obter mais regalias fruto de serem uma família monoparental.

Também no estudo efectuado por Arco sobre as implicações sócio-familiares do trabalho por turnos foram apontados como factores de mudança a mudança institucional “...mais tempo livre ao fim de semana, maior intervalo de descanso entre os turnos e 48 horas de descanso a seguir ao turno da noite” (Arco, 2001:28).

Segundo a mesma autora “será necessário, ainda, recomendar a necessidade de implementação de uma política de saúde de trabalho, cujo objectivo será estabelecer padrões de qualidade de condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, para

que este possa ser encarado como um ser social em constante interacção com o meio”(Arco, 2001:28).

4ª ÁREA TEMÁTICA - CONCLUSÕES

As situações que determinaram as expectativas futuras face ao trabalho por turnos, referenciados pelos enfermeiros do HESE ,foram:

1 – CENÁRIO FUTURO – Cresces/infantários (como o grande problema destes profissionais se prende com o tempo para os filhos, a maioria reconheceu a importância da instituição dispor de uma cresce/infantário dentro da instituição), **Redução e flexibilidade de horários** (outras razões que apontaram que poderia beneficiar para uma maior conciliação a nível pessoal, familiar e pessoal, seria a redução de horário, bem como a flexibilidade desses horários), **Tempos livres/desporto** (todos reflectiram o desejo que a instituição deveria organizar actividades de desporto para que os funcionários pudessem participar em desportos, onde esse convívio social faria diminuir o stress em serviço).

7 - CONCLUSÃO/ PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

A conclusão deste trabalho consistirá num exercício de duplo sentido.

Num primeiro momento farei um exercício de natureza retrospectiva, através do qual lançarei um olhar para o que foi feito, tentando perceber as potencialidades e dificuldades deste trabalho. Trata-se de um exercício de auto reflexão e como tal gerador de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Num segundo momento tentarei um exercício prospectivo, ou seja, tentar equacionar as perspectivas abertas por este trabalho em termos de desenvolvimento futuro.

Esta investigação partiu da constatação da existência de novas famílias, mais especificamente de famílias monoparentais, que por terem um só educador, têm que encontrar modelos de compensação face ao seu quotidiano.

A monoparentalidade é em Portugal, uma situação essencialmente vivida no feminino, podendo ser assim conceptualizada como uma dimensão da fragilidade social das famílias, em que após um nascimento fora do casamento (ou de união de facto) e depois da separação ou um divórcio, sendo quase sempre as mulheres que ficam com os filhos à sua guarda.

Existem dois aspectos principais que traçam o perfil das famílias monoparentais em Portugal. Um aspecto tem a ver com o contexto específico de mudança familiar com que nos estamos a deparar, pois tendo em conta a evolução dos indicadores demográficos, podemos aferir que a proporção de mães/pais sós, separados /divorciados, tenderá a aumentar.

Das novas formas de família, a Monoparentalidade poderá considerar-se como a mais vulnerável forma de família, visto estar privada de um dos elementos, deparando-se com dificuldades, sociais, económicas e de socialização das crianças. Esta situação requer que o elemento presente (pai ou mãe) encontre modelos de compensação nomeadamente face aos filhos.

A monoparentalidade é um fenómeno muito importante nos dias de hoje que deve ser considerado como um verdadeiro facto social saído da evolução do feminismo, bem como das modificações das funções maternas e paternas. Segundo Alarcão "...nas famílias monoparentais, os papéis e as funções de cada um

necessitam de ser avaliados segundo as circunstâncias que presidiram à reorganização do sistema familiar e, ainda, à idade das crianças e às regras de funcionamento Familiar (Relvas; Alarcão, 2002, 265).

A generalização da actividade laboral feminina veio levantar a questão da guarda das crianças, a partir da década de 60. Guerreiro (1995 e 2000) e Nunes de Almeida et al (1998) afirmam que no que respeita à actividade feminina, Portugal (sexto país da União Europeia em 1995) se encontra próximo dos países da Europa com maior presença de mulheres no mercado de trabalho. São as portuguesas que mais trabalham a tempo completo no conjunto das mulheres europeias que são mães.

No caso das famílias cujas mulheres trabalham e enfrentam a compatibilidade entre os novos papéis profissionais e as formas tradicionais de organização doméstica, são obrigadas a utilizar estratégias de conciliação (Soler, 2002).

As famílias monoparentais, de mães sozinhas, que por ausência do pai podem estar expostas a problemas de conciliação, revelaram de forma exemplar a diversidade de perfis neste domínio, assim como os problemas de articulação entre família e trabalho.

A importância das redes de apoio/avós na configuração da realidade familiar pesa nos laços e nas possibilidades das respostas e opções ao nível da família, mais ainda no caso das famílias monoparentais.

Neste contexto, o papel dos avós na educação dos netos está a ser delineado sob um novo aspecto na actualidade, baseado em diferentes formas de organização familiar. Os avós envolvem-se no cuidado dos netos de modo que passam a substituir os pais. Essa substituição ultrapassa os limites práticos e instrumentais, inserindo-se no imaginário das partes envolvidas.

Ao longo deste percurso de investigação, foram várias as etapas percorridas, tendo cada uma delas contribuído decisivamente para o desenvolvimento do trabalho em si, bem como para o enriquecimento pessoal e científico de quem conduziu a investigação.

Pensar nos enfermeiros de famílias monoparentais, trabalhadores por turnos, com todas as consequências inerentes e enquanto membros activos de uma organização, que é o Hospital, como seres sociais e com interacções familiares, levou-me a reflectir sobre as condições e dificuldades, com as quais se confrontam e, também, sobre as estratégias que utilizam para fazer face a essas situações.

Na tentativa de responder ao primeiro desafio começo por fazer referência aos aspectos metodológicos. Equacionando-os em perspectiva, diria que, do ponto de vista pessoal foram dos que mais desenvolvimentos me proporcionaram.

A pergunta de investigação e os objectivos já enunciados¹⁵ operacionalizaram o meu objecto de estudo que consiste na necessidade de identificar o papel dos avós nas famílias monoparentais de enfermeiros.

Durante a investigação de carácter exploratório, assente numa investigação empírica e qualitativa, cuja metodologia e técnicas de recolha de dados de que dei conta, tive a ocasião de obter dados que me deram a conhecer as dificuldades sentidas na vida quotidiana dos enfermeiro(as), no período que decorreu a investigação.

Os resultados obtidos neste estudo empírico, permitem, de algum modo, traçar um quadro descritivo e compreensivo acerca da vivência dos sujeitos entrevistados, traçar um quadro conceitual, através da pesquisa e análise documental e informação gerada a partir das entrevistas.

Baseando-me em referências bibliográficas de âmbito sociológico e psicológico sobre a família, bem como de outras de carácter pedagógico, procurei enquadrar teórica e conceptualmente este projecto e analisar a informação recolhida através das entrevistas, focando o papel dos avós no seio destas famílias e procurando explicar as formas de ajuda por elas prestadas.

A reflexão empreendida e as conclusões a que cheguei permitiram-me atingir os objectivos inicialmente delineados.

Importa agora resumir as conclusões, dimensão por dimensão.

Sendo este estudo de carácter exploratório e apoiando-se numa investigação empírica e qualitativa, assentou-se a recolha de dados na entrevista semi-directiva e na pesquisa documental, conforme consta no anexo I.

Como podemos constatar a amostra é constituída, em termos médios, por indivíduos com cerca de 29 anos, pertencentes a ambos os sexos, predominando no entanto o sexo feminino, dado a população ser predominantemente feminina, detentores de ensino superior, são enfermeiros a trabalhar por turnos no HESE.

Vivem sós, têm em média dois filhos e coabitam em permanência no mesmo lar.

¹⁵ No Capítulo II

A pertinência e a intenção de compreender as famílias monoparentais, relativamente à forma de transpor os problemas que despontam no decorrer do seu quotidiano, numa abordagem centrada em várias dimensões, permitiram-me compreender as dificuldades dos enfermeiros(as), sentidas na esfera familiar.

Pretendeu-se também saber como articulam a organização do quotidiano e os cuidados prestados aos filhos. Foi ainda foco de análise, conhecer as modalidades da rede de parentesco (avós), no sentido de perceber que papéis desempenham os avós na ajuda do quotidiano destas famílias. Uma outra preocupação analítica prendeu-se com as formas de conciliação do trabalho profissional com as responsabilidades da sua vida familiar e doméstica. Por fim, este estudo ainda se centrou nas expectativas futuras destas mães/pais entrevistados nomeadamente ao seu local de trabalho. Todas estas situações dentro desta problemática podem subordinar a família a um esforço suplementar e transformá-la, tornando-a um desafio sem precedentes.

A aproximação entre os dois contextos, trabalho e relações sócio familiares, é constante, mas nem sempre adaptável e conciliável. Devido à incompatibilidade entre os horários destes profissionais e os horários das instituições de enquadramento das crianças e, no caso das crianças mais novas, devido à insuficiência de instituições públicas de acolhimento, recorrem com frequência aos avós para a guarda das crianças.

A primeira dimensão analisada é referente às expectativas das famílias monoparentais face aos apoios externos/avós.

Face a esta área temática, enumeram-se como principais categorias influentes a assistência à família, razão de escolha por esta solução, aceitação dos avós, solução de guarda e envolvimento entre as três gerações.

Daqui decorrem três grandes áreas de dificuldades destas famílias, a gestão do quotidiano, sem muita possibilidade de partilha das tarefas educativas, sem o suporte de uma complementaridade diária no exercício dessas tarefas.

Por outro lado, a conotação das suas dificuldades e problemas é algo que também se vem mantendo: a aura de “anormalidade”, por oposição à chamada família tradicional, continua também a envolvê-las em termos de representação, embora, talvez, de modo mais longínquo.

Relativamente à opinião dos enfermeiros, as principais dificuldades prendem-se com o acompanhamento aos filhos, quer no acompanhamento diário, como na doença, tornando-se necessário recorrer à ajuda de terceiros/avós. A

incompatibilidade de horários traz também dificuldades no acompanhamento pedagógico das crianças, na doença, nas actividades extracurriculares, em suma no seu quotidiano. É o tempo o maior condicionante destes profissionais, com a agravante de trabalharem em horários que não são compatíveis com os da sociedade comum, o que lhe vem dificultar a sua vida diária e familiar.

O quotidiano destas famílias é, regra geral, vivido em grande fragilidade psicológica pois que, quer desejado, quer apenas suportado é quase sempre angustiante e representa uma mudança que afecta negativamente a pessoa (Costa, 1999, *in* Martins, 1995).

Nestas famílias monoparentais as funções e os papéis de cada um necessitam de ser avaliados segundo as circunstâncias que presidiram à reorganização do sistema familiar e, ainda, à idade das crianças e às regras do funcionamento familiar.

Quando existe uma ruptura conjugal, com a consequência de uma separação na família, na maior parte dos países ocidentais e europeus, o tribunal concebe a guarda dos filhos à mãe, devido ao carácter preponderante que o papel maternal teve na educação e nos cuidados dos filhos ao longo de vários séculos, (Marcão, 2002).

Também no estudo efectuado por Guerreiro “são as mães, mais que os pais que faltam ao emprego quando os filhos têm problemas de saúde que requerem a prestação de cuidados por parte de uma pessoa adulta...”(Guerreiro, 2005:135).

Quanto à educação dos filhos, esta é uma das grandes preocupações destes profissionais de saúde, onde as respostas por unanimidade também recaíram na falta de tempo, que segundo o estudo efectuado por Arco (2001: falta a página), “...na opinião dos enfermeiros as principais dificuldades prendem-se, com o acompanhamento diário dos filhos...a incompatibilidade de horários traz também dificuldade no acompanhamento pedagógico ”. Também este estudo veio a comprovar que existe realmente falta de tempo destes profissionais de saúde para o acompanhamento pedagógico aos seus filhos.

Tal como foi constatado noutros estudos (Guerreiro, 2005; Peralta, 2007), também nestas famílias os cuidados regulares às crianças são asseguradas recorrendo sempre aos avós, com maior incidência das avós, verificando-se que a divisão de tarefas a desempenhar aos netos, o género é também um factor de assimetria.

Concluimos que a aproximação entre os dois contextos, trabalho e relações sócio familiares, é constante, mas nem sempre aplicável e conciliável. Estes profissionais de saúde têm uma dedicação contínua à sua profissão, mas muitas vezes dissociativa,

com repercussão nas vertentes sociais e familiares, sendo reproduzidas nos discursos dos enfermeiros essa realidade, vivida e sentida.

Verifica-se também que nestas famílias as dificuldades prendem-se com questões do quotidiano, questões emocionais e não tanto com questões económicas, muito embora considerem que as todas as ajudas são sempre muito bem-vindas.

Apesar destas famílias se encontrarem numa condição de desvantagem, verifica-se que no campo das ajudas a sua situação não diferem das outras, confirmando Vasconcelos, 2002 e 2005), que as ajudas quotidianas estão dependentes das necessidades contextuais. Neste estudo, todas afirmaram ter de recorrer aos avós para a complementaridade das tarefas, sendo este pedido de ajuda ainda mais evidente aos pais com filhos a cargo.

Também, Segundo (Relvas e Alarcão 2002), a educação dos filhos é a principal dificuldade sentida pelas famílias, mais ainda nas famílias monoparentais.

Relativamente às questões emocionais também são uma constante, pois têm um sentimento de culpa pelo facto de não acompanharem os filhos como outros casais que têm horário “dito normal”.

Ao conhecer as dificuldades que estes profissionais sentem a nível familiar, foi também importante recolher informação acerca do tipo de ajuda que usufruem. Concluímos que as ajudas se situavam principalmente, ao nível do acompanhamento dos filhos, sendo essas ajudas suportadas pelos avós. Já as ajudas vindas de outras redes de suporte, como as formais, são menos evidentes. A ajuda prestada pela rede familiar (avós) a estas famílias vem essencialmente dos pais e sogros. Evidenciou-se na análise que estas solidariedades inter-geracionais são efectuadas na sua maioria pelas mães e sogras.

Também segundo o estudo de Vasconcelos, afirma que “as solidariedades e entreajudas familiares funcionam com bases em redes de pessoas, particularmente parentesco, ...sendo as solidariedades familiares, particularmente as inter-geracionais, que têm uma importância relevante, nas suas vidas quotidianas e trajectórias sociais, centrada nos progenitores do casal e sobretudo nas mães de ambos os cônjuges. (Vasconcelos, 2005:508).

Portanto, neste ciclo vital de filhos pequenos e filhos na escola, verifica-se através do estudo o papel da rede familiar alargada no processo educativo das crianças, nomeadamente o papel das avós. Além disso, este conceito, permite ter em conta as

interacções entre transformações globais e vida quotidiana familiar, dentro das quais as relações inter-geracionais se vão constituindo, modificando e reproduzindo. Os “avós substitutos educativos” substituírem os pais na responsabilidade de educar.

Conforme referido pelos entrevistados, para além de disporem de mais tempo, os avós são as pessoas em quem mais confiam para ficar com as crianças.

Contudo, como vimos pela análise das entrevistas, a função dos avós não se limita à simples “guarda”. Além da missão instrumental que decorre da satisfação das necessidades básicas das crianças, os avós asseguram outras funções, como idas a médicos, reuniões escolares, práticas extra-escolares e ainda para entreter, brincar e passear com as crianças. O papel dos avós assume assim na totalidade das entrevistas, contornos significativos na socialização das crianças uma vez que são considerados como um complemento essencial na sua educação e equilíbrio emocional pela sua capacidade de transmissão de referências, segurança e afectividade.

Segundo (Friedman, 1992), é através da comunicação, que a família se desenvolve como unidade que vai criando os seus limites e partilhando regras, afectos, papéis, expectativas.

Verifica-se portanto que os enfermeiros tendem a desvalorizar os pontos negativos associados às ajudas dos avós na guarda e acompanhamento dos filhos e, estes aspectos tendem a ser suplantados pelas enormes vantagens para as crianças percebidas por todos os entrevistados. É como se este desencontro entre diferentes perspectivas geracionais se tratasse de um efeito colateral, que aceitam correr, em troca da ajuda necessária e indispensável.

Deste modo, relativamente às diferenças inter-geracionais, apesar de se verificarem algumas dissemelhanças nas práticas educativas das crianças, estas não são valorizadas a ponto de colocar em causa o apoio fornecido pelos avós.

De tudo o que foi dito apreende-se que a missão dos avós vai muito além da simples guarda ou satisfação das necessidades básicas da criança. Para além da afectividade, como já referimos, os avós desempenham uma série de actividades com os netos. Em certos casos, são os avós que os vão buscar à escola, levam-nas às actividades desportivas ou culturais extra-curriculares, partilham as actividades de lazer, como passear, brincar, acompanham-nos na doença e substituem os pais nas reuniões escolares. Os avós são vistos não apenas como uma solução para a guarda das crianças à falta de tempo ou recursos económicos dos pais, mas como uma forma

de complemento essencial à educação das mesmas. O tempo passado entre avós e netos é encarado como salutar e positivo e é até bastante encorajado mesmo quando os pais têm disponibilidade para as crianças. De facto, a missão atribuída aos avós ultrapassa o papel instrumental, dado que é para todos os entrevistados, um meio de ajuda/apoio fundamental. Os avós chegam a ser concebidos como desempenhando um papel similar e complementar ao dos pais.

Não se pode de facto dizer que a directividade seja um dos vectores privilegiados na relação entre pais e avós quando se trata de dar instruções ou receber informações sobre o comportamento da criança, ou ainda na existência de actividades partilhadas pelas três gerações. Contudo, deve ter-se em conta que esta ausência de instruções ou pedidos de informações se prende também com a absoluta confiança que todas as mães/pais depositam nos avós para a guarda dos seus filhos.

Podemos inferir daqui que é atribuído às avós na generalidade dos casos um papel bastante complementar na educação das crianças, ou seja, as avós asseguram as necessidades básicas da criança, necessidades instrumentais, actividades lúdicas e através de toda esta convivência, são também um agente de extrema importância na educação e formação da criança. O papel instrumental e educativo das avós está presente em todas as entrevistas e é ainda complementado pelo acompanhamento escolar, organização de tempos livres dos netos e transmissão de valores, num sentido de continuidade familiar.

Pela análise da temática, estou agora mais consciente desta complexidade. Os resultados do estudo enfatizam o papel das solidariedades informais, mais concretamente, o papel dos avós nas ajudas quotidianas destas famílias.

A Sociologia, enquanto ciência tem como objecto de análise a realidade social, poderá dar contributos importantes para a resolução dos problemas sociais. A importância que a Sociologia atribui aos diversos assuntos tem a ver com a importância que a própria sociedade lhes atribui. Cada vez mais as Ciências Sociais, nomeadamente a Sociologia, são chamadas a realizar estudos de caracterização, avaliação e prospecção sobre os quais assentarão e dos quais beneficiarão as políticas sociais (Almeida, 2004).

Ao longo do trabalho o enfoque recaiu sobre as solidariedades inter-geracionais, mais especificamente, o papel dos avós nas famílias monoparentais, as suas potencialidades e os seus limites e a forma como podem complementar nos cuidados aos netos. Como se podem então incentivar e fortalecer essas solidariedades?

Os avós assumindo funções de pais ou provedores e co-responsáveis pela educação dos netos vêm ao encontro de uma nova geração de avós que se distanciam cada vez mais das representações clássicas de histórias infantis, com cabelos brancos e fazendo tricô em uma cadeira de balanço (Segalen, 2002; Lopes, Neri & Park, 2005). A nova imagem dos avós começa-se a afirmar na contemporaneidade, uma vez que estes se mantêm activos no campo do trabalho e assumem diferentes responsabilidades na dinâmica das famílias. Em virtude destes novos posicionamentos na família e na sociedade, os avós chegam, em muitos casos, a assumir a educação dos netos (Goodman & Silvestein, 2002; Lopes e Neri, 2005).

Revela-se assim a necessidade de se eliminar a visão estereotipada como encargo para a família e para o estado, aspecto que é enfatizado por vários autores (Camarano, 2002; Coutrim, 2006; Debert, 2003, Lopes, 2005). Os avós são cada vez mais os cuidadores das gerações mais novas (os netos). As trocas inter-geracionais ultrapassam os afectos e destacam-se na sustentabilidade económica das famílias. Os avós emergem no cenário contemporâneo como o apoio com quem os pais contam para a tarefa de educar e até mesmo, prover financeiramente o seus filhos. Saliente-se que não se trata de impor mais uma tarefa aos avós, mas inseri-los como actores sociais importantes na vida dos netos e das famílias. O desafio é alcançar estratégias efectivas para expandir essa relação avó/cuidador/provedor e integrar avós e netos em situações de convivência cada vez mais próxima.

Relativamente aos **factores relacionados com o trabalho por turnos**, quando questionados se tinham duplo emprego, todos afirmaram ter necessidade de realizar uma dupla jornada de trabalho para fazer face às despesas com a família, situação que lhe agrava ainda mais vida sócio-familiar.

Quanto às **expectativas face ao trabalho por turnos**, relativamente às medidas a adoptar institucionalmente para beneficiar a sua vida pessoal, familiar e social, surgiram alguns aspectos relacionados com as expectativas futuras destes profissionais de saúde para beneficiarem de um melhor funcionamento do trabalho por turnos, sendo apontadas medidas como: cresces/infantários, redução de horário, horário Flexível e tempos livres/desporto.

Dada a existência de uma grande percentagem de população feminina jovem, em idade fértil, a trabalhar no HESE, torna-se necessário a criação de certas medidas promotoras da sua saúde no local de trabalho, como modo de aumentar a

produtividade, associada a uma diminuição da preocupação, logo, a uma diminuição dos riscos ocupacionais.

Um dos grandes problemas destes profissionais de saúde prende-se com os filhos, pois não existem instituições com horários compatíveis com os seus, logo têm uma dificuldade acrescida para deixar os seus filhos enquanto estão a trabalhar, principalmente à noite. É um exemplo dessas medidas, a criação de uma creche/infantário dentro da instituição, de forma a existirem horários de cuidados às crianças compatíveis com os horários praticados.

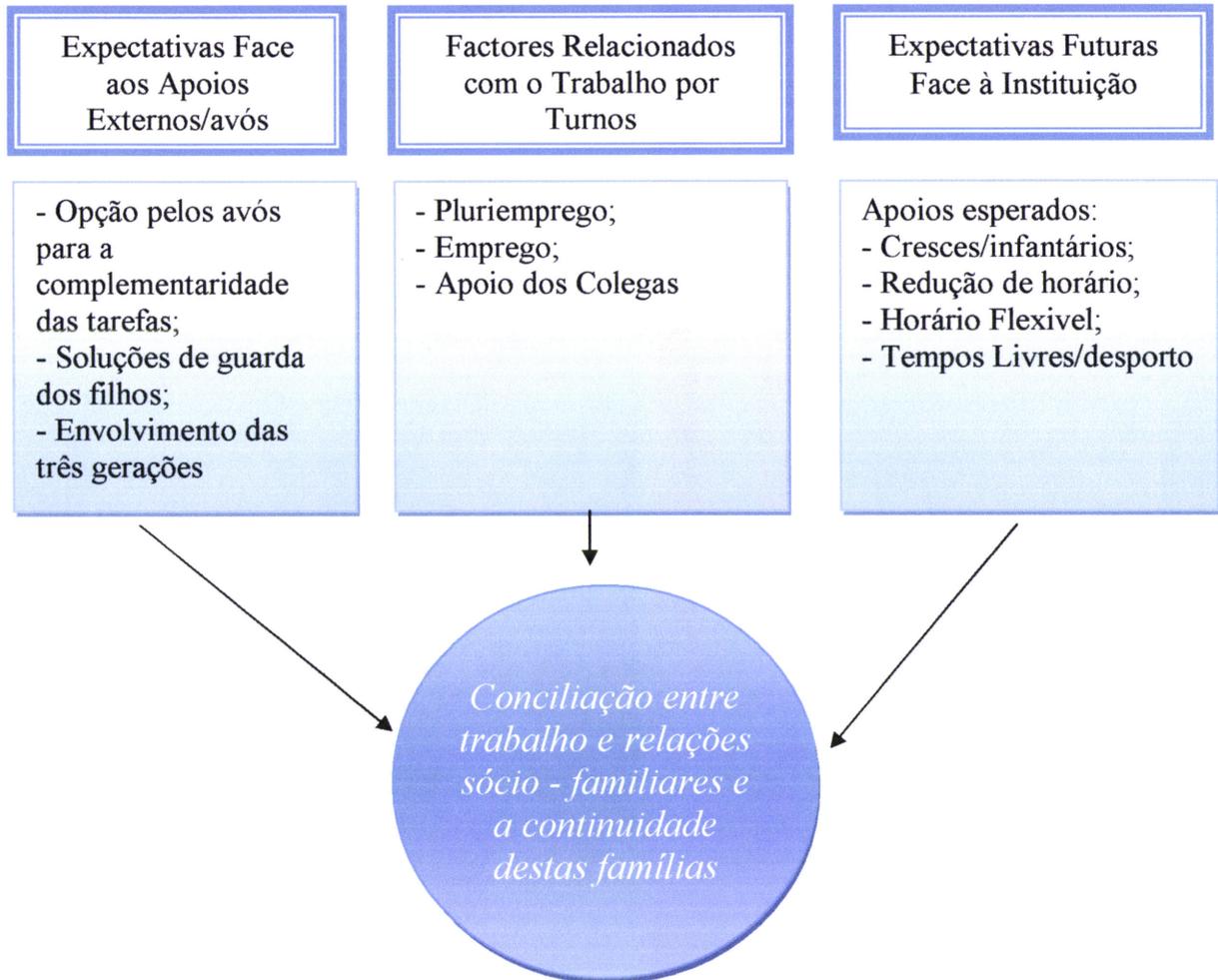
Uma outra medida que poderia contribuir para uma maior conciliação a nível pessoal, familiar e social será a redução e flexibilidade de horários, bem como mais tempo de férias.

Ainda referente às medidas promotoras da saúde no local de trabalho, seria interessante promover parcerias entre ginásios e o HESE, implementando o exercício físico como uma actividade necessária para combate ao stress diário e ao sedentarismo.

Também no estudo efectuado por Arco sobre as implicações sócio-familiares do trabalho por turnos foram apontados como factores de mudança institucional "...mais tempo livre ao fim de semana, maior intervalo de descanso entre os turnos e 48 horas de descanso a seguir ao turno da noite"(Arco, 2001:28).

Segundo a mesma autora "será necessário, ainda, recomendar a necessidade de implementação de uma política de saúde de trabalho, cujo objectivo será estabelecer padrões de qualidade de condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, para que este possa ser encarado como um ser social em constante interacção com o meio"(Arco, 2001:28).

Factores determinantes para a colmatar as dificuldades das famílias monoparentais



RECOMENDAÇÕES

Neste quadro, não tanto como conclusão mas como reflexão de um percurso e, portanto de abertura de perspectivas analíticas em torno da problemática das famílias monoparentais que me propus estudar exploratoriamente, a meu ver, actual e pertinente, constitui um vasto campo de interrogações que não foram aqui esgotadas. Apesar de ter acedido a um conjunto de informações de inegável interesse do ponto de vista sociológico, como de outras áreas do conhecimento, julgo que se trata de uma área que importa aprofundar e apelar para várias outras perspectivas de investigação. Neste sentido, encontramos no discurso dos nossos actores representações que teriam todo o interesse continuarem a ser aprofundadas.

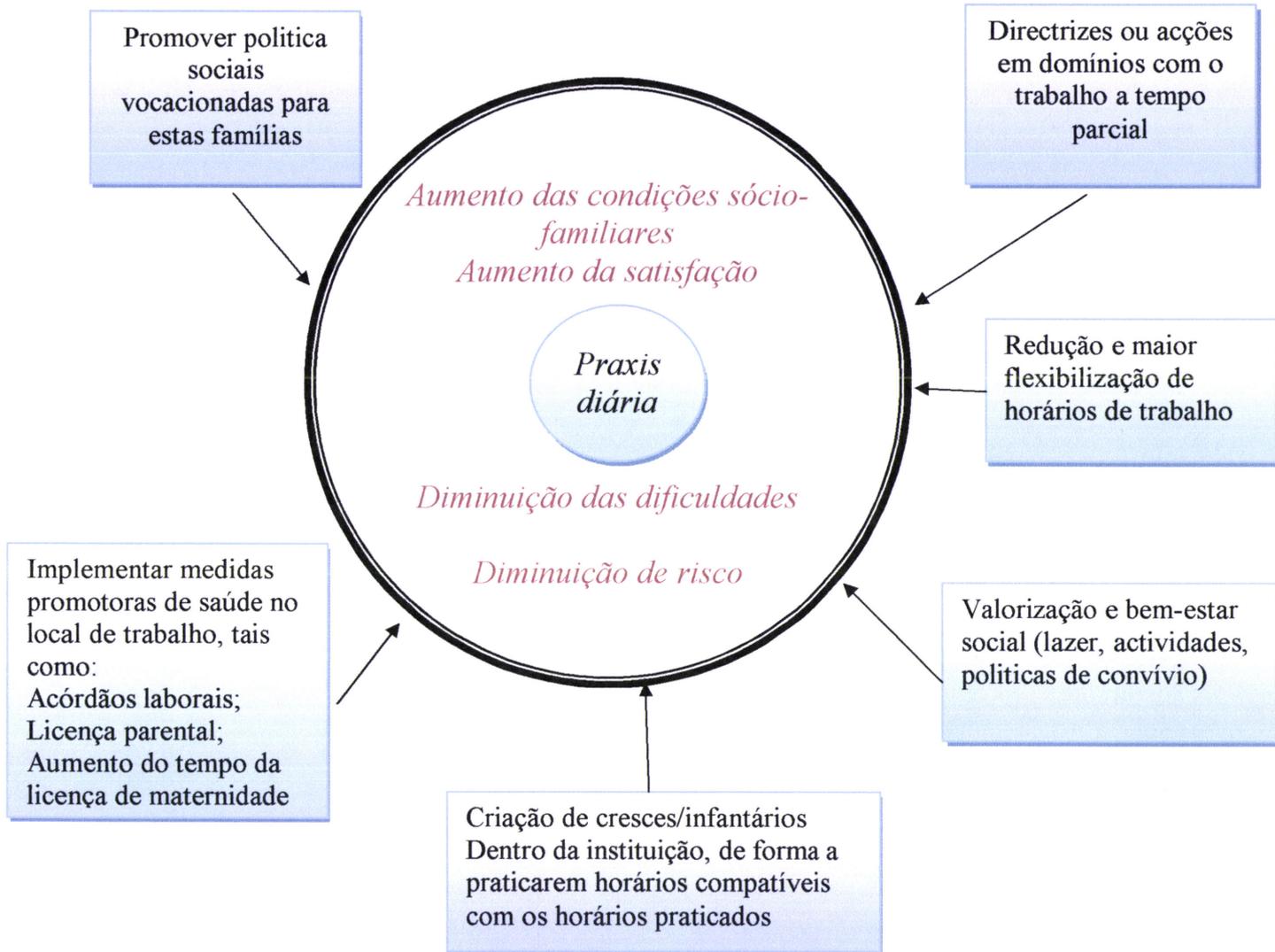
Acresce a primazia dos discursos na voz das mães/pais, que embora sendo crucial para a compreensão deste objecto de estudo não deixa de representar uma visão parcial, deixando de parte outros actores da cena familiar, nomeadamente os avós e os netos. Uma análise cruzada de todas estas “vozes” permitiria aferir, quanto a mim, maior complexidade desta problemática. Chegando ao fim deste percurso resta sublinhar o crescente enriquecimento que este estudo me proporcionou. Ampliou o meu conhecimento numa área fundamental para o estudo da família e das suas rápidas transformações e, permiti-me olhar, com outra lucidez, para as famílias monoparentais e os seus problemas quotidianos e, ainda o papel que os avós desempenham para colmatar tais problemas.

Para posteriores investigações poder-se-ia elaborar um estudo em que fossem inquiridos, toda a população de famílias monoparentais a trabalhar por turnos no Hospital, para uma melhor compreensão desta realidade social.

Seria pertinente efectuar um estudo mais amplo que englobasse um leque mais alargado de famílias com mães/pais oriundas de outras categorias sociais, para permitir uma comparação sobre as dificuldades quotidianas.

Relativamente às políticas sociais para as famílias monoparentais, partem de um cenário extremamente complexo e variado de estruturas de apoio social e geral, às crianças e aos pais sozinhos, demasiado diferenciadas para formar um quadro homogéneo, o que se explica pelo Estado ser confrontado com situações muito diversas. O denominador mais comum é que, na maior parte dos casos, as mães e os pais sozinhos se encontram numa situação muito vulnerável por terem de assegurar a dupla responsabilidade de pagar o sustento e selar pelo bem-estar da família. Ao mesmo tempo, acontece ainda hoje que a maior parte da legislação e a organização da sociedade se mantêm orientadas sobretudo para a estrutura da família tradicional e suas necessidades. A legislação baseia-se na participação plena da família tradicional na corrente social predominante e, mais que nunca em dois rendimentos/agregado familiar e como é óbvio, também deste ponto de vista uma mãe ou pai sozinhos são prejudicados. Em termos de políticas sociais para a família, qualquer melhoria conseguida será certamente um pequeno passo no sentido para ajudar estas famílias a suprirem as dificuldades do seu quotidiano.

Estratégias de intervenção para a acção



8 – BIBLIOGRAFIA

AGUILERA, D.C, 1998, “**Crisis interventions. Theory and methodology**”, 8th ed., St. Louis: Mosby.

ALARCÃO, Madalena, 2002, “**(des) Equilíbrios Familiares – Uma Visão Sistémica**”, 2^a ed.,Coimbra: Quarteto Editora,

ALBARELO, Luc et al, 1997; - “**Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**”, Lisboa; Edições Gravita.

ALLISON, Paul, 1999, “**Logistic regression using de SAS system: theory and application**”, Cary, SAS Institute Inc.

ALMEIDA, Luc et al, 1997, “**Práticas e Métodos de Investigação Social**”, Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Ana Nunes, GUERREIRO, Maria das Dores; LOBO, Cristina; TORRES, Anália e WALL, Karin, 1998, “**Relações Familiares: Mudança e Diversidade**”, in VIEGAS, J.M. e COSTA, A.,Firmino da, (Org.), Portugal, “**Que Modernidade?**”, Lisboa:CIES.

ARRIAGADA, Irma, 2007, “**Estruturas Familiares, Trabalho e Bem-Estar na América Latina**”, In: **ARAÚJO, Clara; SCALON PICANÇO,, Celi; PICANÇO, Felícia. *Novas conciliações e antigas tensões?*** São Paulo: Edusc, 223-265.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi; Felícia, 2007, “**Gênero, família e trabalho: conservadores e satisfeitos?**” In: **ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi; PICANÇO, Felícia. *Novas conciliações e antigas tensões?***”, São Paulo: Edusc, 269-328.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi., 2005, “**Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil**”. In: **ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil***”. Rio de Janeiro: FGV Editora, , 15-77.

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi, 2005, “Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil”, in C. Araújo e C. Scalon (org.), “Gênero, família e trabalho no Brasil”, Rio de Janeiro, FGV Editora.

ARCO, Helena Maria de Sousa, 2001, “Implicações sócio-familiares do trabalho por turnos”, Revista do SEP Julho/Setembro.

ARON, Raymond, 2001, “As etapas do Pensamento Sociológico”, 5ªed., Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ASTELARRA, Judith. “Políticas Públicas e Divisão entre Trabalho Remunerado e Não Remunerado na Espanha”. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi; PIKANÇO, Felícia. “Novas conciliações e antigas tensões?” São Paulo: Edusc, 2007, 59-95 SER Social, Brasília, v. 10, n. 23, p. 71-99, jul./dez. 2008 97 “Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas ... *Woman, mother and worker: a brief assessment of recent policies...*”

AUSLOOS, Guy, 1996, “A Competência das Famílias”, Lisboa: Climepsi Editores.

BAIRRÃO, Joaquim, TIETZE, Wolfgang, 1995, “A Educação Pré-escolar da União Europeia”, Instituto d Inovação Educacional, Lisboa.~

BARDIN, Laurence, 1995, “Análise de Conteúdo”, Lisboa: Edições 70.

BAWIN-LEGROS, Bernardete, GAUTHIER, Anne, 1992, “Les relations inter-générationnelles: grands-parents dans la ruptureet la continuité, in Familles et Contexts Sociaux: les espaces et les temps de la diversité, actes du Colloque de Lisbonne”, Lisboa:CIES.

BEAUD, Jean-Pierre, 2003, “Investigação Social – Da problemática à colheita de dados” – sob direcção de Benoît Gauthier, Loures: Lusociência.

BELL, Judith, 1997, “Como Realizar um Projecto de Investigação” – Um Guia Para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação, Lisboa: Gravita.

BOGDAM, Robert; BILKLEN, Sari, 1994, “Investigação Qualitativa em Educação”, Porto: Porto Editora,

BOURDIEU, Pierre, 2007, “A Dominação Masculina”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRUSCHINI, Cristina, 2006, “Trabalho doméstico: inactividade económica ou trabalho não remunerado?”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23, 2, p. 331-353.

BLUMER, H., 1969, “Synbolic Interactionism: Perspective and Method, Englewoor Cliffs”, N.J:Prentice-Hall.

BRUHN, John G., 2001, “Being Good and Doing Good: The culture of Professionalism in the health professions”, Pensilvânia, Health Care Manager, Vol. 19 (4), 47-58.

BRISSOS, Adelaide, 1992, “Envelhecimento – Algumas Considerações do Ponto de Vista Sociológico”, *Servir*, 40:1 16-31.

BURGUIÈRE, André e tal, 1997, “História da Família”, vol. 1,2,3 e 4, Lisboa: Editora Terramar.

BURKE, R.J., 2001, “Restructuring Stressors and Perceived Hospital Effectiveness”, Canadá, *Journal of Nursing Leadership*, Vol, 14 (1): 19-27.

CAMPENHOUDT, LucVan, 2003, “Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais”, Lisboa: Gradiva.

CARAPINHEIRO, Graça; LOPES, Noémia, 1997, “Recursos e condições de trabalho dos enfermeiros Portugueses”. Estudo Sociográfico de âmbito Nacional. SEP.

CARDOSO JR., José Celso, 2007, “De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal”. Brasília, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, 1998, “Metodologia de Investigação” – Guia para a Auto-Aprendizagem, Lisboa: Universidade Aberta.

CHEVRIER, Jacques, 2003, “A Especificação da Problemática”, in Benoit Gauthier (Dir.), Investigação Social – Da Problemática à Recolha de Dados, Loures: Lusociência.

COENEN-HUTHER, Josette; KELLERHALS, Jean e VON ALLMEN, Malik, 1994, “Les réseaux de solidarité dans la famille”, Lausanne, Éditions.

COLLE, Raymond (a), 2002, “Análises de Conteúdo- Pauta de exercício de análises de conteúdo “intensivo”, http://www.cl/curso_dist/connocer/analcon/tecnic.html.

(b) 2002, “Análises de conteúdo” – técnicas de análises de conteúdo, http://www.cl/curso_dist/connocer/analcon/tecnic.html.

COLLIÈRE, M.F., 1989, “Promover a vida. Da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem”. Lisboa: Sindicato dos Portugueses.

COMMAILLE, Jacques; MARTIN, Claude, 1998, “Les Enjeux Politiques de la Famille”, Paris: Bayard Éditions.

COSTA, Rosalina, 2004, A construção sociológica do tempo: do “cada um por si” ao “um por todos”. Economia e Sociologia. 76: (Pág. 63-87).

COSTA, Rosalina, 2002, “O Espírito de Família. A propósito dos princípios de visão e de divisão em Pierre Bourdieu»”. Economia e Sociologia. 74, (Pág. 59-69).

COSTA, António Firmino da, 1999, “Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural”, Lisboa, Celta Editora.

CRESWELL, John W., 1994, “Research Design Qualitative & Quantitative Approaches”, London: SAGE Publications.

CRUZ, A.G.; SILVA, C. Fernandes, 1993, “Consequências do Trabalho por Turnos”, Revista Sinas Vitais (nº 3): Lisboa. Maio.

DEDECCA, Cláudio, 2004, *Tempo, trabalho e gênero*. Campinas, IE/Unicamp. DE LAURENTIS, Teresa, (1994), “A Tecnologia do Gênero”, in H. Buarque de Holanda (org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco.

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP), Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTC), 2002, “Portugal 1995-2000, Perspectivas da Evolução Social”, Oeiras, Celta Editora.

DINIZ, José Alexandre, 1992, “Cuidados Informais Família e Comunidade”, Cadernos da ARS de Santarém, 21:6 19-21.

DIRECÇÃO GERAL DA FAMÍLIA, 1993, Relatório – “Situação Actual da Família Portuguesa”.

DOMINIQUE, Maigueneau, 1997, “Os termos – chave da análise do discurso”, Lisboa: edições Gradiva.

DURKHEIM, Émile, 1977, “A Divisão do Trabalho Social”, (2ºvol.), Lisboa: Editorial Presença.

ÉTIENNE, Jean et al, 1998, Dicionário de Sociologia – “as noções, os mecanismos, e os autores”, Lisboa: Plátano – Edições Técnicas.

FERNANDES, Ana Alexandre, 2001, “Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social”, Sociologia (Problemas e Práticas), 36:39-52.

FERNANDES, António Teixeira, 1994, “Dinâmicas Familiares no Mundo Actual: Harmonias e Conflitos”: Análise Social, XXIX (129): (5º) 1149-1191.

FORTIN, Marie Fabienne, 1999, “O Processo de Investigação: Da concepção à realização”, Loures, Lusociência.

FRADA, João José, 1994, “Guia Prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos”, Lisboa: Edições Cosmos.

GAUTHIER, Benoit (dir.), 2003, “Investigação Social –da Problemática à Colheita de Dados”, 3ª ed., Loures: Lusociência.

GELLES, Richard J, 1995, “Contemporary Families – A Sociological View”, United States of América, Sage Publications,

GHIGLIONE, Rodolphe; TATALON, Benjamin, 1993, “O Inquérito – Teoria e prática”, Oeiras: Celta Editora

GIDDENS, Anthony, 2001, “O Mundo na Era da Globalização”, 3ª ed., Lisboa: Editorial Presença,

GIDDENS, Anthony; “As Consequências da Modernidade”, 2ª ed., Oeiras: Celta Editora, 1995

GIL, Ana Paula Martins, 1998, “Solidariedades Intergeracionais, e Instituições de Velhice”, Dissertação de Mestrado: Universidade de Évora

GIL, Ana Paula Martins, 1999, “Redes e Políticas de Solidariedade – Globalização e Política Social”, Cadernos de Política Social, 1:93-114.

GIL, António Carlos, 1989, “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, 2ª ed. S. Paulo: Editora Atlas S.A.

GOODE, William J., 1966, “La Familia, México: Union Tipografica”: Editorial Hispano Americana.

GOODE, William J., 1969, “Revolução Mundial e Padrões de Família”, S. Paulo: Companhia Editora Nacional.

GUERREIRO, Maria das Dores, 2002, “Conciliação Entre a Vida Profissional e Vida Familiar”.

GUERREIRO, Maria das Dores, 1992, “Famílias de Empresários e Trajectórias Sociais”, Sociologia Problemas e Práticas, nº 11, (pág.63-77).

HERMANO, Carmo; FERREIRA, Manuela, 1998, “Metodologia da Investigação”, Universidade Aberta.

HESPANHA, António Manuel, 1993, “ A Família”, in José Mattoso (Dir.), “História de Portugal”, 4ºvol., Lisboa: Circulo de Leitores.

HOUCARD, Béatrice, 2001, “La Famille, Une Idée Nueve en Europe”, Paris: Fondation Robert Schuman.

ILHÉU, José Ramalho, 1993, “Estratégias de participação Social na População Idosa no Alentejo”, Economia e Sociologia”, 56: 27-50.

KELLERHALS, Jean; MONTANDON, Cléopâtre, 1991, “Milieu social, interactions familiales et styles éducatifs”, Neuchâtel, Delachaux et Nestlé.

KALLEBERG, Arne, 2009, “**O crescimento do trabalho precário: um desafio global**”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 69: 21-30.

KLEIN, David M., **WHITE**, James M., 1996, *Family Theories – An Introduction*, United States of América: Sage Publications.

LESSARD-HÉRBERT, Michelle; **GOYETTE**, Gabriel; **BOUTIN**, Gérard, 1994, “**Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas**”, Lisboa: Instituto Piaget.

LEVET, Maximilienne, 1998, “**Viver depois do 60 Anos**”, Lisboa: Instituto Piaget.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1982, “**As Estruturas Elementares de Parentesco**”, Petrópolis: Vozes.

LOPES, Manuel José, 1999, “**Concepções de Enfermagem e desenvolvimento sócio-moral**”(Aguns dados e implicações), Lisboa; Gráfica 2000.

MARRI, Izabel & **WAJMAN**, Simone, 2007, “**Esposas como principais provedoras da renda familiar**”, *Revista Brasileira de Estudos da População*, 24, 1: 19-35.

MENDES, João Galhanas, 1995, “**Ser Enfermeira**”, Dissertação apresentada no âmbito do 4ºCPAEE, Lisboa s.n. (policopiado).

MOORE, Henrietta, (1997), “**Undertending Sex and Gender**”, in T. Ingold (org.) “*Companion Encyclopedia of Anthropology*”, London, Routledge

MONTALI, Lília, 2000, “**Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida**”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 42: 55-71.

MONTALI, Lilia. 2006, “**Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego**”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23, 2: 223-245.

MUCHIELLI, Alex, 1994, “**Les Méthodes qualitatives**”, Paris:Ed.Puf.

NAZARETH, J. Manuel, 1993, “**O Envelhecimento Demográfico da População Portuguesa no Início dos Anos Noventa**”, *Economia e Sociologia*, 56:5-25.

NAZARETH, J. Manuel, 2004, “**Demografia – A Ciência da População**”, 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença.

OLIEVENSTEIN, Claude, 2000, “**A Arte de Envelhecer**”, Lisboa: Noticias Editorial.

ORNELAS, José, 1994, “**Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação-Análise Sociológica**”, 2/3 (XII):333-339.

PARREIRA, Anabela dos Santos; GONÇALVES, Margarida; ILHÉU, José, “**As Solidariedades Familiares em Populações Idosas**”, *Economia e Sociologia*, 56:51-75

PAÚL, Maria Constança, 1997, “**Lá para o Fim da Vida – Idosos, Família e Meio Ambiente**”, Coimbra: Almedina.

PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos, 2003, “**Como escrever uma Tese – monografia ou livro científico – usando o Word**”, Lisboa: Edições Sílabo Lda.

PINTO, Anabela Mota (coord.), 2001, “**Envelhecer Vivendo**”, Coimbra: Quarteto.

PINTO, Anabela Mota, 2001, “**O Fenómeno da Longevidade**” in AnabelaMota Pinto (coord.) “**Envelhecer Vivendo**”, Coimbra: Quarteto.

POLIT, Denise; HUNGLER, Bernardette, 1995, “Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem”, 3ªed., Porto Alegre: Artes Médicas.

PORTUGAL; “A Constituição da Republica Portuguesa”, 1976, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, Luc Van,1992, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Lisboa, Gravita.

RAMOS, Francisco Martins, 1993, “Contributos Etnográficos para uma Antropologia da Terceira Idade”, Economia e Sociologia, 56:77-88.

RAMOS, Gerardo Pastor, 1988, Sociologia de la Família – Enfoque Institucional y Grupal, Salamanca: Ediciones Sígueme.

RAMOS, Lauro & BRITTO, Marcelo, 2004, “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais”. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

RELVAS, Ana Paula,1996, “O Ciclo Vital da Vida – Perspectiva Sistémica”, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto: Edições Afrontamento.

RELVAS, 1998, Ana Paula Relvas, “Perspectiva Sistémica, Biblioteca das Ciências do Homem”, Porto: Edições Afrontamento.

RELVAS, Ana Paula; ALARCÃO, Madalena,2002, “Novas Formas de Família, Coimbra”: Quarteto Editora.

RICHEZ-BATTESTI, Nadine, 1997, “Dicionário das Questões Sociais”, Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

RITZER, George, 2002, **“Teoria Sociológica Moderna”**, 5ª Edição, Madrid, Editor McGraw-Hill/Interamericana de España, SAL.

RUBIN, Gayle, 1986, **“El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”**, *Nueva Antropología*, 8, 30: 95-145.

ROUSSEL, Louis, 1990, **“Les Relations Intergénérationnelles au Moment de la Vieillesse des Parents”**, *Gérontologie et Société*, 55:32-45.

ROUSSEL, Louis, 1992 **“O Futuro da Família”**, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 11:165-179.

ROWLAND, Robert, 1997, **“População Família e Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX”**, Oeiras: Celta Editora.

RUQUOY, Danielle, 1997, **“Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador”**, in Luc Albarello et al (org.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravita.

RUQUOY, Danielle, 1997, **“Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador”**, in Luc Albarello et al (org), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravita.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), 1993, **“Portugal: Um Retrato Singular”**, Porto: Edições Afrontamento

SARACENO, Chiara, 1997, **“Sociologia da Família”**, Lisboa: Editorial Espanca.

SAVOIRE-ZAJC, Lorraine, 2003, **“A Entrevista Semi-Dirigida”**, in Benoît Gauthier (Dir.), *Investigação Social – Da Problemática à Recolha de Dados*, 3ª ed., Loures: Lusociência.

SCHACHITER-SHLOMI, Zalman; **MILLER**, Ronald S., 1996, “**Mães Velhos pais**”, Editora

SEGALEN, Matine, 1999, “**Sociologia da Família**”, Lisboa: Terramar.

SCOTT, Joan, 1990, “**Género: uma categoria útil para análise histórica**”, *Educação e Realidade*, 16,2: 5-22.

SHORTER, Edward, 1975, “**A Formação da Família Moderna**”, Lisboa: Terramar.

SILVA, Edinete do Nascimento; **NERI**, Anita Liberalesso, 1999, “**Questões Geradas pela Convivência com Idosos: Indicações para Programas de Suporte Familiar**”, in Anita Neri (org.), “**Qualidade de Vida e Idade Madura**”, 2ª ed, Campinas: Papyrus Editora

SINGLY, François et al, 1992, “**La Famille L’État des Savoirs**”, Paris: Editions la Découverte.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, 1998, “**Metodologia de Investigação**”, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos, Porto: Livraria Civilizações.

SULLEROT, Evelyne, 1999, “**A Família – Da Crise à Necessidade**”, Lisboa: Instituto Piaget.

TORRES, Anália Cardoso; **SILVA**, Francisco Vieira, 1988, “**Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres**”, in **GUERREIRO**, Maria das Dores (org.), “**Trabalho, Família e Gerações**”, Lisboa CIES/ISCTE.

TORRES, Anália, 1996, “Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – Uma análise sociológica”, Oeiras: Celta Editora.

TORRES, Anália, 2002, “Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica, Oeiras”: Celta Editores.

TORRES, et al, 2004, “Homens e Mulheres entre Família e Trabalho”, Estudos nº. 1, Lisboa: Comissão para a igualdade no Trabalho e no Emprego.

TRIVIÑOS, Augusto N.S., 1990, “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais”, São Paulo: Editora Atlas.

VALA, Jorge; “A Análise de Conteúdo”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org), “Metodologia das Ciências Sociais”, 2ªed., Porto: Edições Afrontamento, 1986

VASCONCELOS, Pedro, 2002, “Redes de Apoio Familiar e Desigualdade Social: Estratégias de Classe”: Análise Social nº 163: (pág, 507-547).

WALL, Karin, 1995, “Apontamentos Sobre a Família na Política Social Portuguesa”, Análise Social, XXX (131/132) (2º-3º):431-455.

http://www.deb.min-edu.pt/pre-escolar/taxas_cobertura.asp

ANEXOS

ANEXO I – GUIÃO DE ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA

OBJECTIVOS

Objectivo Geral

- Identificar e compreender o papel atribuído pelas famílias monoparentais de enfermeiros aos avós, enquanto recursos de ajuda no seu quotidiano.

Objectivos Específicos

- Identificar as razões que levam estes profissionais a deixar os filhos à guarda dos avós;
- Identificar os apoios dados pelos avós a estas famílias;
- Analisar o papel dos avós, destas famílias monoparentais, na socialização dos netos;
- Identificar as medidas institucionais apontadas pelos profissionais de saúde para colmatar a situação, por serem uma família monoparental.

BLOCOS DE ASSUNTOS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS PRINCIPAIS	PERGUNTAS SECUNDÁRIAS
I – Legitimação da entrevista.	Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	1 – Agradecer a disponibilidade para a participação, no contexto do convite anteriormente realizado; 2- Garantir a confidencialidade e o anonimato das respostas 3 – Solicitar autorização para gravar a entrevista 4- Esclarecer o entrevistado que se pretender interromper, não advêm desse facto prejuízo para o próprio.	
II – Caracterização da população Alvo Caracterização dos avós	Caracterizar os sujeitos que participam no estudo	5 – Composição do agregado familiar (idade; sexo; nível de escolaridade e local de residência) Quais as suas Idades? Escolaridade?	

		Qual a situação perante o trabalho/pensionista?	
III – Expectativas das Famílias Face aos apoios externos/avós	- Identificar as razões que levam estes profissionais a deixar os filhos à guarda dos avós	<p>6 - Tem filhos? Quantos?</p> <p>7 - Que dificuldades tem em desempenhar as funções Maternais/paternais?</p> <p>8- Costuma deixar o/a seu filho com os avós?</p> <p>9 – Porque é que deixa o seu filho(a) com o(a) avós?</p>	<p>6.1- Quantos anos têm?</p> <p>6.2-Estudam ou trabalham?</p> <p>6.3-Qual o horário escolar do seu filho(as)?</p> <p>6.4 - Praticam algumas actividades extra-curriculares?</p> <p>7.1 – Na assistência à família?</p> <p>7.2 – Quando adoecem quem os leva ao médico?</p> <p>7.3 – Quem os ajuda a fazer os trabalhos escolares? Quem os leva às actividades extra-curricular, caso frequentem?</p> <p>Quem os leva às festas dos amigos, quando vão?</p> <p>8.1- Mãe ou sogra?</p> <p>8.2- Normalmente quando fica à guarda da avó, fica na sua casa ou na dos avós?</p> <p>8.3 – a que distancia fica a casa dos avós? Que meio de transporte utiliza e tempo de percurso?</p> <p>9.1 – Económica? Falta de</p>

			<p>alternativas, ou por verdadeira opção?</p> <p>9.2 – Se económica, caso não houvesse necessidade, escolheria na mesma os avós para ficar com os os seus filhos?</p>
		<p>10 – Como é que a avó aceitou esse papel e tarefa?</p>	<p>10.1 – Aceitação positiva, negativa, ou existe alguma retribuição financeira?</p>
		<p>11 – Em que consiste de facto o apoio da sua mãe/sogra quando fica com os netos?</p>	<p>11.1 – Guarda simples, educativa, substituição dos pais em reuniões escolares, idas ao médico etc?</p> <p>11.2 - Como se processa o relacionamento diário com o/s Seu(s) filho(s).</p> <p>11.3 – Recorre aos avós para cuidar dele(s); Levar ao colégio; praticas desportivas; festas de amigos...</p>
		<p>12_– Como vê a relação do seu filho com os avós?</p>	<p>12.1 – Os avós exercem regras de controlo, autoridade, praticas educativas?</p> <p>12.2 – Costuma deixar instruções aos avós? De qu tipo?</p>

		13 – Quais são as vantagens e desvantagens que aponta neste tipo de solução para a guarda das crianças?	13.1 – Existe algum conflito geracional nas práticas educativas? 13.1 – Considera que a maneira de educar os seus filho/s difere da educação que os avós lhe dão?
IV- Factores relacionados com o trabalho por turnos	Pretende -se conhecer o quotidiano dos enfermeiros no seu local de trabalho, identificando os factores que dificultam ou facilitam a conciliação entre a profissão e as relações com a família – filhos?	14 - Como perspectiva/concilia o seu trabalho e o acompanhamento/educação dos seus filhos? 15 – Que tempos disponíveis tem para ele(s)? 16 – Tem “duplo-emprego”?	16.1 – Quantas horas trabalha por dia 16.2 – Onde? 16.3 – Quais as razões que o/a levaram a optar pelo duplo emprego
		17 – Sente-se realizado na profissão que exerce? 18 – Qual o seu relacionamento com os colegas de turno?	18.1- tem algum apoio dos colegas pelo facto de viver só com os seus filhos?
V- Factores relacionados com a Instituição	Identificar as medidas institucionais apontadas pelos	19 – Quer enunciar algumas medidas que considere benéficas em termos	

	profissionais de saúde para colmatar a situação de ser uma família monoparental	institucionais para os enfermeiros com famílias monoparentais?	
--	---	--	--

